



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



PLANO PLURIANUAL 2020-2023

VOLUME I
MENSAGEM DO GOVERNO



GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADORA

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Casa Civil	José Élcio Batista
Procuradoria-Geral do Estado	Juvêncio Vasconcelos Viana
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	Aloísio Barbosa de Carvalho Neto
Secretaria de Administração Penitenciária	Luís Mauro Albuquerque Araújo
Secretaria das Cidades	José Jácome Carneiro Albuquerque
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Secretaria da Cultura	Fabiano dos Santos
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco de Assis Diniz
Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho	Francisco de Queiroz Maia Júnior
Secretaria da Educação	Eliana Nunes Estrela
Secretaria do Esporte e Juventude	Rogério Nogueira Pinheiro
Secretaria da Fazenda	Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba
Secretaria da Infraestrutura	Lúcio Ferreira Gomes
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Secretaria do Planejamento e Gestão	José Flávio Barbosa Jucá de Araújo (Respondendo)
Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria da Saúde	Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	André Santos Costa
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Cândida Maria Torres de Melo Bezerra



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

Secretário	José Flávio Barbosa Jucá de Araújo (Respondendo)
Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento	Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Secretário Executivo de Gestão	–
Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna	Ronaldo Lima Moreira Borges
Assessoria Jurídica	Heloyza Helena de Meneses Freire Rocha
Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria	Luciano de Sousa Pontes
Assessoria de Comunicação	–
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Luciana Capistrano da Fonsêca Moura Raimundo Avilton Meneses Júnior Regis Meireles Benevides
Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças com o Público e Privado	Ticiano da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas	Silvana Martins Rodrigues Dourado
Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação e Comunicação	Evelise Helena Façanha Braga
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza	José de Lima Freitas Júnior
Coordenadoria de Gestão Previdenciária	Sérgio Bastos
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Fabio da Silva Miranda
Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados	Pedro Alves de Brito
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Gestão Patrimonial e Recursos Logísticos	André Theophilo Lima
Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação	–
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Otávio Nunes de Vasconcelos
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional e Planejamento	Maria Carmelita Sampaio Colares
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Lúcia Maria Gonçalves Siebra
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	João Mário Santos de França
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	José Olavo Peixoto Filho
Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará	João Marcos Maia
Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará	–

EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO – SEPLAG

Coordenação técnica – Seplag
Raimundo Avilton Menezes Júnior

Orientação técnica – Seplag
Lara Maria Silva Costa

Elaboração e assessoramento Seplag

Anna Carolline Botelho
Eveline Maria Cordeiro Brandão
Everton Cabral Maciel
Francisca Maria Sousa Moreira
Francisco Ailson Alves Severo Filho
José Wagner Alves Fernandes
Luiz Carlos Holanda Antero
Maria Lúcia Holanda Gurjão
Mércia Maria de Melo Ponte Lima
Renata Cristina Duarte Santos
Ricardo Leite Soares
Sandra Maria Braga
Thiago Teixeira de Castro Piovan
Virgínia Dantas Soares Teixeira

Colaboração técnica – Seplag

Bruno Martins Rizardi
Débora de Freitas Viégas
Giovanna de Mello Cardoso Pereira
Giulia Cruz Correa
Ícaro Corrêa Gondim Faria
Isabela Araújo Resende
Isabelly Campos Egot
Jhuan Bruno Campos Neres
Juliana Brito Santana Leal
Maria Eduarda Lacerda Couto
Natália Geraldini Sabat
Nathalia Cardoso Laquini
Rebeca dos Santos Freitas

Desenvolvimento de sistemas – Seplag

Alexandre A. Silva
Daniel Ivo de Andrade
Evertonildo M. Bessa
Luiz Edvam Carvalho Filho

Apoio jornalístico – Seplag

Luiz Pedro Bezerra Neto
Fernanda Teles Lima Fernandes

Equipe de elaboração – Ipece

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Alexandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Aprígio Botelho Lócio
Cleyber Nascimento de Medeiros
Dércio Nonato Chaves de Assis
Jimmy Lima de Oliveira
José Freire Júnior
Luciana de Oliveira Rodrigues
Marília Rodrigues Firmiano
Natália Carvalho Araújo
Nicolino Trompieri Neto
Rafaela Martins Leite Monteiro
Raquel da Silva Sales
Rayén Heredia Penalzoa
Ricardo Antônio de Castro Pereira
Rogério Barbosa Soares

Colaboração – Ipece

Fátima Juvenal de Sousa
Nertan Cruz de Almeida
Tiago Emanuel Gomes dos Santos

Colaboração – Casa Civil

Ana Carolina Castro Mota
Nara Rodrigues
José de Sousa Braga

EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO E COLABORAÇÃO

ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ

Alana Dutra do Carmo
Andréa Maria Sobreira Karam
Cylviane Maria Cavalcante de Brito Pinheiro Freire
Emanuela dos Santos Pinheiro
Fábio Rios Vieira
Francisca Asmenha Cruz Furtado Torquato
Francisco Eduardo de Souza Monteiro
Ivana Marques Coelho Figueiredo
Jamille dos Santos de Moura
José Iolanda Pereira dos Santos
José Roberto de Moura Correia
Juarez Gomes Nunes Júnior
Lara Neves Feitosa Campos
Liliane de Freitas Leite
Manuela Teles
Pamela Costa Landim Saboya
Silvio Wagner de Souza Monteiro

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ

Ana Gláucia Carneiro Melo Gonçalves
Antonio da Costa Albuquerque Filho
Jarier de Oliveira Moreno
Luiz de Oliveira Costa Júnior
Maria Gisela Píancó do Amaral
Neiliane Santiago Sombra Borges

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A.

Ana Késia de S. Arimatéa
Douglas Gonsales Junior
Felipe Lima Torquato
Flávia Brasil Carvalho
Francisco Oliveira Aragão
Kamila Pinto Ferreira Petri Feitosa
Marcos Manuel de Almeida Júnior

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO CEARÁ

Alceu de Castro Galvão Junior
Arlan Mendes Mesquita
Danielle Silva Pinto
Geraldo Basílio Sobrinho
José Nauri Cazuya de S. Junior
Marcos André Araújo Santiago

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Gabriela Moriconi Freire
Glaíra Maria Soares Veras
Heline Joyce Barbosa Monteiro
Joel Júnior Magalhães Cardoso
José Cleudemi X. da Silva
Marcelo Maia Fernandes
Marcus Vinicius Melo Cruz
Maria Elenice Ferreira Lima
Rossylane Maria Oliveira da Costa
Sílvia Helena Correia Vidal

CASA CIVIL

Ismênia Márcia Linhares Justino
Leiliane dos Santos Silva
Lúcia Pompeu de Vasconcelos Castro
Nathalia Clemente Brito
Rafael Coelho da Costa
Tereza Carla Pereira Montenegro
Thainá Ferreira Guerra Gonçalves

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO CEARÁ S/A

Antônio Odálio Girão de Almeida
Francisca Eliana Freitas da Silva
Jose Valdecir Lima de Souza
Luana Ferreira de Souza
Maximiliano César Pedrosa Quintino de Medeiros
Mylene Paola Cavalcanti da Silva

**COMPANHIA ADMINISTRADORA
DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE
EXPORTAÇÕES DO CEARÁ**

Ana Kécia Ferreira Gomes
Claudio Eden da Silveira Junior
Roberto Benevides de Castro

**COMPANHIA CEARENSE DE
TRANSPORTES METROPOLITANOS**

Francisco Edilson Ponte Aragão
Léo Barbosa Pessoa
Liliane Martins de Brito Mazulo
Luciana Albuquerque Guimarães

**COMPANHIA DE
ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ**

Adriana Silva Gonçalves
Fabiola Costa Cunha
Francisco Joilson Martins Gomes
Jackeline Sales de Melo
Robervania da Silva Barbosa
Tercio Carvalho de Almeida

**COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ**

Frederico Jorge Barbosa Acário
Leandro dos Santos Assunção
Mauricio Aquino Duarte
Pedro Aguiar Nobre Filho
Regina Lúcia de Pinho Rego
Tânara Gurgel Maia Aribar

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM**

Keilla Farias Castro
Maria Jovenilda Matos de Moraes
Mario Jorge de Freitas Alves

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ

Marcos Lima Leandro Sucupira
Maria Nilce Quinderé Cals
Vanessa Maria Barbosa Nascimento

**COMPANHIA DE GESTÃO DOS
RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ**

Antonio Carlos Bortolin
Berthyer Peixoto Lima
Clara de Assis Jerônimo Sales
Denilson Marcelino Fidelis
Elano Lamartine Leão Joca
Giselle Maria Maia Cavalcante Plutarco
Itamara Mary Leite de Menezes Taveira
João Lúcio Farias de Oliveira
Krishna Martins Leão
Marcilio Caetano de Oliveira
Maria Luciandre Melo
Mikaelle Duarte Mariano
Paulo Henrique Studart Pinho
Paulo Miranda Pereira
Roberto Bruno Moreira Rebouças
Roger Bezerra Castelo
Walt Disney Paulino

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ

Antonio Eldair da Cunha
José Teófilo Braga Neto

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Danilo Barbosa Gomes
Marilce Stênia R. Macedo

**CONTROLADORIA E
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

Anastácia da Silva Santos
Caroline Bastos Gabriel
Denise Andrade
Emerson Carvalho de Lima
Italo Jose Brigido Coelho
Jean Lopes dos Santos
José Benevides Lôbo Neto
Keyla Christina Albuquerque Viana
Larisse Maria Ferreira Moreira
Maria do Socorro Fernandes de Souza
Matheus Borges Gonçalves Lima
Michelle Borges Cavalcante Cunha
Rita de Cassia Hollanda Matos
Vitor Hugo Gaspar Pinto

**CONTROLADORIA GERAL DE
DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA
PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO**

Adriana Câmara de Souza
Alessandro Costa Cavalcante
Antônio Tiburtino de Sousa
Arlindo da Cunha Medina Neto
Bianca de Oliveira Araújo
Cleibe Dias da Silva
Denio Prates Figueiredo
Domingos Sávio Fernandes de Brito
Emerson Vasconcelos Bastos
Fernando Figueirde De Vito
Fernando Figueiredo De Vito
Jacob Stevenson de Santana Carvalho Mendes
Julliana Albuquerque Marques Pereira
Justtine Vieira Franco
Lucas Germano Feitosa Costa
Luiz Carlos Viana
Maria Jussara Laroça Figueiredo dos Santos
Nartan da Costa Andrade
Rafael Bezerra Cardoso
Rafael Pinheiro Gonçalves Cavalcante
Raquel Luna Vasconcelos
Reny Sales Rocha Filgueiras
Vladimir Feijó Frota

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO
ESTADO DO CEARÁ**

Ademar Feitosa Cruz
Alan Lucio Alencar de Andrade
Alber de O. Teixeira
Aluizio Souza Freitas
Antônio Gilberto Cavalcante
Antonio Marcos Alves Souza
Daniel Ximenes Cavalcante
Eduardo Xavier Crispim
Francisco Roberto Maciel de Moraes
Francisco Haroldo Lima Filho
Hans Nelivando Rabelo
José Artêmio Aragão Prado Júnior
Marcos Aurélio da Silva Lima
Marcos Roberto Sousa Pereira
Moises G. Rodrigues
Paulo George Girão da Silva
Roberto Hugo Martins
Rock Wdson Vasconcelos Araújo
Rockwdson V. Araujo
Rogério Ferreira Dias
Ronaldo Roque de Araújo
Tulio Burlamaqui
Wilson Correia Lima

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Antônio de Pádua Dias Costa Júnior
Cleyciano de Oliveira e Silva
Elias Xerxes Pinheiro Xerez
Fabiola dos Anjos Perdigão
Marcelo Medeiros de Vasconcellos
Ricardo César Pires Batista
Rosinere Marques de Moura
Sâmia Costa Farias Maia

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Amanda Cavalcante de Lima
Dalba de Oliveira Lima
Glaucia Maria Matias Diniz
Jessé de Moura Filho
Leandro Chagas Bezerra
Lorena Maria Moreira Chagas
Tatiana Marques Vieira Dantas

**EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ**

Antônio Tarciso Coelho Pinto
Emanuel Itamar Iemos Marques
Fernanda Maria Farias de Aquino
Francisca Dalva Vieira de Carvalho
Francisco Amairton Rodrigues Holanda
Francisco Bergson Parente Fernandes
Francisco Wellington Vieira
Itamar Teixeira Bezerra
José Carvalho Maia Sobrinho
José Roberto Ribeiro Vieira
Josualdo Justino Alves
Luciana Ferreira dos Santos
Nizomar Falcão Bezerra
Walmir Severo Magalhães

**EMPRESA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO DO CEARÁ**

Ana Lucia Pereira Gomes
Camila Prata Macedo
Caroline Siqueira Guerra
Chagas Romão Cavalcante Souza

ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Flávia Livino de Carvalho Costa
Francisco Elvis Rodrigues Oliveira
Jefrei Almeida Rocha
José Eriwilson de Lima
Lúcia Maria Gonçalves Siebra

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA

Aila Pequeno Holanda Porto
Aila Wariss Maia
Francisco Jadson Franco Moreira
Francisco José Fontenele Bezerra
Francivania Brito de Matos
Geórgia de Mendonça Nunes Leonardo
Joélia Rodrigues da Silva
Leidy Dayane Paiva de Abreu
Maria de Marilac Coelho Rocha
Maria Eleusa Costa
Patrícia Amanda Pereira Vieira
Salustiano Gomes de Pinho Pessoa
Thiago Freitas de Lavor
Verônica Sousa dos Santos Correia
Wilma Maria Lins de Sousa

FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Ana Carolina A. Freitas da Rocha
Andreia Parente
Cristiane Mendonça Crijá
Nubia Maria Rodrigues Feitosa

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS

Eduardo Sávio Passos Rodrigues Martins
Francisco Hoilton Araripe Rios
Margareth Sílvia Benício de Souza Carvalho
Maria do Socorro Segundo da Fonseca
Maria Nayde de Magalhães Macedo
Meiry Sayuri Sakamoto
Porfírio Sales Neto
Suelde Maria Gonçalves Montenegro

FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO CEARÁ

Ailza Mateus Sampaio Neta
Ana Cristina Cavalcante

FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CEARÁ

Afonso Gonçalves de Carvalho Neto
Ari Clecius Alves de Lima
Bárbara Steffani Rodrigues de Queiroz
Bruna de Sousa Felix
Crisiana de Andrade Nobre
Epitacio Nascimento Filho
Erika de Almeida Sampaio Braga
Fernando Bacelar Paiva
Francisco das Chagas Magalhães
Gabriel Aguiar Mendes
Iêda Nadja Silva Montenegro
Jackson de Queiroz Malveira
Jackson Henrique Braga da Silva
Janaina Sobreira Rocha
João César de Freitas Pinheiro
Lizandro do Amaral Oliveira
Louise Pamplona Bedê Mezzedimi
Mayra Garcia Maia Costa
Patricia Mendes Barroso
Vera Lúcia Teixeira Salgado

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Alyne Martins Avelilno
Ana Luiza Bessa de Paula Barros
Ariclecio Cunha de Oliveira
Aurilene Pereira Moura Moreira
Carla Soraya Costa Maia
Danisia Sampaio Cruz
Emerson Mariano da Silva
Fernando Antonio Alves dos Santos
francisco sales ávila cavalcante
Henrique Douglas dos Santos Mendes
Italo Wesley Oliveira de Aguiar
Maria José Barbosa Gomes
Maria José Freitas Pereira Vieira
Mariana Chaves Antenor
Mona Lisa Moura de Oliveira
Mônica Duarte Cavaignac
Nélio Vitor Alves Siebra
Sarah Diva da Silva Ipiranga
Thiago Costa Silva

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

Ana Josicleide Maia
Ana Roberta Duarte Piancó
Cibelle Teixeira de Oliveira
Maria da Penha de Oliveira
Maria Júlia Couto Bringel

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
VALE DO ACARAÚ**

Aline Vieira Landim
Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima
Leiliane Silva de Aguiar
Rogena Weaver Noronha Brasil
Rosa Meire Alves Guimarães

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO DO CEARÁ**

Cátia Cavalcante de Souza
Francisca Célia Lima Coutinho
Jesuíno Maia Lima
Jonas Silva Miranda
Maik dos Santos Barbosa
Manoel Jorge Pinto de França
Marcelo Alves Monte
Marcia Maria da Conceição de Nascimento Oliveira
Priscilla Azevedo de Aguiar
Sandra de Castro Forte
Sara Maria Spinosa Juvencio

**INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA DO CEARÁ**

Débora de Andrade Mariano
Maria Esther Frota Cristino
Renata Maria de Oliveira Fonseca

**INSTITUTO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DO
ESTADO DO CEARÁ**

Francisca Luzitelma Santos Caracas
Francisco José Magalhães de Pinho
Taislandia Maria de Oliveira Gomes

**JUNTA COMERCIAL DO
ESTADO DO CEARÁ**

Luciola do Prado Honorato Graça
Marta Laís Pimentel Rodrigues
Sonara Capaverde

**PERÍCIA FORENSE DO
ESTADO DO CEARÁ**

Ana Paula Teixeira Bastos Sobreira
Celyne Silva Paiva
José Luciano Freire Junior
Lauro Ferreira Rocha Junior
Luís Humberto Nunes Quezado
Mara De Queiroz Rocha Diogenes
Otávio Augusto Coelho de Medeiros
Rodrigo Kelvin Lima

POLÍCIA CIVIL

Ana Cristina Lima e Silva
Antônio Harley Alencar Alves Filho
Augusto Soares Flavio
Eliana Maia Soares
Érika Cecília Ferreyra Ramirez Moura
Francisca Betanha Q. Barros
Francisca Betanha Quinto Barros
Francisco Silvio Maia
Lucio Ponte Torres
Luiz Carlos Fernandes Moreira
Maria do Socorro P. Alves do Rêgo
Maria Neusimar Vieira Barroso
Osmar Berto Silva Torres
Rebeca Nóbrega Cruz Torquato
Wedja de Souza Barros
Yasmin Ximenes Pontes

POLÍCIA MILITAR

Adrianizio paulo de Oliveira Alves
Alano Timbo Magalhaes Bizarria
Albanita Ferreira Lima
Alessa Milenna Souza da Silva Araújo
Bruno Pereira Nascimento
Elton de Oliveira Rodrigues
Francisco Ricardo Vieira Catarina
Henrique Sergio Marques Bezerra
Ilana Gomes Pires Cabral
João Antonio Barbosa Gadelha
Jorge Luis Almeida Holanda
José Aldenizio de Lima
José David Castelo Pereira
José Roberto de Moura Correia
Livia Marinho C. Galvão
Renan Luna Belarmino
Ricardo César Magalhães
Roberto Sérgio Paulino de Freitas
Weberton Gomes de Loiola

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Ana Claudia Martins Teixeira
Leandro Lopes Façanha
Marciana Isabely Martins Pereira
Naiana Corrêa Lima Peixoto
Rita de Cássia Pinheiro
Tiago Bento Costa de Oliveira
Ticiane Cira Lima Sampaio
Élder Ximenes Filho
Rita D'Alva Martins Rodrigues

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Fernando Antonio Coutinho Fernandes
Jamile Costa Pessoa Campelo
Maria Vânia Pires Costa
Raimunda Jozielma Viana Ferreira
Rosa Maria Chaves
Soraya Regia Pereira Soares

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Adriano Rodrigues da Silva
Antonia Aurinete de Almeida Braga
Antonia Viviane Ferreira Lopes
Antonio Arruda Filho
Caroline Nilbon
Clarissa Aguiar de Lima
Cristiane Gadelha Cavalcanti
Danielle Sharon Oliveira da Silva
Elton Alves Gurgel
Geovana Sousa do Nascimento
Janaina Luana Luise Xavier
Miguel Hugo Barros Maciel
Milena de Paiva Bezerra Carrah
Neuma Cipriano Braga
Priscilla Diogenes Castello Branco
Rodrigo Brito de Moraes
Suzy Hellen Tavares Cavalcante
Werner Cornils

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR

Adeline de Araújo Lobão da Silva
Adriana Maria Lima Gomes
Adriana Ramos
Aline Linhares Holanda
Ana Maria Cavalcante Carneiro
Bruna Dheingryd Farias Vasconcelos
Camila Arruda
Cândido Bezerra da Costa Neto
Edgar Monte Mariano Neto
Fabiola Damasceno Lacerda Felício

Fernando Antônio Alves dos Santos
Flaviana Ferreira Pereira
Francisca Edilina Araújo Feitosa
Francisco Mavignier Cavalcante França
Gabriela Purcaru
Ivete Ferreira Gomes
Jacqueline Cavalcante de Alencar
João Arquimedes Bastos
João Eduardo Arraes de Aguiar
José Flávio Guedes
Maria Adeliene de Araújo Lobão Santos
Maria Rose Jane Ribeiro Albuquerque
Maria Sueli Lopes Vasconcelos
Marta Maria Menezes Souza
Martonio Mendes Leitão Barros Filho
Meire Celi Freitas de Aguiar
Mônica Simioni
Sabrina de Saboia Albuquerque Belém
Samia Helena de Sousa
Saneva Marluce Cruz Pinto
Stella Sílvia Ponte Soares
Tarcísio Hilter de Vasconcellos Filho
Thiago Ainer B. C. Barros
Vanessa Vasconcelos Lima

SECRETARIA DA CULTURA

Alenio Carlos Noronha Alencar
André Quintino Lopes
Andreza Magalhães Cordeiro
Caio Mendonça Cysne
Cicero Oliveira Gondim
Cristina Maria do Vale Marques
Daniele Amaral Lima
Ernesto de Sousa Gadelha Costa
Fábio Geraldo de Araújo Filho
Francisca Maura Isidório
Jéssica Silva de Sousa
João Ferreira de Almeida Junior
João Wilson Damasceno
Laízi Fracalossi
Lara Pimentel
Luisa Cela de Arruda Coelho
Maria Aureniza da Silva
Maria Eugênia de Queiroz Ferreira
Maria Janete Venâncio Piheiro
Maria Suzete Nunes
Mariana Braga Teixeira
Nayana Silva Lemos Misino
Paula Georgia Viana Fernandes
Rachel de Sousa Gadelha Costa
Raimunda Félix De Oliveira
Raquel Santos Honório
Rosana Marques Lima
Sueli Portela
Thamyle Vieira Machado
Trícia Matias de Oliveira
Valeria Marcia Pinto Cordeiro
Vanessa Correia Gomes Cabral
Wellington Romão Oliveira

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Ana Cristina De Oliveira Rodrigues
Anna Karina Pacífico Barros
Antonia Alves Dos Santos
Antonia Mariuza Alves Lessa
Bertilo Araújo Monteiro
Célia Maria Soares Pereira
Cleyciane Bizerra Pereira
Daniel Marinho Almeida
Daniela Bezerra De Menezes Gomes
Daniele De Oliveira Fontes
Denílson Albano Portácio
Elane Maria Feijó Borges
Elvira Carvalho Mota
Flávia Daniela Rodrigues Viana
Francisca Aparecida Prado Pinto
Francisca Elizângela De Assis Rodrigues
Francisca Elsa Silva Franklin Araujo
Francisca Iris Alencar Souza
Francisca Juliana Feitosa Soares
George Gomes Ferreira
Gezenira Rodrigues Da Silva
Hylo Leal Pereira
Isabel Isa Vicente Alves
José Anderson Da Silva Araujo
José Iran Da Silva
Josilene Dias De Sena
Lúcia Maria Gomes
Luciene Francisca Costa
Maria Alves De Melo
Maria Aracy Veras Craveiro
Maria Auxiliadora Vasconcelos De Souza
Maria Benildes Uchôa De Araújo
Maria Bernardete Alves Feitosa
Maria Emilia Da Silva Severo
Maria Marlene Vieira Freitas
Marília Colares
Mayara Gonçalves Pongitori
Myrvia Muniz Rebouças
Rivanir Maria Bezerra
Roberta Eliane Gadelha Aleixo
Sandra Maria Silva Leite
Silvana Teófilo Machado
Wesley Cavalcante Melo
Wiltemberg Nascimento Pereira

SECRETARIA DA FAZENDA

Aline Marie Teófilo de Moura
Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
Ana Raquel Nunes de Sena
Antonio Gilberto Farias
Auler Gomes de Sousa
Célia Maria Soares De Sousa
Denise de Andrade Moura
Erivelton Cartaxo Pinto
Fábio Silva Duarte
Fabrizio Gomes Santos
Francisco Xavier de Vasconcelos

Germana Parente Neiva Belchior
Imaculada Maria Vidal da Silva
James Antonio Ferreira Uchoa
José Carlos Cavalcante
José Cleiton Vieira Cândia
Jose Garrido Braga Neto
Juliana Moura Cavalcanti Xavier
Lourdes Maria Porto Morais
Márcio Cardeal Queiroz da Silva
Ozaneide Mourão Soares
Paulo Amilca Proença Sucupira
Paulo Sérgio Rocha
Saulo Moreira Braga
Takeshi Cardoso Koshima
Valéria Alves Rangel

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

Adão Linhares Muniz
Alexandra Medeiros Lima
Bruno Facundo Braga
Clea Mesquita Lopes
Francisco Chinayder Souza Lima
Joaquim Firmino Filho
José André Pierre Pessoa
Luciana Alves Lemos Marques
Paulo César Moreira de Sousa
Ricardo Castelo
Tânia Maria Cunha Alves
Tiago Brasileiro Coelho

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E DIREITOS HUMANOS

Alysson Leonard Rodrigues Ferreira
Amanda Brenda da Silva Barbosa
Amanda Freire Gomes
Ana Paula Lopes Ferreira Sales
Ana Paula Vieira Gomes
Maria Anete Morel de Souza Gonzaga
Ângela Sousa Gouveia Studart
Antônia Joelma Braga Da Silva
Antônia Lúcia F. Neves
Aryanne Da Paz Sousa
Beatriz Xavier
Bruno Henrique Menezes De Souza
Camila Da Silva Silveira
Carlota Corday Gondim Arruda
Célia Leite Carvalho
Célia Vieira De Mesquita
Célio Miranda Albuquerque
Cícero Rafael
Cristiane Martins Melo
Cynthia Monteiro Nogueira
Daiane Daine De Oliveira Gomes
Dalila Rodrigues
Danyelle Mota Ricardo Guerra

Dayane De Meneses Santos
Debora Barbosa De Freitas
Delza Maria Barata Alencar
Denise Moreira De Aguiar
Edianny Lima Da Silva De Andrade e Castro
Edson Garcia Nunes
Eileen Holanda De Souza
Erick Augusto Pereira Caldas
Evaldo Cavalcante Monteiro
Eveline Alcantara Da Rocha
Fabrícia Régia Maia Tavares
Franciete De Goes Marques
Francisco Gilberto Rodrigues Da Silva
Francisco José Sousa De Carvalho
Francisco Narciso Silva De Oliveira Júnior
Gabriela Freitas
Gislana Maria Do Socorro Monte Do Vale
Harllen Lavor Saraiva
Haroldo Azevedo Mendes Filho
Hilba Elane Costa Silva
Hilbse Elane Rocha Silva Martins
Iana Marceley Queiroz De Sousa
Ingrid Coelho Borges Pragmácio
Ingrid Viana Soares
Iolanda Martins De Freitas
Ivia Paula Machado
Jacira França De Deus Silva
Jacqueline Souza Alves Lessa
Jorgiane Neves
José Ivan Magalhães Monteiro Neto
José Jalmi Teles Monteiro Filho
José Maria Da Silva
Karine De Cunha
Kathia Kelli Gomes
Keiciane Freitas Gomes
Kylvia Raquel Teixeira Batista
Laércio Chagas Da Silva
Lidiane Nogueira Rebouças
Lilian Cristiane Do Nascimento Louvrier
Lívia Gomes De Oliveira
Livia Maria Xerez De Azevedo
Lucas Guerra
Lúcia Alencar
Lúcia Maria Bertini
Lúcia Rodrigues Alencar Lima
Luciana Assunção Nogueira Silveira
Lucita Cunha Matos
Luiza Carolina Paiva F.
Manoel Jorge Pinto De França
Marcele Pinho De Arruda Mapurunga
Marcia Maria De Medeiros Dutra
Maria Da Conceição Freitas Mesquita
Maria Da Conceição Gomes Peixoto
Maria Da Conceição M. Monteiro
Maria Da Conceição Nunes
Maria De Fátima Lourenço Magalhães
Maria De Jesus Pereira Barros Neta
Maria Edny Rodrigues Da Silva
Maria Inés Serpa Benevides
Maria Meiriane Dos S.Torres
Maria Meirilene Lopes De Brito

Maria Zelma De Araújo Madeira
Mariana Rodrigues Loiola
Marina Alves De S. Oliveira
Marina Quadros Oliboni
Marry Cardoso Farias
Martha Izabel Mendonça Dantas
Mayara Pessoa Viana Da Silva
Meiriane S. Torres
Mel Meireles Padilha
Natalia Alexandre Ferreira
Patrícia D'oliveira Araújo Liebmann
Patrícia Meireles De Brito
Paula Machado
Paulianne Silva Marques
Pedro Ivan Gomes Mendonça
Pedro José Alves Capibaribe
Pedro Pedrosa De Castro Castelo Filho
Priscila Nottingham Lima
Rachel Saraiva Leão Viana
Rafael Arrais De Souza Catunda
Raimunda Nonata Marques Normando
Raquel Klein Acioli Guerra
Regina Helena Tahim Souza Neiva
Rina Marcia Xavier Dos Santos
Rina Márcia Xavier Dos Santos
Roberta Virginia Bezerra De Lima
Robertha Arrais De Souza Catunda
Robson De Oliveira Veras
Rodrigo Cláudio Lima
Rodrigo Soares Cavalcante
Rodrigues Claudio Lima
Rosangela Soares Lopes
Roselí Ferreira Da Silva
Rosilane Ribeiro
Rute De Souza Ferreira
Samilla De Oliveira Aires
Samuel De Sousa Costa
Sandra Maria Braga Libanio De Vasconcelos
Sandra Maria Ferreira De Moraes
Sebastião Lopes Araújo
Shirley De Castro Alves
Silvana Carvalho Oliveira
Tânia Cristina Azevedo De Araújo
Tatiane Elpidio Da Silva
Tereza Cristina Do Vale Canabrava
Ticianne Sousa Gomes Fontenele
Vanessa B. Venâncio
Veronica Maciel Medeiros De Brito Lima
Vianney Lima Viana
Vyna Maria Cruz Leite
Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão

SECRETARIA DA SAÚDE

Adélia Maria Araújo Bandeira
Ana Márcia de Almeida Rodrigues Dantas
Ana Mayara Gomes Alves
Ana Paula de Oliveira Monteiro
Andrea Autran do Nascimento
Brígida Pereira Oliveira
Camila Mendes dos Santos
Carlos Eduardo Matias de Alcantara
Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho
Cecilia Cavalcante Mota Rosa
Cláudio Vasconcelos Frota
Cristiana Veras Brito
Cristiane Guilherme Bonfim
Daniele Rocha Queiroz Lemos
Domenico abbate
Eliezita Maria de Góes Moura
Emanuelle Carneiro Meireles
Ernani Ximenes Rodrigues
Fernanda França Cabral
Francisca da Chagas Silva
Francisco Jorge Andrade da Silva
Giovanni Rosas Salmão
Igor Italo de Souza Azevedo
Jairlan Alves de Freitas
Janaina Silva Torres
João Washington de Meneses
Joseana Lima dos Santos Nobre
Josenilia Maria Alves Gomes
Juliana Braga
Lauro Antônio Cabral de Barros
Leilane da Silva Benevenuto
Lia Parente
Lisiane Cysne de Medeiros Vasconcelos e Rego
Magda Ferreira da Silva
Magda Moura de Almeida Porto
Maíra Barroso Pereira
Marcelo Alcantara Holanda
Marcia Maria Mororo Monteiro Muniz
Marcos Antonio Gadelha Maia
Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira
Maria de Jesus de Sousa Cavalcante
Maria Goretti Sousa Pinheiro
Maria Ivone Ferreira Melo do Nascimento

Mariluce Dantas Soares
Matheus Antonio Magalhães Farias Catunda
Micheline Uiaiane D'Oliveira Paiva
Monaliza Araújo de Souza
Mozart Ney Rolim Teixeira Henderson
Najla Clecia Cavalcante Mota Scaccabarozzi
Nathanyel reboucas
Patricia Leandra Pessoa Cordeiro Almeida
Paula Gomes
Pedro Alves de Araújo Filho
Pedro Antonio de Castro Albuquerque
Raimundo Ribeiro dos Santos Neto
Ramses Felipe de Oliveira
Sarah Mendes D'Angelo
Silvia Lorena Giraó Barreto Barros
Tathiana Braga Tavares
Thales Veras Martins
Valcides Jose Pio Alves
Vera Maria Câmara Coelho

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Emerson Pompeu de Sousa Brasil
Emily Pereira Soares
Francisco Romero Praciano Mendes
Francisco Vanderlan Carvalho Vieira Filho
Sâmila de Sousa Ribeiro

SECRETARIA DAS CIDADES

Adriana Xavier de Santiago
Aline Maria Baldez Custódio
Ana Carla Ibiapina
Ana Roberta Martins de Almeida Xavier
Andrezza de Freitas Guimarães
Bruno César de Almeida Nobre
Camila Elisa e Souza Ribeiro
Daniela Lima de Carvalho
Danielle Ferreira de Araujo
Diego Rodrigues da Ponte
Emanuelle Uchoa Gomes Santos
Evelize Regis de Freitas
Fábio Lima Sampaio
Francisco Bruno Bezerra Campos
Francisco das Chagas Lopes da Silva
Georgiana Mon'Alverne
Gilber Cristian B. Costa
Herika Rufino P. de Sousa
Ídima Silvia Ferreira Rodrigues
Jackeline Oliveira Nobre Recamonde
Jackson Pessoa da Silva
João Paiva Matos Pimentel
Luciana Rabelo de Brito
Marcela Sousa da Silva
Marcella Facó Soares
Márcia Leila Pinheiro Machado
Marcilio Gonçalves Sabino
Marcos Pimenta Rezende Filho
Maria Teresa Ribeiro Aguiar
Mariana Ferreira de Oliveira
Mayara Silva Lima
Patrícia Araújo Rabelo
Raimundo Abreu O. Filho
Rebeca Oliveira
Rosineide Gonçalves de Oliveira
Sarah Gleiciane de Araujo Silva
Sávio Aguiar Bastos Lira
Silvia Maria Gomes Lopes
Simone Aparecida Cavalcante Barros
Vanessa Luana Oliveira Lima
Verlene Maria Gomes Teixeira
Waldemar Augusto da Silva Cardoso Pereira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Adélia Maria Holanda Silva
Ana Cristina Nascimento de Barros
Anderlisa Candido da Silva
Angela Maria Bezerra Vieira
Antonia Elioneide Alves de Oliveira
Antonia Renata Lima Correa
Árcles Fernandes de Queiroz
Arnóbio Mourão Dourado
Barbara Niele Alexandre da Silva Ribeiro Vieira
Benedito Demontiêz Feijão
Célio Moura Ferreira
Christiana Sarmento Melo
Cleber Leite Pereira
Conceição de Maria Pontes Moreira
Dyana Ferreira da Costa Silva
Eaildo Macedo Luna
Eduardo Martins Barbosa
Eveline Nogueira Augusto
Francisca Fátima Gomes Gurgel
Francisca Francileide Pinho Pinheiro
Francisca Rocicleide Ferreira da Silva
Francisco Ademarzinho Ponte de Holanda
Francisco José Freire de Araújo
Francisco Marcílio de Melo
Francisco Osvaldo de Araújo Madureira
Francisco Osvaldo Moura Maranhão
Francisco Sidney Gomes dos Santos
Francisca Maria F. Sena
Gizelli Alves de Moraes
Gleydson Ribeiro dos Santos
Guido Colares Filho
Iana Xênia Madeira Alexandre de Lima
Ilo Pinheiro Cavalcante
Janio Carlo Oliveira Menezes
João Gomes Assunção
Jorge Pinto Filho
Josafá Martins de Oliveira
José Arimatéa Gonçalves
José de Freitas Lourenço
José de Sousa Paz
José Lima Castro Júnior
José Maria Freire
José Nelson Santiago Sombra
José Ximenes Farias Júnior
Josias Farias Neto
Julianna Albuquerque Martins
Lafaete Almeida de Oliveira Mesquita
Lília Michele da Costa Souza
Lorena Morais Soriano
Lucivânia Maria do Nascimento Ferreira
Luiz Carlos Prata Regadas
Lydiane Mourão Mota
Márcio José Alves Peixoto
Marco Aurélio César de Vasconcelos
Marcos Antônio Vieira de Castro
Maria Áurea Ferreira Liberato
Maria do Socorro Brito Cunha
Maria Enésia da Silva Neta

Maria Imeuda Sabino
Maria Leuda Cândido Zimmermann
Maria Lucimeire Nobre
Maria Odalea de Sousa Severo
Maria Sandra A. Bandeira
Marta Sileda Rebouças da Costa
Monica Maria Macedo de Sousa Santos
Nayara da Silva Sampaio
Neyara Araújo Lage
Raimundo Bonfim Braga
Ricardo Albuquerque Rebouças
Roberto Virgínio e Sousa
Samuel Peixoto Bacurau
Viviany Maria Mota Macedo
Yara Araújo Lage

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

Alan Willame de Souza Silva
Ananda Arnaud Alves
Filipe Rabelo Távora Furtado
Francisco Oscar Nogueira
Ingrid de Sales Rabelo.
Isabelly Campos Egot
Ivo Carvalho de Albuquerque
Jane Kelly Braga Bezerra
João Paulo de Castro S. Serra
José Aguiar Beltrão Junior
José Sergio Baima Magalhães
Júlio Cavalcante Neto
Leôncio José Bastos Macambira Júnior
Luana Lima Bandeira Araújo
Luciana Pires Sampaio
Marcello Gonçalves Milliole
Maria Josenira Pedrosa Cavalcante
Natasha Marina Melo Grzybowski
Patrícia Maria Campos Pinheiro
Rodrigo Fernandes Ribeiro
Roseane Medeiros
Rubenildo Falcão Melo
Tereza Mônica Elpidio Carvalho

SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE

Ailton Sousa Oliveira
Andréia S. dos Santos
Arture Saraiva
Christine de A. Monteiro
Edilson Moreira de S. Junior
Elano Cordeiro Soares
Ernani Jacó Lomônaco
Fabiola Linhares Bezerra
Felipe Vasconcelos
Francisca Ionêda Benevides Ellery
Francisco Emanuel Jorge Cavalcante
Gessica Alexandre Rodrigues
Gotardo Gurgel

Hermano Abreu
Iosiane dos Santos Teixeira
Jade Afonso Romero
João Mateus Rodrigues Nunes
José Lucas da Silva Pinheiro
José Noel Barroso Correia
Karícia Erica
Leila Maria Pereira do Nascimento
Lucas Cio Timbó
Luciana Ximenes
Marcelo Soldon Braga
Maxwell Xavier de Sousa
Maynara Cavalcante Stimpfl
Natiele Maira Costa Goes
Paula Yamilly Gomes Cruz
Roberto César Lima da Silva
Roger Barbosa Mesquita
Saulo Vinicius M. Muniz
Sílvia Helena Pessoa Nobre
Tatiane Verly da Silva Martins
Thais Freires Vasconcelos
Vicente Ferreira da Silva Neto
Viviane Sales Oliveira

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Andréa de Sousa Moreira
Doris Day Santos da Silva
Douglas Moreira Gadelha
Flávia Michele Vasconcelos do Prado
José Aldeni Marinho de Sousa
Katia Neide Costa Gomes
Kelven Pinheiro de Sousa
Leorne Cavalcante
Magda Marinho Braga
Maria Dias Cavalcante
Mário Freire Neto
Milton Alves de Oliveira
Mônica Carvalho Freitas
Nelci Gadelha de Almeida
Sarah Maia Pianowski
Sergio Augusto Carvalhedo Mota

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Alberto de Souza Melo Filho
Alda Maria Araújo de Oliveira
Ana Lúcia Lima Gadelha
Ana Paula Carneiro da Costa
Ana Paula Sousa Gomes
André Theophilo Lima
Andréa Guimarães Cerqueira dos Santos
Araken Sedrim de Aguiar Neto
Arnaldo Araújo Lima
Augusto César Costa Junior
Bruno Alexandre Braga
Bruno Maia Cavalcante
Carla Valéria Nogueira

Cristiane Lorenzetti Collares
Daniele Passos de Lima Albuquerque
Débora de Freitas Viégas
Douglas Fernandes
Evelise Helena Façanha Braga
Evilásio Nunes Peixoto
Fabiola Padilha Roriz Penna
Felipe Sousa Costa
Fernanda Teles Lima
Francisca Maria de Sousa Moreira
Francisco Aduino de Oliveira
Francisco Ailson Alves Severo Filho
Francisco Antonio Frota Sobral
Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Francisco José Barbosa Pinheiro
Francisco Robson Da Silva Fontoura
Francisco Sérgio Rodrigues Pereira
George Kilmer Chaves Craveiro
Guirlanda de Fatima Tavora Ponte
Helder Ferreira de Andrade
Ilana Fernandes Falcao
Isaac Figueiredo de Sousa
Isânia Maria Alves Caçula Silva
Jordete de Oliveira Franco Gomes
Jorge Edmundo Mendonça Freires
José Iran de Paula Melo
José Lima de Freitas Júnior
José Ricardo Sobreira de Oliveira
Karine Machado Campos Fontenele
Kelly Rosana Holanda Lavor
Larisa Fátima Martins Bezerra
Lidiane Andrade Mateus
Livia Maria Oliveira de Castro
Luciana Capistrano da Fonsêca Moura
Luciane Pinho Silva
Manoel Sandoval F. Bastos Junior
Marcelo Correia Lima da Rocha
Maria Carmelita Sampaio Colares
Maria Cristiane Maia Caxilé
Maria do Socorro Josué
Maria Elisabete Aguiar
Maria Hebe Camurça Citó
Maria Jeane Peixoto Sampaio
Maria Jose Furtado de Vasconcelos
Maria Tamar P. Cardoso
Maryland de Oliveira Marinho
Mércia Maria de Melo Ponte Lima
Nilce Maria Lima Holanda Baptista
Nívea Maria Coelho Rabelo
Oscar Luiz de Castro e Lima
Otávio Nunes de Vasconcelos
Pedro Alves de Brito
Regis de Albuquerque Silva
Rejane Albuquerque Cavalcante
Renata Maria Jurema Pontes Viana
Ricardo Ribeiro Santos
Rossana Maria Guerra Ludueña
Sérgio Bastos de Castro
Silvana Martins Rodrigues Dourado
Silviane Torres da Costa
Sofia Beatriz de Pontes Vieira

Soraya Quixada Bezerra
Tereza Neuma de Oliveira Teles
Ticiane da Mota Gentil Parente
Valberg Barbosa Cavalcante
Valdir Augusto da Silva
Vanessa Machado Arraes
Wagner Nery Moreira Aguiar
Wilmar Bezerra dos Santos

SECRETARIA DO TURISMO

Alice Becco da Silva Rios
Ana Lúcia Aragão Alves
Bruno Silva Brasil
Ediane Villar Rodrigues Camara
Fabricio Fidalgo Lousada Regadas
Fernanda Borges
José Valdo Mesquita Aires Filho
Juliana Barros de Oliveira
Larissa Barbosa Teixeira
Livia Holanda Aguiar
Livia Rolim
Luiz Carlos da Costa
Luiz Mauro Aragão Rosa
Maria do Socorro Araujo Câmara
Rosaly Cavalcante Moura
Thais Facundo Silva
Yanna Peixoto de Vasconcelos Guimaraes

SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Carlos Magno Feijó Campelo
Claudio Costa Gomes
Fernando Antonio Costa Pereira
Francisca Isabel Vieira Carvalhedo
Francisco José Teixeira
Heloísa de Aquino Câmara
Heloisa Helena Garcia Mota
Jacira Marta Nogueira Vieira
João Paulo da Cruz da Silva
José Ailson Rabelo de Brito
Luciano Alves Falcão
Luiz Amsterdam Alves de Oliveira
Luiz Carlos Rocha da Mota
Márcia Soares Caldas
Maria da Conceição Matos Moreira
Maria Josenir Vitorino
Maria Marluvia Silvestre
Mercia Cristina Mangueira Sales
Norberto Aguiar Montezuma de Carvalho
Ramon Flávio Gomes Rodrigues
Ricardo Lima de Medeiros Marques
Romulo Saboya Ribeiro
Rosianny Fernandes das Chagas
Sérgio Moreira Câmara

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS HIDRÁULICAS

Antônio Madeiro de Lucena
Cléa Dias Sampaio
Francisco Hemirton Lemos Peixoto
José Wanderley Augusto Guimarães
Luce Karine Soares Balreira
Marcos André Lima da Cunha
Marcos Henrique Martins Pinho
Priscila Gonçalves de Carvalho
Yuri Castro de Oliveira

SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS PÚBLICAS

Alcides Maria do Nascimento Parente
Daniel Bezerra do Ó
Felipe Natan Ramos de Freitas
Filipe Braid Carannante
Joaquim José Facó
José Mauricio Nobre de Oliveira
Maria Salete Lucena Fernandes de Azevedo
Monica Holanda Freitas
Neuilton De Castro Lopes Maciel
Paulo Neiva
Quirino Ponte
Saulo Marinho Câmara
Tomás Jerffeson de Souza Oliveira

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Alisson F. Primo
Andréa Sousa Martins
Indira Filha de Gandhi
Maicon Sousa de Alencar
Sheiliane Sales Luz

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Almir Almeida Magalhães
Andrea Sousa Martins
Angela Márcia Fernandes Araújo
Eliana Rodrigues Freitas Nogueira
Francisca Silva
Frans Beno Gadelha Chaves
Gabriela Paulino da Silva
Juliana Ramos Marinho de Andrade
Laura Maria Tavares Pereira
Luiz Gonzaga Costa Evangelista
Mabelle Araujo Farias
Maicon Sousa de Alencar
Maria Aparecida Nazaré da Costa
Mirella Sousa Evangelista Colares de Vasconcelos
Ricarth Jodgery Pereira Amorim
Roberto Bassan Peixoto
Theodeberto Juares Vieira Nascimento

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Adirson Freitas dos Reis Júnior
Ana Maria Maia
Andrea Limaverde de Araújo
Carolina Braga Dias
Edilson Holanda Costa Filho
Elisabete Maria Cruz Romão
Gustavo Amorim Studar Gurgel
Inahye Dourado
Lincoln Davi Mendes de Oliveira
Louise de Souza Medeiros
Nátália Pinheiro Xavier
Thiago Bessa Araújo
Thomaz Pires Cassundé

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Glaucy Maia Pinheiro
Glinton José Bezerra de Carvalho Ferreira
Marcos Murilo Timbó Batista
Zivaldo Rodrigues Loureiro Junior

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Camila Alencar de Freitas
Elaine Sampaio Almeida
Erick da Silva Oliveira Sotero
Francisco Vildean Lameu de Menezes
Lorena Barroso Soares
Regina Fátima Dias de Sá Pereira
Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá
Rômulo Pinheiro Ribeiro
Sérgio Mendes de Oliveira Filho
Tales Catunda Santos



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



**MENSAGEM DO
GOVERNADOR DO
ESTADO DO CEARÁ**

MENSAGEM Nº 8.435, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Senhor Presidente,

É sob a inspiração de renovado ânimo que, neste primeiro ano do nosso segundo mandato, em atenção a um rito constitucional basilar do processo democrático, venho submeter à apreciação desta Augusta Assembleia Legislativa, com Vossa aquiescência e em atenção aos dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o Projeto de Lei que “*DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2020 – 2023*”.

Ao cumprir as atribuições próprias do Poder Executivo, apresento desse modo, ao Parlamento estadual — e à Sociedade — o Projeto de Lei que sistematiza e institui este Plano Plurianual (PPA), de acordo com o que preconiza a Constituição Federal, no §1º do Artigo 165, e a Constituição de nosso Estado, no §1º do Artigo 203.

Nesta orientação, é praxe já tradicional destacarmos a determinação fundamental de tais dispositivos constitucionais, desde que a Lei fundante do PPA estabeleceu, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital, e outras que delas decorrem, e para os dispêndios relativos aos programas de duração continuada.

Neste nível de articulação, as diretrizes estratégicas elencadas nesta proposta de PPA — que resulta também da nossa experiência cumulativa em duas gestões — entrelaçam-se ao arcabouço da legislação orçamentária de planejamento governamental, que inclui as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais. Mediante a integração desses instrumentos, busca-se o aprimoramento, a harmonização e o alinhamento entre o planejamento de médio prazo e a implementação das políticas públicas no curto prazo — hoje embasadas na riquíssima experiência dos **7 Cearás**.

O PPA, na medida em que entrelaça a visão estratégica e a atuação tático-operacional externada nos programas, reunindo suas iniciativas e entregas, representa relevante ferramenta do planejamento de médio prazo da Gestão Pública Estadual — que persiste

continuamente orientada para resultados —, efetivando a realização das metas gestadas na expectativa da maioria da sociedade, na busca contínua das transformações progressistas, no espectro da realidade social, econômica, cultural, científica, tecnológica e ambiental de nosso Estado, desde os fundamentos das suas múltiplas determinações.

O Plano Plurianual 2020-2023 — que agora submeto à apreciação desta Casa —, solidamente alicerçado em nossa formulação teórica e conceitual, na experiência construída, nos princípios da legalidade democrática e da transparência ética, busca prospectivamente sequenciar e fomentar, nos anos vindouros e subsequentes, as transformações coletivamente inspiradas numa concepção de mundo que trata de desdobrar a aproximação do nosso Ceará daquele horizonte anunciado no alvorecer do nosso primeiro mandato, na apresentação do PPA 2016-2019: *“iluminado pelo desenvolvimento sustentável, com prosperidade, qualidade de vida, equidade social e regional”*.

Neste prumo estratégico, este PPA reúne a reafirmação e aprimoramento do referido arcabouço, no qual os Programas atuaram ao longo dos anos recentes e desdobrarão seu protagonismo enquanto dispositivos inteligentes de organização do desempenho governamental no âmbito do Estado do Ceará, na busca mais estrutural da realização dos resultados socialmente desejados, à medida que perseguem, além da ampliação dos investimentos, a renovada equação das dificuldades, obstáculos, entraves, gargalos ou demandas, laborando na criação ou maximização de novas oportunidades de desenvolvimento — a exemplo do que logramos realizar na execução do PPA 2016-2019, ainda agora em processo de finalização.

Tais Programas não se confundem com arranjos técnicos como já o demonstraram no esforço da realização dos seus objetivos principais em nosso primeiro mandato: a melhoria das condições de vida de todos os cearenses e a promoção do mais amplo desenvolvimento qualificado acima, mediante a oferta de bens e serviços nas diversas áreas, entre as quais destacam-se a Educação, Saúde, Segurança Pública, Trabalho e Empreendedorismo, Infraestrutura e Mobilidade, Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

É relevante ressaltar, no encaminhamento dessa proposta do PPA 2020-2023, que nosso Governo avalia que agiu corretamente ao enfatizar e estimular a interação, a integração e o diálogo com o conjunto da sociedade e das instituições do setor público e do setor privado, gestando a ampla articulação e colaboração das parcerias necessárias ao desenvolvimento do nosso Estado, fermentando o debate inteligente e fomentando o evento de novas ideias, elevando o protagonismo social.

Neste âmbito, ao aprimorarmos os meios de participação cidadã e de múltiplo e diversificado envolvimento das classes e camadas sociais representativas da sociedade cearense, revigoramos a relevância do controle social, imprescindível fundamento da eficiência, eficácia, impacto e efetividade na implementação das políticas públicas.

Além disso, este novo PPA, ao envolver, de modo reiterado, o dinâmico e diversificado entrelaçamento da intersectorialidade e transversalidade, contribuirá para a continuidade do enfrentamento dos grandes desafios, que já alinhara, juntamente com os indispensáveis esforços voltados para a democratização da distribuição da renda e da riqueza, a disseminação de uma cultura da paz — construtiva da antítese à violência e à desagregação social, a criativa geração de mais emprego, trabalho emancipado, a recuperação e o uso sábio e consciente do nosso meio ambiente, antecipando sua preservação para novas gerações, articulando-se ao desenvolvimento econômico, social e territorial.

Neste enquadramento, a proposta do PPA 2020-2023 trata de sequenciar, com novos avanços, o processo que abarca planejamento, execução, monitoramento e avaliação em perspectiva das políticas públicas, estruturadas nos sete grandes Eixos Governamentais de Articulação Intersetorial, identificados como “7 Cearás”, idealizados na inspiração do desenvolvimento de perfil estrutural, dinâmico, produtivo, integrado e intersectorial.

O eixo **Ceará Acolhedor**, mantém seu fundamento no respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas e respeito aos direitos humanos, no sentido de assegurar as políticas públicas inclusivas, priorizando a prevenção e combate à vulnerabilidade social. Seus resultados nos anos recentes fortaleceram as estruturas e instâncias de participação (conselhos municipais, tutelares, fóruns etc.) e as políticas públicas de Acesso a Terra e Moradia, Assistência Social, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional, priorizando as classes e camadas sociais mais vulneráveis, com o estímulo governamental no sentido da preservação do estado democrático de direito, das liberdades políticas e civis.

Este eixo mantém suas preocupações voltadas para a redução da pobreza que em 2017 atingia quase metade da população estadual e da extrema pobreza na qual viviam 8,1 por cento dos cearense. Conta a seu favor com iniciativas como a da criação do Programa para Superação da Extrema Pobreza Infantil no Ceará.

No já citado eixo **Ceará da Gestão Democrática para Resultados**, no qual buscamos “o crescimento constante, equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e a redução persistente

das desigualdades”, logramos aproximação do resultado estratégico adequado a “População atendida com serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, atendendo às necessidades e demandas regionais, com transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal”.

Ampliamos a qualificação técnica e política dos processos de incorporação social e do atendimento à população, permitindo ao Estado atuar mais decisivamente no fomento ao desenvolvimento e na superação das desigualdades.

Temos avançado também, entre outras conquistas, na reversão das sequelas da divisão social do trabalho, desconcentrando investimentos públicos em direção ao interior do Estado, com a meta de alcançar uma redução consistente das disparidades históricas entre o entorno da Grande Fortaleza e as demais regiões.

O eixo **Ceará de Oportunidades**, que busca integrar os fundamentos de sustentação econômica do desenvolvimento, tem enfrentado os imensos desafios da sua articulação à interiorização do desenvolvimento territorial, ao fomentar simultaneamente a geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. São desafios que têm correspondido ao movimento de recuperação da economia cearense a partir de 2017, após registros de queda consecutivos em 2015 e 2016, em decorrência da crise econômica.

Grandiosos desafios que, num estado inserido no semiárido e submetido a uma significativa instabilidade pluviométrica, articulam-se na Agricultura Familiar e no Agronegócio, no Comércio e nos Serviços, na Indústria, na Infraestrutura e na Mobilidade, na Pesca e na Aquicultura, no Trabalho e no Empreendedorismo e no Turismo, em busca do resultado estratégico resumido no “Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações dos territórios cearenses e o protagonismo dos diversos atores.”.

O eixo **Ceará do Conhecimento** busca alicerçar a construção de uma sociedade esclarecida, na sustentação dos pilares de uma economia mais avançada, adotando uma estratégia de estímulo ao salto de qualidade no perfil socioeconômico do Ceará.

Tem se erguido neste eixo a determinação de proporcionar à população uma formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade e diversidade, produção do conhecimento e inovação — uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, na democratização da produção científica e tecnológica, da educação superior, da cultura para as classes e camadas sociais excluídas do processo pedagógico que se busca universalizar.

A missão do Estado consiste, portanto, em assegurar o provimento das condições para a produção da riqueza e sua distribuição equitativa na sociedade, persistindo na edificação de bases sólidas para uma sociedade do conhecimento no Ceará.

O eixo **Ceará Pacífico**, dimensionado na concepção de uma Sociedade Justa, Solidária e Pacífica, ancorado na compreensão do direito universal à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado é protagonista e fiador desses direitos, tem buscado a participação da sociedade como coadjuvante na conquista de uma cultura de paz e num ambiente mais justo e solidário. Neste eixo, não admitimos fronteiras restritivas aos esforços que visam assegurar a toda a sociedade, de forma ampla, qualificada e igualitária, a efetiva segurança cidadã e a justiça dignas de um Estado que aspira a um novo padrão civilizatório.

É assim que a garantia de um Ceará Pacífico pressupõe uma abordagem multissetorial integrada, com foco na prevenção da violência pela redução da vulnerabilidade social de amplos contingentes da população, projetando-se o reordenamento distributivo dos bens e serviços públicos e das relações econômicas e sociais no horizonte da plena justiça social.

O eixo **Ceará Saudável** enfatiza os pressupostos da cidadania, garantia de direitos, a criação de ambientes favoráveis ao bem-estar, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e de habilidades pessoais, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, criação de ambientes favoráveis, mudança de estilos de vida.

Com isso, temos buscado favorecer a vigência de um Estado Saudável que fomenta a cultura de paz e compreende ações articuladas e compartilhadas no espectro das políticas públicas de esporte e lazer, saneamento básico e saúde, alinhadas a outras como educação, habitação, segurança alimentar e nutricional, e programas relacionados, contribuindo para a realização de políticas transversais voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população.

Por fim, neste ambiente, o **Ceará Sustentável** é o eixo que se valoriza em abrangência e contempla a implementação de uma Política Ambiental pautada na preservação e utilização econômica criativa dos recursos naturais. É o que aponta o diagnóstico segundo o qual nosso Estado possui quase a totalidade de seu território encravado no semiárido — um ambiente no qual a prevalência de secas frequentes e prolongadas gera graves dificuldades para a população —, valorizando as políticas de convivência que tratam de atenuar os impactos climáticos, alimentadas pela existência das diversificadas alternativas e estratégias disponíveis desde o aproveitamento do Bioma Caatinga.

É o que o Estado tem realizado, não obstante esse quadro restritivo agravado pelas desigualdades sociais, investindo nas múltiplas alternativas, em parte construídas pelo protagonismo popular e adequadas à efetivação do acesso aos recursos naturais e outros bens fundamentais, diante do resultado estratégico que se resume na expectativa do meio ambiente protegido com utilização racional dos recursos naturais.

Dessa forma também temos compreendido a realização dos resultados pretendidos em cada um dos “7 Cearás”, sob o pressuposto que este Plano Plurianual se orienta por uma gestão participativa que requer uma progressiva articulação entre o Estado e o cidadão, aprimorando a efetividade das políticas públicas no processo de planejamento e monitoramento dos orçamentos e projetos relacionados a sua implementação.

Tal procedimento esteve novamente contemplado na construção do PPA neste ano de 2019, na realização dos encontros regionais de planejamento participativo, promovidos nas 14 regiões de planejamento — a redistribuição geopolítica que reforça o compromisso de promover o desenvolvimento territorial —, ocasiões nas quais compartilhamos, de forma reiterada, o pedagógico desafio de formularmos políticas públicas integradas às necessidades e às vocações de cada território, estimulando mais a aproximação entre poder público e sociedade.

Esse processo de concepção do planejamento participativo motivou maior amplitude na reflexão estruturada e descentralizada da realidade cearense, ampliando nossa percepção da complexidade dos imensos desafios, devido ao déficit ainda remanescente de políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento, garantia do bem estar e provisão de bens públicos. Isso reforçou nossa certeza, na elaboração desse Plano, acerca da persistência, após uma gestão, de um passivo remanescente do Estado enquanto provedor de bens públicos, avalista da proteção social e indutor da produtividade e do emprego — a ser tratado neste novo PPA.

Em sintonia com os princípios do Estado Democrático de Direito, o Projeto de Lei do PPA 2020-2023 igualmente incorpora e espelha o elevado espírito que reitera o compromisso de respeito à relação harmônica com os demais Poderes e instâncias da Administração Pública.

Nesta mesma sintonia, se afirma a convivência com o Poder Legislativo Estadual, que, em especial nas gestões recentes, tem se relacionado com o Poder Executivo desde um notável espírito republicano e ênfase nas proposições que incrementam a inclusão social, combate à pobreza, geração de empregos e renda, oferta de serviços essenciais a milhões de pessoas, na percepção do desenvolvimento sustentável e da equidade social no Ceará.

No mesmo patamar de relevância, reafirmamos o compromisso do Governo com os princípios pautados na integridade, na competência dos que não se resignam ao papel de “reinventar a roda” como prática de gestão, e nos compromissos programáticos estabelecidos com a população, na ampliação da participação e respeito às ideias oriundas de toda a sociedade.

Por fim, agradeço aos que, direta e indiretamente, contribuíram nessa construção coletiva que se reproduz no conteúdo desta proposta de PPA, e reafirmo a expectativa de contar com as senhoras Deputadas e os senhores Deputados na apreciação e implementação desse Projeto de Lei que institui o novo Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 30 de setembro de 2019.

Camilo Sobreira de Santana

GOVERNADOR DO ESTADO

À Sua Excelência o Senhor

Deputado José Sarto Nogueira Moreira

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) configura-se como o principal instrumento de planejamento legalmente constituído cujo papel é estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Estado do Ceará, tanto para as despesas de capital, ou seja, as relativas ao aumento patrimonial, quanto as de natureza continuada, advindas, em sua maioria, dessas dos projetos de expansão da oferta de serviços públicos à sociedade, conforme disposto nos artigos 165 da Constituição Federal de 1988 e 203 da Constituição do Estado do Ceará de 1989.

Este Plano, que conecta duas gestões governamentais, numa perspectiva de garantir a continuidade das estratégias desenhadas, declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados e estabelece a alocação de recursos para um período de quatro anos. Nesse recorte, se inserem todas as iniciativas de governo, complementadas por aquelas em parceria com outros atores, públicos e privados.

A gestão governamental eleita para o período 2019-2022 tem a importante missão de elaborar, de forma integrada e articulada com todos as instituições públicas estaduais, dos três Poderes, o Plano para o quadriênio 2020-2023, baseado em diretrizes estratégicas e nos compromissos assumidos perante a sociedade, em observância às tendências globais, nacionais e regionais, bem como o panorama socioeconômico.

Nesse contexto, destaca-se que, a partir dessas diretrizes, estratégicas e regionais, fruto do intenso diálogo com representantes da sociedade, dos cenários globais, nacionais e regionais e das perspectivas socioeconômicas para o Ceará, foram estabelecidos os resultados estratégicos e temáticos, cujo alcance é medido por indicadores, o que delinea, em termos gerais, o Ceará almejado no médio e longo prazos.

Este desafio de planejamento governamental busca consolidar em um único instrumento a vontade e os interesses de todos os cearenses, orientando, desta forma, a atuação dos gestores públicos e dos agentes sociais na implementação das políticas públicas. Por este motivo é que a missão de planejar, de estabelecer um futuro para todos os cearenses e para os que aqui se encontrarem, representa um papel fundamental na superação dos diversos desafios que o Governo do Estado deverá enfrentar.

O presente Plano Plurianual, elaborado para o período de 2020 a 2023, tem suas bases estabelecidas em premissas essenciais para a implementação das políticas públicas neste novo ciclo:

1) no modelo de gestão pública baseada no alcance dos resultados desejados pela sociedade, na execução de políticas e programas, privilegiando o foco em resultados, em detrimento da ótica centrada exclusivamente no gasto, o qual prioriza ações mais estratégicas e contempla o senso distributivo na alocação dos recursos públicos;

2) no fortalecimento da participação cidadã na construção, execução, monitoramento e avaliação dos programas e projetos para os próximos quatro anos, promovendo a interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas, em um forte processo de planejamento participativo, tanto presencialmente, quanto por meio da interação virtual promovida pela Plataforma Ceará Transparente;

3) na promoção do desenvolvimento territorial, equilibrando a dimensão territorial, na superação dos desafios e na potencialização das oportunidades regionais, a partir, sobretudo, de suas vocações e dos anseios da sociedade;

4) na intersetorialidade para a implementação de políticas públicas, de forma articulada e multifacetada, trazendo ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, com o principal propósito de eliminar a fragmentação das ações e o desperdício de recursos; e

5) na promoção do desenvolvimento sustentável, em alinhamento às tendências mundiais de busca pelo equilíbrio entre as necessidades da população, cada vez mais crescentes, e a utilização racional dos recursos, nas dimensões ambiental, social e econômica.

Desta forma, com o objetivo central de ampliar a efetividade das políticas públicas, com eficiência na utilização dos recursos para a geração das entregas para a sociedade cearense e eficácia no cumprimento das metas pactuadas, partindo-se das supramencionadas premissas e buscando um contínuo aprimoramento deste processo de planejamento de médio prazo, foram concretizadas melhorias na metodologia de elaboração do PPA 2020-2023 e em sua estrutura, montada em três bases – estratégica, tática (programática) e operacional –, aprimoramento o alinhamento com os demais instrumentos de planejamento legais, a saber: a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, e com a Plataforma de

Desenvolvimento Estratégico de Longo Prazo - Ceará 2050 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por fim, há que se levar em consideração que, por se tratar de um instrumento de planejamento de médio prazo, o Plano Plurianual estará sujeito a mudanças e adaptações, conforme a concretização, ou não, dos cenários prospectados para o Estado do Ceará, nesse próximo ciclo quadrienal, sendo pertinente que se procedam às modificações necessárias, durante a elaboração de suas revisões ou adequações previstas na própria lei que institui o Plano.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



CONCEPÇÃO DO PLANO PLUARIANUAL 2020-2023

CONCEPÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023

O Plano Plurianual (PPA) é o documento de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Estado ao longo de um período de quatro anos, abrangendo o segundo, terceiro e quarto anos do mandato do governante eleito e o primeiro ano do governo seguinte para garantir a continuidade de ações de um governo para o outro.

O PPA 2020–2023 deve demonstrar todas as estratégias estabelecidas de forma coordenada e conter a delimitação e a enunciação das diretrizes genéricas e abrangentes, orientado por premissas bem delimitadas.

PREMISSAS DO PPA 2020-2023

Representando um dos elementos centrais do Planejamento Governamental do Estado do Ceará, o PPA é orientado pelas seguintes premissas, de suma relevância para a implementação das políticas públicas ao longo dos próximos quatro anos:

- **Gestão para Resultados** como modelo de gestão pública moderno, que se baseia no estabelecimento de resultados desejados sob a ótica do cidadão, como um cliente da oferta de bens e serviços públicos, cuja mensuração é obtida por indicadores que traduzem o desempenho das políticas;

- **Participação cidadã** na promoção da interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas, em um processo de planejamento participativo, que dá o norte para o desenho da estratégia governamental;

- **Promoção do desenvolvimento territorial** na busca pelo estabelecimento do equilíbrio entre a oferta governamental e as vocações dos territórios, visando superar desafios, sobretudo a desigualdade entre as 14 regiões do Ceará, e potencializar oportunidades;

- **Intersetorialidade** que traduz a implementação de políticas públicas articuladas e integradas, trazendo ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, superando a fragmentação das ações e o desperdício de recursos; e

- **Promoção do desenvolvimento sustentável** alinhada ao conceito global de desenvolvimento, o que demanda um planejamento de políticas públicas que leve em conta a sustentabilidade econômica, ambiental e social do estado.

A ELABORAÇÃO DO PPA 2020-2023

Aspectos Gerais

O Projeto de Lei do PPA 2020-2023 do Estado do Ceará apresenta duas partes: i) a base estratégica do Plano, com seus princípios e diretrizes gerais; e ii) a programação de governo para os próximos quatro anos.

O Plano Plurianual orienta-se por uma construção coletiva, resultado do trabalho realizado com diferentes segmentos da sociedade, no processo participativo, e de um intenso desenvolvimento de atividades no âmbito de todas instituições estaduais, dos três Poderes.

Tal construção gera uma sinergia e confluência de ideias e esforços que se traduzem nos resultados que se espera alcançar nas diversas políticas públicas, ao longo dos próximos quatro anos.

Esses resultados esperados foram idealizados em alinhamento a Diretrizes Estratégicas, como a Plataforma Ceará 2050 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tanto no nível de maior agregação das políticas, os Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, os 7 Cearás, quanto no nível dos Temas Estratégicos, que representam a configuração de 29 grandes linhas de atuação do Estado, no caso, políticas públicas organizadas de modo a gerar valor para a sociedade.

A partir dessa Base Estratégica, o PPA 2020-2023 está estruturado em Programas Finalísticos, Administrativos e Especiais, os quais compõem a sua Base Tática, também chamada de Base Programática.

O desenho e a implementação da metodologia de formulação do Plano foram coordenados pela Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), em um processo compartilhado com todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, facilitando a articulação intersetorial e o enfoque regional.

Para tanto, foram promovidos diversos momentos de formação e discussão com gestores e equipes setoriais, das áreas de planejamento e das áreas consideradas finalísticas, envolvidas nesse processo de construção das bases do Plano, traduzidos nas seguintes etapas:

- Ideação da metodologia de construção do Plano 2020-2023, à luz da avaliação do PPA 2016-2019 e do *benchmarking* com outros entes da Federação, entre os meses de maio e outubro de 2018;
- Realização de oficinas de discussão com as equipes técnicas da Rede Estadual de Planejamento para a consolidação da metodologia, entre os meses de novembro de 2018 e fevereiro de 2019;
- Formação na construção da Base Estratégica, de 21 de março a 04 de abril de 2019, com nove turmas e carga horária de 16 h/a;
- Realização de oficinas de discussão e validação dos resultados e indicadores estratégicos dos sete Eixos Governamentais de Atuação Intersectorial, de 08 a 12 de abril;
- Realização de oficinas de discussão e validação dos resultados e indicadores de 28 Temas Estratégicos (exceto o Tema Administração Geral), de 29 de abril a 10 de maio;
- Realização de oficinas de discussão e validação dos resultados, indicadores e estratégias dos oito Temas Transversais, de 14 a 17 de maio;
- Formação na construção da Base Tática – Parte 1 (Programas), de 27 a 31 de maio, com 10 turmas e carga horária de 08 h/a;
- Realização de encontros regionais para a promoção da participação cidadã na formulação das Diretrizes Regionais, entre os dias 04 e 28 de junho, que contaram com a presença de 1.470 representantes da sociedade nas 14 regiões de planejamento;
- Formação na construção da Base Tática – Parte 2 (Iniciativas e Entregas), de 1º a 06 de julho, com 10 turmas e carga horária de 08 h/a;
- Formação na construção da Base Operacional, de 05 a 22 de agosto, com 10 turmas e carga horária de 12 h/a; e
- Elaboração dos programas, sendo 88 finalísticos, um administrativo e três especiais.

Metodologia de elaboração do Plano

A metodologia de construção do Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023 foi idealizada a partir da análise da metodologia de elaboração do PPA 2016-2019, como um constante processo de aprimoramento dos mecanismos de planejamento governamental, assim como em alinhamento ao estabelecido no Modelo de Gestão para Resultados do Estado do Ceará, o qual parte de uma forte tendência de busca continuamente a orientação para resultados.

Apesar de se ter o conhecimento da existência de uma diversidade e variedade de experiências mundiais em relação às melhorias na forma de gerir a coisa pública, a “orientação para resultados” (ou para o mercado ou cliente ou desempenho) constitui uma premissa presente em praticamente todos os modelos modernos de gestão, representando, na realidade, uma das maiores contribuições à administração pública.

Tal orientação para resultados se caracteriza por ser uma mudança radical nos modelos da administração pública ao vislumbrar uma nova perspectiva de abordar a dinâmica e o funcionamento das organizações.

É com base nesse entendimento que o Tribunal de Contas da União (TCU), em seu Manual de Auditoria Operacional, reforçou essa necessidade, como se pode observar na figura a seguir, de a gestão pública buscar continuamente se orientar para resultados, sobretudo aqueles percebidos pelo seu principal público, cliente: os cidadãos.

Figura 1: Diagrama de insumo-produto



Fonte: “Manual de Auditoria Operacional”. Brasília: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog), 3ª ed. 2010, pág. 11 (Adaptado ISSAI 3000/ 1.4.2004).

Nesse contexto de orientação da gestão na perspectiva do alcance de resultados, o Governo do Ceará adotou oficialmente o Modelo de Gestão para Resultados desde 2003, o qual foi recentemente, em 2017, regulamentado pelo Decreto Nº 32.216.

A partir dessa regulamentação, o Governo declarou de forma mais clara como trabalha na dinâmica da Gestão para Resultados, especificamente ao declarar os sete princípios que norteiam o referido modelo de gestão, sendo o primeiro e principal deles: Foco em públicos-alvo claros e inequívocos, mais uma vez reforçando o discurso de que as instituições governamentais do Estado do Ceará devem trabalhar de forma clara e certa para seu cliente, para os cidadãos.

Figura 2: Princípios da Gestão para Resultados



Fonte: Modelo de Gestão para Resultados. Decreto Nº 32.216, de 08 de maio de 2017.

Alinhada ao entendimento do TCU e baseada no Modelo de Gestão para Resultados do Ceará, a metodologia de construção do PPA 2020-2023, evoluída a partir do método adotado por ocasião da elaboração do PPA anterior, conversou com a Teoria da Mudança, método bem difundido utilizado na construção de programas e projetos, cujos principais benefícios¹ são:

1 MAFRA, Fábio. A Teoria da Mudança e sua possível utilização em Auditorias Operacionais. In Revista do TCU.

- Possibilitar uma visão clara de como uma intervenção deve funcionar, podendo apontar possíveis falhas de concepção;
- Possibilitar a identificação de suposições que podem estar associadas a riscos de não se atingir os resultados esperados;
- Facilitar a identificação de questões a serem avaliadas;
- Viabilizar um entendimento comum sobre o funcionamento do programa ou atividade governamental;
- Auxiliar a identificação de elementos-chave do programa, que desempenham papel crítico para seu sucesso;
- Facilitar a identificação de indicadores para a mensuração do progresso do programa ou atividade governamental; e
- Possibilitar a apresentação dos resultados de uma determinada política ou programa.

Diante de todos esses elementos e, a partir de uma análise de *benchmarking* com outros estados, foi realizada uma adaptação no que se convencionou chamar de Cadeia de Valor da Gestão para Resultados, cujos elementos constituintes espelham-se na estrutura do Plano Plurianual, da Base Estratégica à Base Operacional, como se observa na Figura 3.

Figura 3: Cadeia de Valor da Gestão para Resultados e a estrutura do PPA 2020-2023



Fonte: Adaptado da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo – “Orçamento por Resultados no Estado de São Paulo: experiências, desafios e perspectivas”. São Paulo: Cartola, 2015, pág. 18.

A seguir, apresentaremos a estrutura do Plano Plurianual 2020-2023, a qual, conforme apresentado, espelha a Cadeia de Valor da Gestão para Resultados, idealizada a partir da adoção do método da Teoria da Mudança, na idealização dos resultados esperados, na ótica da demanda, e na identificação das intervenções necessárias, organizadas na figura dos programas, na ótica da oferta.

Dimensões e Componentes do PPA 2020-2023

Como já mencionado, o Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas estaduais, declarando as escolhas pactuadas com a sociedade e contribuindo para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados.

Nesse sentido, a partir de direcionadores estratégicos para sua formulação, contendo macro-tendências, panorama socioeconômico e perspectivas econômicas, além de diretrizes estratégicas e regionais, o Plano estrutura-se nas seguintes bases ou dimensões:

• Base Estratégica

Trata-se do desenho estratégico do alcance do Plano, sob a ótica da demanda, ou seja, da percepção da sociedade acerca do que se espera alcançar de resultados nas diversas políticas públicas, em uma visão de **efetividade**. Tal base corresponde ao conjunto dos:

(i) Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, seus resultados estratégicos e indicadores; e

(ii) Temas Estratégicos, seus resultados temáticos e indicadores.

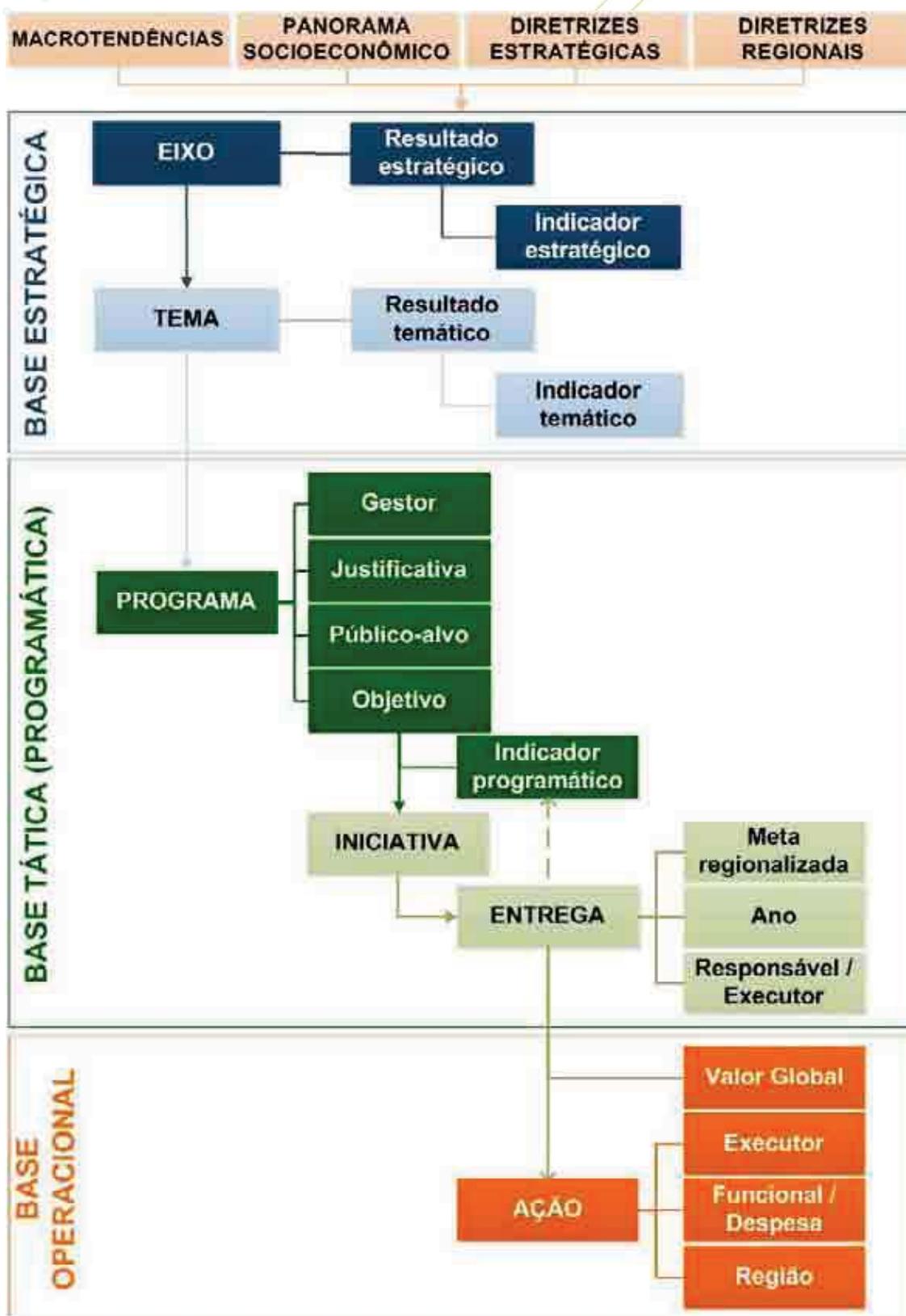
• Base Tática

Sob a ótica da oferta governamental, a Base Tática, ou Programática, define caminhos, por meio dos programas, e estabelece metas, na busca da **eficácia** na implementação das estratégias voltadas ao alcance dos resultados estabelecidos na Base Estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada.

• Base Operacional

Relaciona-se com o desempenho da ação governamental, no nível da **eficiência**, podendo ou não necessitar de aporte de recursos financeiros, sendo estes orçamentários ou extraorçamentários. Esta é a base especialmente conectada com a Lei Orçamentária Anual, no tocante às ações que necessitam de recursos financeiros registrados no orçamento público.

O PPA 2020–2023 trata essas dimensões conforme ilustrado na figura abaixo, com suas principais categorias, descritas na sequência.



A Base Estratégica do PPA 2020-2023 é definida a partir do **Eixo Governamental de Atuação Intersetorial**, que representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de tornar o Ceará um estado com desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

No âmbito deste Plano, cada um desses eixos representam uma vertente de organização das políticas públicas, em um contexto de integração, sendo eles: Ceará Acolhedor, Ceará da Gestão Democrática para Resultados, Ceará de Oportunidades, Ceará do Conhecimento, Ceará Pacífico, Ceará Saudável e Ceará Sustentável.

Para cada eixo, foi discutido e estabelecido um *Resultado Estratégico*, que traduz a situação futura que se deseja visualizar no eixo, medido por indicadores de impacto, instrumentos que permitem aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada eixo, gerando subsídios para seu monitoramento e avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

Na Lei do PPA, alguns atributos extraídos das notas metodológicas dos indicadores serão apresentados:

- Título, que sintetiza a ideia central do que se pretende medir;
- Unidade de medida, que define como o Indicador será contado, podendo ser em casos por 100 mil habitantes, tonelada por hora, Gigabyte por segundo, metro cúbico etc.;
- Polaridade, que demonstra o sentido desejado de seu comportamento, podendo ser: “Quanto maior, melhor” ou “Quanto menor, melhor”;
- Referência, contendo o ano e o valor registrado na série histórica que servirá de ponto de partida para a verificação do desempenho futuro do Indicador; e
- Expectativa de desempenho, com o registro do que se deseja alcançar nos próximos quatro anos.

Cada eixo foi construído de modo a priorizar temas que representam as diversas áreas de atuação do governo na implementação das políticas.

O **Tema Estratégico** consiste em desdobramento do Eixo na figura das diversas políticas públicas estaduais e pode ser classificado em Setorial ou Intersetorial, conforme o envolvimento de uma ou mais setoriais na execução de seus programas.

Assim como para o eixo, para cada tema foi discutido e estabelecido um *Resultado Temático*, que traduz a situação futura que se deseja visualizar no tema, medido por indicadores de resultado final de cada política.

Da mesma como no caso do *Indicador Estratégico*, para o *Indicador Temático* serão apresentadas as principais informações das notas metodológicas: título, unidade de medida, polaridade, referência e expectativa de desempenho.

Para a consecução dos resultados estabelecidos no nível estratégico, a Base Tática tem como elemento central o **Programa**, instrumento de organização da ação governamental, o qual visa solucionar ou amenizar problemas, atender demandas ou criar/aproveitar oportunidades de desenvolvimento para a população cearense, tendo a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação. São classificados em Finalísticos, Administrativos ou Especiais.

Enquanto os Programas Finalísticos geram bens ou serviços para a sociedade, o Programa Administrativo é voltado para o funcionamento da máquina administrativa do Estado e os Programas Especiais, por sua vez, são aqueles que não contribuem, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não geram entregas à sociedade, nem ao governo.

Os principais atributos do Programa são:

- Órgão Gestor é o órgão da Administração Pública Estadual responsável pela coordenação e gestão do programa. Na perspectiva de cumprimento da premissa da Intersetorialidade, o Gestor tem a missão de coordenar os trabalhos dos diversos Executores das entregas previstas no Programa;

- a *Justificativa* declara o que motivou a formulação do programa, isto é, o problema, a demanda ou oportunidade que justifica sua execução, apresentando o contexto que ensejou a criação do programa;

· o *Público-alvo* representa grupos de pessoas, comunidades, instituições ou setores beneficiados pelas entregas do programa. Representa o(s) segmento(s) da sociedade para o(s) qual(is) o programa foi construído, ou seja, aquele(s) a serem beneficiados de forma direta pelas entregas do programa;

· o *Objetivo* expressa para que será realizado o programa, com foco no tratamento de um problema específico, atendimento de determinada demanda social ou potencialização de oportunidades. Declara o resultado intermediário que o Governo deseja alcançar no âmbito das políticas públicas, medido por indicadores programáticos, ou seja, indicadores de resultado intermediário.

No caso de *Indicador Programático*, o quadro síntese da nota metodológica apresentado traz uma única variação em relação aos do indicador estratégico e do temático: no lugar de “Expectativa de desempenho” serão apresentadas as “Metas de desempenho”, por se entender que há maior governabilidade sobre o comportamento desses indicadores, do que daqueles.

Para alcançar o resultado intermediário, traduzido no Objetivo do Programa, é necessário a implementação de estratégias, traduzidas em cada **Iniciativa**, que é a declaração da oferta governamental, visando melhorar o desempenho dos indicadores programáticos.

Trata-se da estratégia a ser implementada, ou seja, os caminhos, as linhas de atuação, que gerará entregas para o público-alvo. A referida estratégia é idealizada para promover a variação entre o ponto de partida, a situação histórica e atual diagnosticada (Justificativa) e o ponto de chegada, aonde se pretende chegar, no âmbito do programa (Objetivo). Em outras palavras, as iniciativas declaram as linhas de atuação do governo, a partir da lógica da prestação dos serviços públicos, voltadas a resolver os problemas, atender as demandas ou aproveitar as oportunidades.

Neste sentido, para alcançar o Objetivo, a partir dos pontos extraídos da Justificativa e visando atender às Diretrizes Estratégicas e Regionais, é verificado o nível de mudança necessária. Este nível traduz a oferta do Estado em termos de serviços públicos, com foco regional, organizada em quatro dimensões:

- implantação da prestação de serviços, pois os mesmos ainda não existem;
- expansão da prestação de serviços já existentes;
- qualificação da prestação de serviços já existentes; e
- promoção da prestação de serviços.

As três primeiras dimensões representam a ampliação ou melhoria dos serviços, o que se concretiza por meio de ações de projetos, enquanto a última representa as atividades, ou seja, a manutenção da oferta dos serviços.

Para a Iniciativa são estabelecidos os seguintes atributos:

- Título, que sintetiza a estratégia desenhada conforme o nível de mudança necessária em relação aos pontos de atenção extraídos da Justificativa; e
- Caracterização, que explica com mais detalhes o que está contido nessa estratégia, ou seja, uma rápida descrição do que consiste a iniciativa, representando uma espécie de parte específica do objetivo.

De modo a alcançar o Objetivo do Programa, no âmbito de cada Iniciativa, a **Entrega** traduz o que o público-alvo receberá no tocante a determinada estratégia, ao longo dos quatro anos de vigência do Plano. É o bem ou o serviço a ser disponibilizado para o público-alvo.

Para a Entrega são estabelecidos os seguintes atributos:

- Título, que representa o bem ou serviço finalizado, entregue para o público-alvo;
- Unidade de medida, que define como a entrega será contada, podendo ser em número absoluto, quilômetro, metro cúbico, tonelada etc.;
- Acumulatividade, que demonstra se as metas anuais da Entrega são acumuladas, ou seja, se somam ano a ano, ou não; e
- Definição, que explica com mais detalhes o que está contido na Entrega, isto é, uma descrição do que consiste a oferta governamental.

Para promover a mudança que se espera, a Entrega é quantificada e, para cada ano do Plano são definidas *Metas Regionalizadas*, ou seja, o quantitativo que se planeja disponibilizar, ano a ano, durante os quatro anos, para o público-alvo, em cada uma das 14 regiões de planejamento do Estado, estabelecidas na Lei Complementar Nº 154/2015.

Tal distribuição espacial do que se pretende entregar para o público-alvo atende à premissa da Promoção do Desenvolvimento Territorial, uma vez que condiciona o planejamento de forma diferenciada para cada região, conforme suas características geoambientais e socioeconômicas, levando em consideração, além disso, o que a sociedade registrou em termos de Diretrizes Regionais, no processo de Planejamento Participativo e Regionalizado, realizado no mês de junho, em atendimento à premissa da Participação Cidadã.

Em termos de governança da implementação da estratégia governamental, além da figura do Gestor do Programa, já apresentado acima, há outras duas figuras essenciais na dinâmica da oferta dos bens ou serviços: o *Responsável* e o *Executor*.

O *Responsável* é o órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, de qualquer dos três Poderes, responsável direto pela entrega finalizada, o “dono” da entrega. Na maioria dos casos, o responsável pela entrega está diretamente envolvido com a política em questão. Por seu turno, o *Executor* é o órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, de qualquer dos três Poderes, que executa, parcial ou totalmente, as atividades para a concretização da Entrega finalizada, podendo ou não ser o Responsável.

Essa divisão de atribuições no âmbito do Programa está em alinhamento com a premissa da Intersectorialidade, aplicada à grande maioria dos programas, em uma visão de que os programas são do Estado e não das instituições.

Por fim, a estrutura do Plano Plurianual se encerra na Base Operacional, que tem na **Ação** e no **Valor Global** as figuras centrais.

Para a metodologia do PPA 2020-2023, entende-se a Ação como o ato governamental planejado para a concretização da Entrega da Iniciativa, visando alcançar o Objetivo do Programa, alinhado aos Resultados Temáticos e Estratégicos; é a forma como a estratégia será implementada no nível operacional.

Em outras palavras, a Ação traduz o que deverá ser feito para gerar os bens ou serviços (entregas) que o público receberá em cada ano do PPA.

Na estrutura de governança do Programa, para cada Ação há um *Executor* que representa o órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, de qualquer dos três Poderes, que executa o ato, ou seja, que executa o que está previsto ser realizado para a concretização da entrega finalizada.

Em termos de organização das informações, para a Ação são estabelecidos os seguintes atributos:

- Detalhamento, que registra as informações adicionais da Ação, de modo a melhorar o entendimento da sociedade acerca da mesma e promover a melhoria da clareza e da transparência;

- Necessidade de aporte financeiro, identificação se a Ação necessita ou não de aporte de recursos financeiros para sua implementação, sendo eles do tipo: orçamentário, recurso previsto no Orçamento Público do Estado, ou seja, que compõe as respectivas Leis Orçamentárias Anuais; e extraorçamentário, recursos não previstos no Orçamento Estadual, uma vez que são aplicados de forma direta, quer seja por parceiros públicos ou privados;

- Tipo, que pode ser, dependendo da temporalidade de sua execução e da contribuição para a Entrega: projeto, atividade ou operação especial;

- Classificação do Gasto, demonstrando qual a composição do gasto a ser executado, para o caso das ações que necessitem de aporte financeiro. De acordo com a prevalência dos gastos, a classificação pode ser: i. para o Poder Executivo: Pessoal e Encargos Sociais, Gastos Correntes Finalísticos Continuados, Gastos Correntes Administrativos Continuados, Investimentos/Inversões Finalísticas, Investimentos/Inversões Administrativas, Gastos Correntes Finalísticos Não Continuados, Gastos Correntes Administrativos Não Continuados, Transferências aos Municípios e Pagamento da Dívida; e ii. para os outros Poderes: Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos;

- Ano de execução, exercício financeiro em que a Ação será executada, no quadriênio 2020-2023; e

· Cooperações com o público e o privado, informações adicionais de cooperação do governo com o público e o privado, mais especificamente quanto a: Contrato de Gestão, Operações de Crédito, Parceria Público-Privada e Concessão.

Apesar de não compor diretamente a estrutura do Plano, as ações são elementos essenciais que demonstrou como se pretende gerar as entregas e quais os recursos necessários para tal.

No tocante aos recursos orçamentários, as ações são estruturadas por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual, obedecendo à composição estabelecida na legislação específica no que tange às classificações Institucional, ou Organizacional, Funcional e Econômica, e são fixados os valores registrados na parte da Despesa, em equilíbrio à previsão da Receita.

Ao cabo do processo de elaboração da peça orçamentária para o primeiro ano de execução do Plano, os valores orçamentários são agregados no nível da Entrega e projetados para os outros três anos de vigência do Plano, o que compõe o Valor Global do Programa em termos orçamentários. Além disso, no caso de recursos extraorçamentários, os valores são definidos, também no nível da Entrega, para os anos de sua execução.

Em outras palavras, o Valor Global se traduz no volume total de recursos, sejam orçamentários e, ou, extraorçamentários, necessários à concretização de todas as entregas planejadas nos quatro anos de vigência do Plano.

Este Valor Global servirá para a análise de eficiência do gasto, na verificação do confronto entre os recursos disponibilizados e as metas concretizadas, ou seja, uma avaliação insumo-produto, podendo, inclusive, proporcionar uma avaliação insumo-resultado, visto que os elementos da Cadeia de Valor da Gestão para Resultados estão espelhados na estrutura do Plano.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



**CONDICIONANTES
DO CONTEXTO GLOBAL,
NACIONAL E REGIONAL**

MACROTENDÊNCIAS GLOBAL, NACIONAL E REGIONAL QUE VÃO MOLDAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO FUTURO

Quando se fala em estratégias de políticas para o futuro, é imprescindível trabalhar com os fatos relevantes que poderão influenciar o desempenho dos governos e da sociedade. O reconhecimento dessas forças convergentes (megatendências) pode ensejar a abertura de um amplo leque de novas oportunidades, possibilitando, adicionalmente, a readequação de estratégias previamente definidas.

Na realidade, o futuro é uma construção coletiva e imprevisível, moldada por diversas variáveis, atores, tendências e vetores da economia, da política, da tecnologia, da psicologia social e da natureza. Ele pode ser visto com otimismo ou pessimismo, mas projeta fortalezas e fraquezas em um contexto de oportunidades e de ameaças.

Por essa razão, torna-se fundamental ter consciência das grandes tendências atuais, para construir visões a respeito do futuro que ajudem a fazer as apostas estratégicas corretas, corrigindo fraquezas para enfrentar ameaças e investindo nas fortalezas para aproveitar plenamente as oportunidades. A falta de visão de futuro e de pensamento estratégico pode se tornar um gargalo ao desenvolvimento.

As empresas, o governo e os indivíduos de hoje estão respondendo a mudanças que pareciam inimagináveis até alguns anos atrás. A inteligência artificial e a robótica estão reinventando o trabalho. Além disso, drones e carros sem motorista estão transformando as cadeias de suprimento e a logística. E a mudança de preferências e expectativas – principalmente na geração do milênio – está alterando os padrões de consumo e a demanda por tudo, de carros a imóveis.

São novos e grandes desafios que os governos estarão se deparando, os quais, certamente, exigirão mais eficiência na forma de gerir o Estado e mais resultado para o cidadão. Nesse contexto, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias eficazes, capazes de capturar esses movimentos que ocorrem em escala mundial e nacional, de forma a implementar políticas corretas para o atingimento dos objetivos definidos.

Portanto, o presente tópico vai traçar as principais características desse novo ambiente que se prenuncia para os próximos anos, estando diferenciadas em termos de escopo mundial, nacional ou regional.

1. MEGATENDÊNCIAS GLOBAIS

A globalização faz com que quaisquer ações e investimentos realizados por nações, mesmo as mais fechadas, gerem impacto no restante do mundo. Neste sentido, algumas visões compartilhadas sobre o futuro do mundo acabam, também, convergindo na construção desse futuro. Como o país está cada vez mais inserido no mundo globalizado, o conhecimento dos movimentos globais é o primeiro passo para a construção de estratégias e de políticas públicas sinérgicas e eficazes.

As megatendências mundiais, portanto, são grandes tendências transformadoras que definem o presente e moldam o futuro por seu impacto nas empresas, governos, economias, indústrias e sociedades.

Uma evidente megatendência mundial refere-se ao **Crescimento da População a Taxas Marginais Decrescentes, com Envelhecimento Populacional**. Em 2030, estima-se que a população mundial será de 8,3 bilhões de pessoas, pressionando fontes de energia, água, alimentos, uso da terra e extração mineral (meio ambiente), sobretudo no mundo em desenvolvimento. Em decorrência das baixas taxas de crescimento populacional dos países desenvolvidos, Ásia, África e América Latina responderão pelo crescimento mundial, porém em taxas marginais decrescentes, sendo que China e Índia poderão ter 35% da população mundial em 2030. Ao lado disso, se destaca também o envelhecimento da população, em decorrência da taxa de natalidade decrescente e do aumento da expectativa de vida. Até 2030, a população mundial de pessoas com mais de 65 anos deve dobrar para 1 bilhão, elevando a proporção de idosos de 8% para 13%.

O envelhecimento da população, devido ao declínio das taxas de fecundidade e de ganhos generalizados na longevidade, tem um efeito potencialmente negativo sobre o crescimento econômico, pois reduz a proporção da população em idade de trabalhar, ao mesmo tempo em que pressiona o sistema previdenciário em geral, uma vez que há uma tendência do aumento do número de aposentados e de pensionistas cujos benefícios também deverão ser pagos por mais tempo.

O **Aumento da Pressão por Recursos Hídricos** também é uma força condicionante da tendência global. Segundo o relatório mundial que a Organização das Nações Unidas lançou no Fórum Mundial da Água, realizado em março de 2018, a demanda mundial por água tem aumentado a uma taxa de 1% por ano, em razão do crescimento da população e

de mudanças nos padrões de consumo. Assim, conforme esse relatório, a demanda mundial por água vai aumentar cerca de 55% até 2050. Por outro lado, cenários de secas e cheias têm ficado cada vez mais extremos e estima-se que o número de pessoas que vivem em áreas com potencial de apresentar escassez hídrica ao menos uma vez por ano pode saltar dos atuais 3,6 bilhões para algo entre 4,8 bilhões e 5,7 bilhões até 2050.

Outro desafio importante tem a ver com o **Crescimento da Demanda Mundial por Alimentos** devido ao crescimento da população. De acordo com a ONU, a demanda mundial por alimentos vai crescer 70% até 2050. Certamente, essa tendência vai impactar no comportamento das pessoas, que deverão se tornar produtores, distribuidores e consumidores melhores, evitando o desperdício e perdas por manuseio. Para responder a demanda dos 9 bilhões de habitantes do planeta em 2050, a eficiência do uso dos recursos naturais – principalmente a água, energia e terra – deverá ser aumentada.

A tendência de **Intensificação das Mudanças Climáticas** representa uma grande força de transformação, constituindo-se em um fenômeno atual, que já vem mudando paisagens, climas, faunas e floras no mundo todo. O mundo continua mudando e cada vez mais está sofrendo interferência do homem e isto tem acelerado o processo. Compreender os motivos que estão acelerando o processo de mudança climática e como essas mudanças vêm afetando a sociedade é fundamental para que sejam desenvolvidas formas de reverter, mitigar ou desacelerar o processo de mudança.

Outras tendências globais apontam para a **Busca por Fontes Alternativas de Recursos**, tendo em vista que a sociedade é altamente dependente de energia, o que torna essa temática estratégica para qualquer país. Além disso, a transversalidade do tema de energia faz com que este apresente uma relação estreita com vários outros processos econômicos. A redução na disponibilidade de recursos energéticos e o conseqüente aumento dos custos colocam em primeiro plano a busca pela eficiência. Soma-se a isso a crescente preocupação com as repercussões das atividades econômicas sobre o meio ambiente e com as mudanças climáticas.

Outra força convergente a influenciar o futuro refere-se à **Redefinição dos Macrossetores da Economia**, impulsionada pelo desenvolvimento de novas tecnologias e ferramentas que estão modificando os setores, seja indústria, serviço ou agricultura, forçando esses setores a se reinventar e modificar a forma como eles se posicionam e trabalham. Essas mudanças estão definindo as estratégias de atuação no mercado e a forma como

as empresas são vistas e valoradas pela sociedade. As tecnologias digitais e mídias sociais estão mudando a maneira como as empresas e a sociedade se relacionam. E o resultado é um conjunto de ferramentas emergindo como uma força poderosa que deve impulsionar as empresas a entender, se aproximar e localizar seus consumidores, como nunca antes.

A **Expansão da Economia Digital** é outra força poderosa devido às transformações da era digital que acarretam uma nova revolução industrial baseada em dados, computação e automação. As atividades humanas e processos industriais passam a ser aprimorados, criados e recriados com base em volume de dados em escalas antes inexistentes. A era digital está modificando possibilidades, impactando as pessoas, organizações, negócios e governos. O conhecimento e a inovação são os motores da economia que determinam quais governos, cidades, negócios e pessoas irão se destacar no mundo acelerado e competitivo que está se consolidando.

O trabalho está se tornando cada vez mais automatizado. No ambiente de trabalho de hoje observa-se o aumento do uso de: Capacitação tecnológica; Inteligência artificial; Analytics; Digital; Blockchains; Processos de trabalho robotizados etc. Assim, espera-se uma forte tendência à **Reinvenção do Trabalho**, com o fim de um modelo apoiado na contratação de força de trabalho permanente e generalista como forma de ajudar a realizar as tarefas. Com o avanço tecnológico, postos generalistas e operacionais estão sendo eliminados. Um estudo do Fórum Econômico Mundial prevê que já em 2020, 7,1 milhões de empregos serão eliminados das funções rotineiras de escritórios. De acordo com a Gartner, em 2025 as máquinas inteligentes irão substituir 1 em cada 3 empregos.

Os novos processos de transformações políticas, sociais e econômicas vão impactar na reorganização do papel do estado e da administração pública, ensejando a **Reinvenção das Instituições Públicas e sua Relação com a Sociedade**. Essas mudanças delineiam de forma substantiva não apenas as funções estatais, mas também as estratégias de atuação governamental no mercado, na provisão de serviços públicos, e a forma como o estado é visto e valorado pela sociedade/cidadão. As tecnologias digitais e as mídias sociais, por exemplo estão mudando a maneira como os governos e os cidadãos se relacionam uns com os outros. Como resultado, o governo digital vai emergir como uma ferramenta poderosa que pode ajudar os governos a oferecer melhores serviços públicos aos cidadãos e às empresas.

Finalmente, outra megatendência importante está relacionada com o surgimento de **Regiões do Futuro**, ou seja, regiões que passarão por uma grande transformação

institucional, de planejamento urbano e de serviços de rede, reorganizando suas funções sob a perspectiva de grandes áreas urbanas. Para governar as cidades metropolitanas com milhões de cidadãos de forma coerente e coordenada, as regiões precisarão de capacidades consideráveis de planejamento e execução. Em um mundo cada vez mais urbano, essas regiões estão à procura de soluções e iniciativas inteligentes para resolver problemas modernos, tornando-se um ponto de convergência para uma gama de novas possibilidades em torno de experiências de mobilidade, energia, infraestrutura e estilo de vida. Convém ressaltar que a rápida urbanização está transformando as relações sociais e econômicas, trazendo profundas implicações no consumo e na geração de riquezas. Contudo, isto também pode significar maior pobreza para os menos favorecidos. As más condições de vida nos centros urbanos e os riscos ambientais e de saúde podem também trazer desafios a todas as regiões do mundo.

2. TENDÊNCIAS NACIONAIS

Como o Brasil está cada vez mais inserido no mundo globalizado, o conhecimento desses condicionantes externos é o primeiro passo para a construção de estratégias e de políticas públicas sinérgicas e eficazes para enfrentar os novos desafios. Certamente, essa visão contribui bastante para a reduzir as incertezas e para a análise de impactos na sociedade brasileira.

Além dessas forças externas, o Brasil ainda enfrenta um quadro macroeconômico bastante complicado, registrando três anos seguidos de crescimento negativo, com um saldo acumulado de -16,8%, entre 2013 e 2016, e baixas taxas de crescimento nos anos de 2017 e 2018. Conseqüentemente, o País enfrenta uma taxa média de desemprego em torno de 12,0% (2018). Outra consequência da crise econômica é a inversão do sentido da mobilidade social, onde a parcela da população que se beneficiou da formalização do trabalho e viveu a ascensão da nova classe média se vê retornando à informalidade e perdendo poder de compra, enfrentando ainda elevados níveis de endividamento. Isso resulta em aumento da pobreza e na maior dependência dos programas sociais e serviços públicos.

Essa crise econômica evidenciou ainda a falta de sustentabilidade da atual estrutura do Estado brasileiro. O crescente desequilíbrio fiscal torna mais urgente a necessidade de o Estado brasileiro rever seu tamanho e ampliar sua eficiência. Do ponto de vista político, o Brasil está imerso em um ambiente de elevada instabilidade, provocada, principalmente, pela polarização ideológica, que impede o estabelecimento de consensos estratégicos para

o País retomar, de forma consistente, sua trajetória de crescimento econômico. Certamente, essa incerteza afeta não só indicadores de geração de riqueza, emprego e renda, mas também podem impactar na disponibilidade de recursos públicos federais para investimento, bem como em programas de desenvolvimento tecnológico, melhoria da educação, saúde, saneamento, segurança pública etc. A incerteza socioeconômica, portanto, constitui um elemento crucial na definição das estratégias de planejamento de longo prazo.

A despeito desse conjunto de incertezas, de natureza econômica e política, é possível identificar algumas tendências nacionais, muitas delas decorrentes desses movimentos globais, que são indispensáveis para a construção de uma nova agenda estratégica nacional.

O novo ciclo de reformas econômicas e institucionais que tem possibilidade de se concretizar no atual Governo traz implicações importantes para o cenário futuro do País. A pressão pela redução do papel do Estado como promotor do crescimento econômico, por meio de ajustes fiscais e de menores isenções tributárias, tende a gerar políticas públicas mais focalizadas. Além disso, como medidas amplas de protecionismo tendem a ter menos aceitação e a capacidade financeira do Estado brasileiro é reduzida, é provável que subsídios sejam mais raros e seletivos, pressionando por maiores ganhos de eficiência produtiva no setor privado no longo prazo.

Essa tendência demonstra a importância da existência de um maior espaço para melhorias no ambiente de negócios e nos determinantes institucionais da competitividade, que podem estimular a elevação da produtividade das empresas brasileiras. Outros fatores que podem favorecer a competitividade envolvem a reforma tributária e a redução do custo de capital. Além disso, os gargalos em infraestrutura, educação e outros setores devem persistir, mas o Estado terá menos espaço fiscal para atuar diretamente sobre eles, tendendo a atuar via fortalecimento das agências reguladoras, e demandando maior participação do investimento privado. Esse conjunto de condicionantes exigirá uma revisão profunda nas estratégias empresariais brasileiras, notadamente nos temas relacionados com financiamento, competição, inovação e produtividade.

Essa expectativa de melhoria da produtividade se torna ainda mais importante para o crescimento diante das mudanças demográficas no Brasil, marcadas pelo envelhecimento acelerado da população e pela queda no ritmo de aumento da população. Assim, o perfil de demanda dos consumidores será alterado, com crescimento da demanda por produtos e serviços orientados ao consumidor com mais de 60 anos, especialmente na área de saúde.

Por outro lado, do ponto de vista da oferta de trabalho, as empresas terão que lidar com o processo de alongamento da vida produtiva dos indivíduos.

Essa tendência demandará adaptação das formas de trabalho e formação continuada dos trabalhadores. A automação em larga escala terá papel relevante nesta adaptação. Investimentos em conhecimento e inovação serão cada vez mais necessários para ganhos contínuos de produtividade do trabalho, assim como planejamento e adaptação das empresas frente a mudanças nas políticas sociais ligadas ao envelhecimento da população, sobretudo em relação à previdência.

A maior inserção internacional do Brasil é uma tendência forte, pois o mercado externo representa para as empresas do país uma oportunidade de ampliar o mercado e, assim, aumentar os ganhos de escala. Ademais, a participação no mercado internacional induz o aumento da competitividade, ao prover acesso a conhecimento e tecnologias mais avançadas, contidos nos produtos importados, e estimular a busca por eficiência pelas empresas. Os ganhos de competitividade permitem às empresas elevar suas exportações e melhorar sua posição internacional.

Do ponto de vista da localização geográfica da indústria, as cidades médias tendem a ser mais atrativas para atividades industriais. Os municípios com índices mais expressivos de crescimento, no período de 2000 a 2015, foram aqueles com população até 500 mil habitantes, revelando que o dinamismo do Brasil seguiu novas rotas, particularmente rumo ao interior. Surgiram novas aglomerações, com a migração dos empregos industriais das capitais para o interior dos estados. A participação das metrópoles com mais de 1 milhão de habitantes no total do emprego industrial no Brasil diminuiu 4,8 pontos percentuais entre 2000 e 2010. Como resultado desse processo de reorganização da atividade econômica, observa-se um ligeiro movimento de desconcentração regional. As regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste vêm aumentando sua participação na economia nacional, em detrimento do Sudeste, que, apesar desse movimento, ainda concentra mais da metade do PIB brasileiro.

Também é relevante considerar que o aumento da escolaridade da população e o maior acesso à informação pressionam por políticas e serviços públicos de qualidade. Uma população com maior escolaridade e crescente acesso à informação, por um lado, e instituições mais profissionalizadas, por outro, tendem a gerar maior pressão por melhoria na gestão pública. Essa melhoria é caracterizada por maior transparência das contas, canais de participação efetivos, gestão profissional, recrutamento de quadros de qualidade, avaliação

de resultados, maior cobrança por resultados e responsabilização política (accountability) e melhoria na qualidade dos gastos públicos. Agregam-se a esses fatores o acesso a novas ferramentas de gestão, a redução de recursos financeiros e a tendência mundial de inovações no setor público. Com uma sociedade mais exigente, espera-se maior retorno dos impostos pagos em termos de melhores serviços e investimentos. Pesquisa realizada pela CNI, em 2016, apontava que 90% da população avaliava que, com a magnitude dos impostos pagos, a qualidade dos serviços públicos no Brasil deveria ser bem melhor.

3. TENDÊNCIAS REGIONAIS

No contexto atual, a economia nordestina passa por uma crise mais grave que a do Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) da região cresceu em 2018 praticamente a metade da média do Brasil (o PIB nordestino cresceu apenas 0,6%, enquanto o do Brasil subiu 1,1%). Em 2017, a região também ficou abaixo: 0,8% contra 1,1% do PIB nacional. Na verdade, esse quadro deveu-se à crise que se instalou no País, afastando investimentos, que ficaram concentrados no centro-sul. Ou seja, os principais atores econômicos buscaram maior segurança para seus investimentos, privilegiando mercados consolidados, notadamente na região Sudeste do país.

O atraso econômico relativo do Nordeste em relação ao Brasil e, especialmente, aos estados do Sul, do Sudeste e do Centro Oeste, manifesta-se também nos índices sociais. Os índices de pobreza e a desigualdade na Educação, na Saúde e em muitas outras atividades são maiores no Nordeste. Em cada setor há desafios a serem superados para que a economia do Nordeste possa crescer mais rapidamente e, assim, reduzir a defasagem em relação à economia brasileira.

Numa perspectiva de longo prazo, as forças convergentes globais e nacionais, já destacadas, vão ter profunda influência na trajetória de desenvolvimento futuro do Nordeste, impulsionando novas tendências apoiadas nas potencialidades e desafios da região.

Face aos novos desafios do século XXI, o eixo central do desenvolvimento regional passa pela Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), que vai orientar a formulação de políticas mais adequadas para o enfrentamento das fragilidades legadas e a maior apropriação de oportunidades em áreas de fronteira tecnológica. As apostas em novos padrões de gestão, produção, distribuição e consumo nos diferentes setores da economia, requerem novos arranjos e redes de conhecimento para mobilização, financiamento e ampliação de

competências e infraestruturas científicas e tecnológicas capacitadas a gerar soluções – criando e moldando mercados através de parcerias público-privadas.

Na economia, a chamada 4ª Revolução Industrial está provocando uma profunda reestruturação produtiva com a emergência de novos segmentos produtivos e novas formas de produção que vão revolucionar a economia, a sociedade e a organização espacial. Aliadas a esta transformação, crescem a consciência ambiental, especialmente a preocupação com as mudanças climáticas e as exigências de sustentabilidade que levam ao desenvolvimento de uma economia verde. A Internet das Coisas (IoT), assim como a impressora 3D, a inteligência artificial, a biotecnologia e a nanotecnologia tendem a transformar a base produtiva mundial e sua matriz energética.

O Nordeste deverá acompanhar estas mudanças intensas e rápidas que exigem muita pesquisa tecnológica e formação de recursos humanos para a incorporação das novas tecnologias e adaptação aos novos processos produtivos. Mas a região poderá aproveitar a vantagem do desenvolvimento retardatário, dando saltos na base produtiva e tecnológica, aproveitando as potencialidades condizentes com o novo paradigma de desenvolvimento. O potencial de biodiversidade e as excepcionais condições para geração de energia limpa – eólica e solar –, assim como sua riqueza de diversidade cultural que viabiliza a economia criativa, são vantagens que permitem inserir a região nos parâmetros do século atual, especialmente no que se refere à sustentabilidade do desenvolvimento.

O Nordeste conta com três dos seis biomas do Brasil – Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga – além de parte da floresta tropical e da vegetação litorânea, o que significa a existência de uma imensa diversidade biológica que contribui para o equilíbrio ecológico do planeta e um enorme potencial para o desenvolvimento regional. Essa biodiversidade do Nordeste detém um valioso patrimônio em termos de informações genéticas de plantas, animais e de microrganismos, assim como resinas, látex de plantas ou venenos de animais e substâncias químicas produzidas por microrganismos, que têm contribuído muito para o desenvolvimento de produtos farmacêuticos, cosméticos, biofungicidas e insumos para a agropecuária, entre outros.

Em termos de qualificação profissional dos trabalhadores nordestinos, a Região deverá avançar ainda mais na oferta de qualificação profissional, gerando as competências necessárias à economia do futuro, o que representa não apenas o aumento da oferta das matrículas, mas também a orientação das novas formações para as demandas de qualificação

que acompanharão a revolução tecnológica e a expansão da Indústria 4.0, o que deverá provocar uma mudança radical no perfil dos profissionais aptos ao trabalho.

A multiplicidade de atividades econômicas a serem exploradas deverão consolidar um novo e diferenciado perfil produtivo no Nordeste. A obra de interligação de bacias a partir das águas do São Francisco, que prioriza acertadamente o consumo humano, abre também oportunidades para territórios onde a terra é propícia à produção agrícola, notadamente a fruticultura irrigada. Além disso, a ovinocaprinocultura tem no Nordeste condições edafoclimáticas muito favoráveis para se consolidar, apesar das dificuldades que ainda enfrenta, em especial para a obtenção de uma escala de produção maior, necessidade de melhorias nas condições sanitárias e no padrão de organização dos produtores. Há uma nítida tendência de crescimento da demanda pelos produtos desse setor, como carne, leite, queijo e pele.

Da mesma forma, a apicultura deverá se expandir no Nordeste, uma vez que vem ganhando crescente espaço no mercado mundial. No Semiárido nordestino, com destaque para o Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, tem-se assistido a produtores inovar e avançar com a adoção de distintas maneiras de produção e manejo, e seus produtos se adaptando em especial ao segmento orgânico, alcançando, inclusive, o mercado externo. A produção de mel, própolis, geleias e cera tem, portanto, bastante futuro, muito embora ainda enfrente o desafio de ampliarem-se investimentos em pesquisa, certificação e organização.

Dada a sua valiosa função de suporte à atividade produtiva e aos deslocamentos humanos, a infraestrutura de transportes de mercadorias e de pessoas (terrestre, marítimo, fluvial e aéreo) e a logística continuam sendo elemento importante nas estratégias de desenvolvimento do Nordeste, tendo em vista a sua dimensão geográfica e o seu importante peso demográfico. O Nordeste recebeu investimentos importantes nessa área nos anos recentes, em especial em portos (particularmente em Suape e Pecém), modernização e interiorização de aeroportos, duplicação de rodovias estratégicas e algumas ferrovias (Transnordestina, por exemplo), entre outros, mas a região continua a requerer grandes e urgentes investimentos em infraestrutura para superar gargalos macrologísticos, responder às pressões advindas do acelerado processo de urbanização e da dinâmica de sua economia.

Para alcançar um maior grau de desenvolvimento, a região deve enfrentar a persistência da pobreza e da baixa qualidade de vida de parte importante da sua população, mas também terá que lidar com os desafios provocados pelo seu rápido envelhecimento, reverter o passivo

da baixa qualidade da Educação e de um grande contingente de jovens que não trabalham nem estudam, ao mesmo tempo em que deve prepará-los para as exigências do ambiente econômico e sociocultural do século XXI.

A mudança da matriz da educação do Nordeste para acompanhar este novo paradigma é um grande desafio da região que exige uma mudança do perfil das escolas, dos professores e dos métodos pedagógicos. O enfrentamento deste desafio é fundamental para o desenvolvimento do Nordeste, preparando os nordestinos para os novos padrões tecnológicos e produtivos com a formação de cidadãos e pessoal qualificado, assim como contribuindo para a redução das desigualdades sociais e da pobreza regionais.

A velocidade e intensidade das transformações que acompanham a propagação da Indústria 4.0 demandam uma completa reformulação da Educação, exigindo, antes de tudo, flexibilidade dos jovens que saem da escola para adaptação às novas exigências. De acordo com os especialistas, as escolas devem desenvolver, como atributos principais, agilidade, criatividade, inovação e capacidade de argumentação e de trabalho em grupo. Em termos disciplinares, os jovens que saem da escola do futuro devem ter habilidades em matemática e domínio do inglês e mesmo de uma segunda língua estrangeira.

Algumas das escolas da região já começam a incorporar estes novos conceitos de Educação de modo que a sua implantação em todas as escolas é uma condição para evitar que, no futuro, se acentuem as desigualdades na formação dos jovens nordestinos.

Apesar do visível progresso realizado nas últimas décadas, a situação de saneamento básico continua precária no Nordeste. Dos domicílios brasileiros sem acesso a esgotamento sanitário, 72,5% estavam no Nordeste, em 2015, segundo a Pnad/IBGE. Os índices de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além de serem variáveis entre os estados, estão ainda longe de alcançar o objetivo de universalização. Sergipe foi o estado que atingiu o índice mais alto de abastecimento de água, incluídas as zonas urbanas e rurais: 82,25%. No caso de esgotamento sanitário, o desempenho é bem menos favorável. O desafio para atendimento de toda a população é bem maior nesses casos.

Alcançar a universalização dos serviços de água e esgoto é um dos grandes desafios para o desenvolvimento do Nordeste e o bem-estar de sua população. Do ponto de vista da legislação, todos os municípios são obrigados, pela Lei nº 11.445, de 2007, denominada Lei do Saneamento Básico, a elaborar um Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), como

condição para acessar os instrumentos financeiros do Governo Federal. Após sucessivos adiamentos, o prazo para que todos os municípios tenham os seus PMSB foi adiado de 2014 (prazo inicial) para 31.12.2019.

Apesar das melhorias observadas nas décadas recentes no quadro social brasileiro e nordestino, refletidas na redução da miséria e na melhoria das condições de vida dos mais pobres, o quadro no Nordeste ainda é muito desafiador e mais grave que o de outras regiões brasileiras. Quando vista no contexto nacional, a região continua a apresentar indicadores sociais desfavoráveis.

No que se refere à pobreza extrema, o Nordeste, apesar da visível melhoria observada na década passada, continua a concentrar mais da metade das pessoas nessa condição (rendimento familiar per capita inferior a U\$1,90 por dia) e esse contingente aumentou nos anos recentes (cresceu 11% entre 2016 e 2017, segundo dados da Pnad Contínua, pesquisa realizada pelo IBGE). A região se mantém como o endereço principal da pobreza rural.

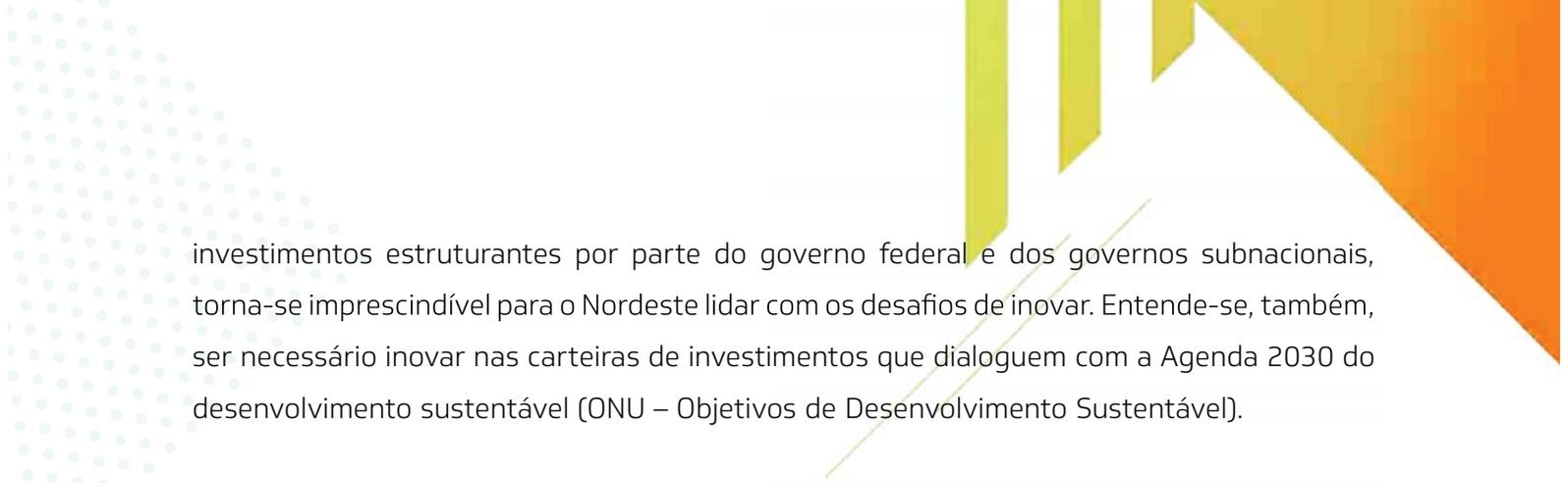
O peso do Nordeste nos principais programas da política nacional de assistência social é evidente. Das 14,1 milhões de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF), 50,4% se encontravam no Nordeste em 2018, e do total de atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), 36,2% residiam nessa região em 2018.

O desafio, portanto, é o de consolidar e aperfeiçoar políticas públicas num contexto fiscal de grandes restrições dos entes governamentais nas diversas esferas da Federação. No Nordeste, especialmente, elas precisam constar do rol das prioridades.

As políticas de assistência social, ao lado das políticas educacionais e de saúde pública, além do apoio ao empreendedorismo para viabilizar ou melhorar a atuação das pessoas na esfera produtiva, apresentam-se como fundamentais.

Na Saúde, um olhar especial deve ser dado à primeira infância, desde o acompanhamento pré-natal à assistência no momento do nascimento e nos primeiros anos de vida, visto que a neurociência valoriza crescentemente os cuidados e estímulos nesse período inicial para o desenvolvimento futuro das potencialidades humanas.

Enfim, em um contexto gradativamente crescente de restrições fiscais no Brasil, considerando a capacidade de financiamento de políticas públicas e a realização de



investimentos estruturantes por parte do governo federal e dos governos subnacionais, torna-se imprescindível para o Nordeste lidar com os desafios de inovar. Entende-se, também, ser necessário inovar nas carteiras de investimentos que dialoguem com a Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável (ONU – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

A inovação aqui necessária se refere aos aperfeiçoamentos institucionais que habilitem a estruturação de uma Governança regional responsável, considerando externalidades e arranjos que ofereçam ganhos às escalas de pactuação e operação, assim como à instrumentalização de mecanismos e arranjos de financiamento atualizados e integrados aos novos parâmetros e modelos e cujo alvo seja o desenvolvimento regional sustentável.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS

PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS

Apesar do cenário nacional configurado por uma situação de forte déficit nas contas públicas, tanto no Governo Federal, quanto em grande parte das unidades federativas, o estado do Ceará tem se destacado como um dos poucos por sua responsabilidade fiscal. Além disso, o Estado também é destaque na área social pelos excelentes resultados na educação pública com base nos últimos resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Estado apresentou taxas de crescimento econômico consideravelmente acima das alcançadas pelo Brasil, influenciadas fortemente pela elevada participação dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, como recursos hídricos, energia e transporte, os quais contribuíram, sem dúvida, para elevar a competitividade da economia cearense, estimulando, dessa forma, os investimentos nos diversos setores produtivos do Estado. Com isso, o Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará¹ alcançou R\$ 138,38 bilhões, em 2016, ocupando a décima primeira maior economia do país, e a terceira na região Nordeste.

Por outro lado, quando controlado pelo tamanho populacional, o Estado apresentou, em 2016, um PIB per capita igual a R\$ 15.438, representando, aproximadamente, apenas 51% do PIB per capita do Brasil. Isso demonstra o grande desafio que o Estado possui na superação da baixa renda em relação ao país, pois ocupa o vigésimo segundo melhor Estado quando se considera o PIB per capita.

Ao lado desse desempenho econômico, observou-se, também, nos últimos dez anos, importantes avanços na qualidade de vida das pessoas, e por outro lado, aumento da pobreza e da desigualdade. Vale salientar que, para nos tornamos uma sociedade cada vez melhor nos últimos anos, o Ceará começou a dar mais prioridade a políticas públicas de desenvolvimento infantil, principalmente para atender as crianças mais pobres.

A seguir serão apresentados os elementos do panorama socioeconômico e as perspectivas da economia que dão suporte às diretrizes estratégicas do Plano Plurianual e, conseqüentemente, à elaboração dos programas.

1 Fonte: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/03/PIB_Ceara_nas_Oticas_Producao_e_Renda_2016.pdf

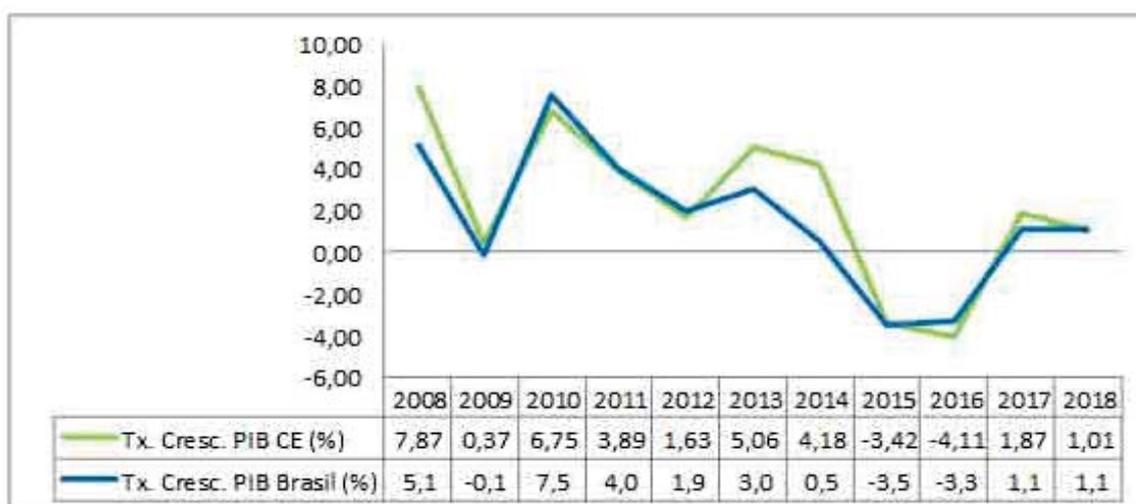
1. DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA CEARENSE

1.1. O Desempenho da Economia Cearense

O Ceará responde pela 11ª economia do País e pela 3ª da região Nordeste. O PIB cearense abrange 2,21% do PIB brasileiro e 15,41% do PIB Nordestino. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (76,10%), seguidos das atividades da Indústria (19,10%), e da Agropecuária, que participa com 4,70%.

Ao se analisar o período de 2008 a 2018 (Gráfico 1), verifica-se dois períodos distintos, em termos de crises macroeconômicas, onde a primeira teve início em 2009, com a crise financeira internacional, e a segunda, no período 2014-2016, em decorrência do forte déficit fiscal do governo federal, da perda de confiança do setor privado na economia e da crise política, iniciada a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2008-2018



Fonte: IBGE e IPECE

Obs.: Os anos de 2017 a 2018 são dados preliminares e podem sofrer alterações quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar os dados definitivos.

O período 2017-2018 é retratado por um processo de recuperação das economias brasileira e cearense, porém de forma ainda muito lenta, mesmo com indicadores macroeconômicos que favorecem o crescimento econômico, como baixa taxa de inflação e queda da taxa de juros SELIC. Por outro lado, o ambiente de alta taxa de desemprego e um elevado nível de endividamento das famílias são fortes restrições para crescimento sustentável do PIB. Dessa forma, o ano de 2019 inicia-se com o primeiro trimestre em baixo

crescimento, como verificado na Tabela 1, indicando que a retomada lenta do crescimento deve-se perdurar durante o ano de 2019.

Tabela 1: Taxa de Crescimento (%) - Trimestral (variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior) Ceará e Brasil - 1º Semestre/2019

Setores/Atividades	1º Trimestre /2019	
	Ceará	Brasil
Agropecuária	3,15	-0,1
Indústria	-2,42	-1,1
Serviços	0,56	1,2
Valor adicionado (VA)	0,17	0,5
Produto Interno Bruto (PIB)	0,20	0,5

Fonte: IPECE/IBGE.

Obs.: Os dados são preliminares e podem sofrer alterações.

1.1.1. O Setor Agropecuário

O setor agropecuário é bastante dependente do período chuvoso, visto que a maior parte do plantio agrícola é de sequeiro, além da necessidade natural de água que o setor precisa para manter sua produção. Conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme)², a precipitação pluviométrica no estado do Ceará ocorrida dentro da quadra chuvosa de 2019 (fevereiro a maio: 674,8mm), sendo 12,4% maior do que a média normal do Estado para o mesmo período (600,7mm). Esses resultados geram boas expectativas para o setor agropecuário no ano de 2019.

Ressalta-se que apesar de uma quadra chuvosa em 2019 um pouco melhor do que a ocorrida em 2018, as estimativas de produção da safra de grãos do Ceará informadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola/IBGE, apontam para um nível de produção de 579,19 mil toneladas, sendo 8,41% menor do que a obtida em 2018, tendo como umas das principais causas desta quebra de safra a irregularidade da distribuição das chuvas no estado, tanto no tempo como no espaço, com regiões que enfrentaram problema de falta de água tanto para as culturas de sequeiro como para as irrigadas, e algumas regiões com chuvas intensas que provocaram alagamento no período da colheita.

O Gráfico 2 mostrar a dependência histórica da produção de grãos cearense, no qual é uma cultura de sequeiro que é muito dependente das chuvas. Observe que a evolução da produção de grãos no gráfico acompanha a evolução da precipitação.

2 Fonte: <http://funceme.br/app/calendario/>

Gráfico 2: Produção de Grãos (t) x Precipitação Pluviométrica (mm), Ceará, 2010-2019.



Fonte: LSPA/IBGE; Funceme.

Entre as culturas produtoras de grãos as estimativas indicam crescimento na produção de suas safras no ano de 2019 comparado a 2018: algodão (79,95%), mamona (15,19%) e o milho semente (8.072,73%). Quanto a produção de feijão, esta foi 12,6% menor do que a obtida em 2018, sendo de 120.569 toneladas em 2019. Já a produção de milho, verificou-se uma quebra de safra na ordem de 8,96%, passando de 470.149 toneladas para 428.023 toneladas em 2019 (Tabela 2).

Tabela 2: Produção de Grãos (t) Estimada, 2018 - 2019, Ceará.

Produção de Grãos	Produção (t)		Variação (%) 2019/2018	Participação na Prod. de Grãos 2019 (%)
	2018	2019		
Arroz	17.840	16.964	-4,91	2,9%
Feijão	137.953	120.569	-12,60	20,8%
Milho	470.149	428.023	-8,96	73,9%
Milho semente	77	6.293	8.072,73	1,1%
Sorgo	0	13		0,0%
Fava	4.377	4.448	1,62	0,8%
Algodão	1.272	2289	79,95	0,4%
Amendoim	558	417	-25,27	0,1%
Mamona	158	182	15,19	0,0%
Grãos Total	632.384	579.198	-8,41	100,0%

Fonte: IBGE. Nota: (*) Os valores de produção de 2019 são estimativas divulgadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA/IBGE.

Vale ressaltar, quanto a participação no volume total de grãos produzidos no estado do Ceará, os destaques ficam com as culturas do milho e do feijão que respondem, em 2019, respectivamente por 73,9% e 20,8% da produção total de grãos³.

Na Tabela 3 são apresentadas as frutas e hortaliças de maior relevância para a economia cearense no primeiro trimestre do ano. Conforme visto, a maioria vem registrando queda na quantidade produzida, a destacar banana (-6,15%), goiaba (-6,36%), mamão (-5,7%), maracujá (-15,86%) e tomate (-4,95%). Enquanto que a produção de melancia e coco-da-baía indicam aumento de 14,16% e 1,24%, respectivamente.

Tabela 3: Produção Obtida e Estimativa de Frutas e Hortaliças no Ceará - 2018-2019 (Ton)

Produção de Frutas e Hortaliças	Produção 2018 *	Estimativa 2019*	Variação (%) 19/18
Banana	408.563	383.430	-6,15
Goiaba	18.237	17.077	-6,36
Mamão	100.033	94.327	-5,70
Manga	42.252	41.130	-2,66
Maracujá	147.458	124.071	-15,86
Melancia	40.038	45.827	14,46
Coco-da-baía **	254.141	257.288	1,24
Tomate	134.856	128.183	-4,95

Fonte: IBGE. Notas: (*) As quantidades de 2018 e 2019 refere-se as estimativas obtidas pela LSPA. (**) Produção em mil frutos.

O Ceará destaca-se como um grande produtor de frutas devido ao sistema de irrigação desenvolvidos em várias regiões do Estado, totalizando seis polos irrigados. Além da produção de frutas, destaca-se também a produção de flores e hortaliças. As primeiras estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)/IBGE de 2019 para a produção de frutas e hortaliças no Ceará apresentam-se um pouco reprimidas, pois os produtores continuam receosos para ampliar as áreas de plantio e colheita. As culturas frutíferas dependem das chuvas ocorridas no ano, bem como da quantidade de água dos reservatórios, de modo que garanta a produção ao longo do ano.

Quanto à atividade da pecuária o Ceará vem se destacando na produção de leite, registrando crescimento nos últimos anos, dado as novas técnicas de produção e criação das vacas, elevando assim a produtividade. A criação de aves também está crescendo com a

3 Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?=&t=resultados>

instalação de granjas no estado. Com relação às demais produções de origem animal, o Ceará destaca-se na produção de ovos e mel.

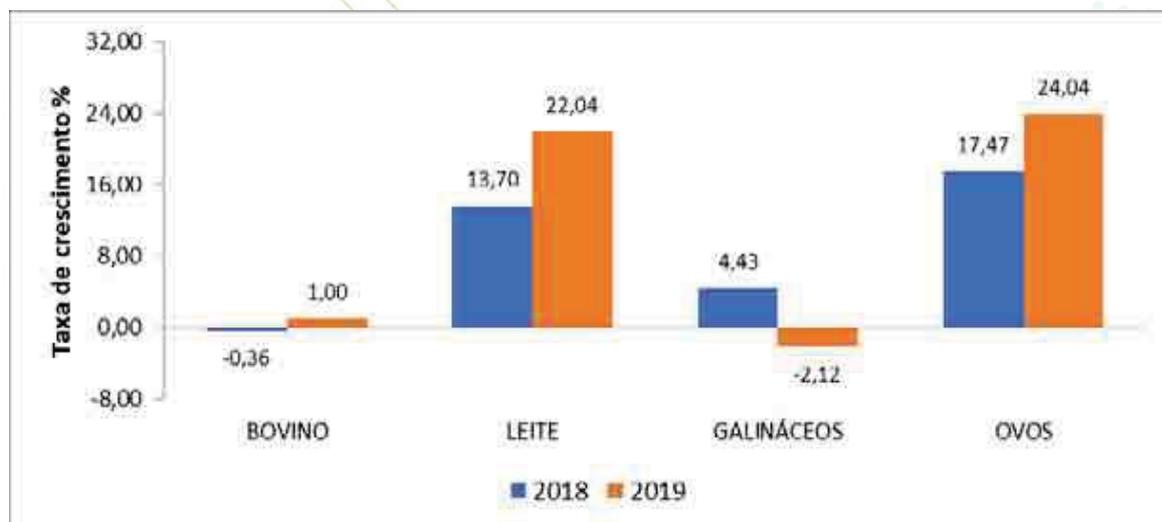
Para a produção pecuária cearense, as primeiras estimativas para o ano de 2019 apontam desempenho positivo para as principais atividades. O principal destaque é a recuperação da atividade bovina que indica crescimento depois de um longo período de resultados negativos. Vale ressaltar que a criação de bovinos precisa de um tempo maior para se recompor após um longo período de seca, sendo esta a principal causa que afetou a atividade nos anos anteriores⁴. A produção de aves vem apresentando uma leve queda (-2,12%), muito em consequência dos custos de produção e pela concorrência de mercado, tornando os preços menos atrativos para os produtores.

A produção de leite apresenta uma estimativa de crescimento elevado para 2019, esse resultado já pode ser reflexo da medida adotada pelo estado do Ceará em aumentar o valor do ICMS líquido a recolher nas operações procedentes de outras unidades da Federação, fixando em R\$ 0,50 (cinquenta centavos do real) por cada litro de leite UHT (Ultra High Temperature), tipo longa vida, antes esse valor era de R\$ 0,40. Esta Instrução Normativa entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2019. Tal medida possibilitou um aumento de preço do leite para o produtor e conseqüentemente estimulou o aumento da produção. Além disso, os produtores vêm investindo continuamente em melhoria genética e manejo adequado do rebanho favorecendo o crescimento da bacia leiteira cearense e, conseqüentemente, aumento da produção de leite.

Com relação a produção de ovos também há uma perspectiva de crescimento no ano de 2019, para o qual estima-se uma taxa de 24,04%, comparado ao ano de 2018 (Gráfico 3). Esse crescimento está atrelado ao aumento de consumo do próprio mercado local e de todo Nordeste. Especialistas afirmam que há um forte potencial para aumentar a produção de ovos mediante a existência de grande consumo.

4 A estimativa para atividade bovino de 2018 foi revisada com base nos dados preliminares de Pesquisa Pecuária Municipal

Gráfico 3: Crescimento de Produção Animal - Ceará 2018-2019 (%)



Fonte: IBGE/IPECE

1.1.2. O Setor Industrial

O setor industrial é elemento chave no processo de desenvolvimento de uma economia. Dentro da estrutura econômica, é o setor com maior potencial de gerar inovação e, conseqüentemente, maior capacidade de agregar valor aos bens produzidos, permitindo ganhos de produtividade que se irradiam para todo o sistema. Esta percepção é perfeitamente válida para a realidade cearense e seu desempenho é e continuará sendo importante para o desenvolvimento da economia estadual.

O setor industrial é composto pelas atividades extrativa mineral, de transformação, construção civil e eletricidade, gás e água (SIUP). Entretanto, a presente seção traz um breve panorama do desempenho da atividade da Indústria de Transformação, que mais se destacou entre os anos de 2004 e 2015⁵.

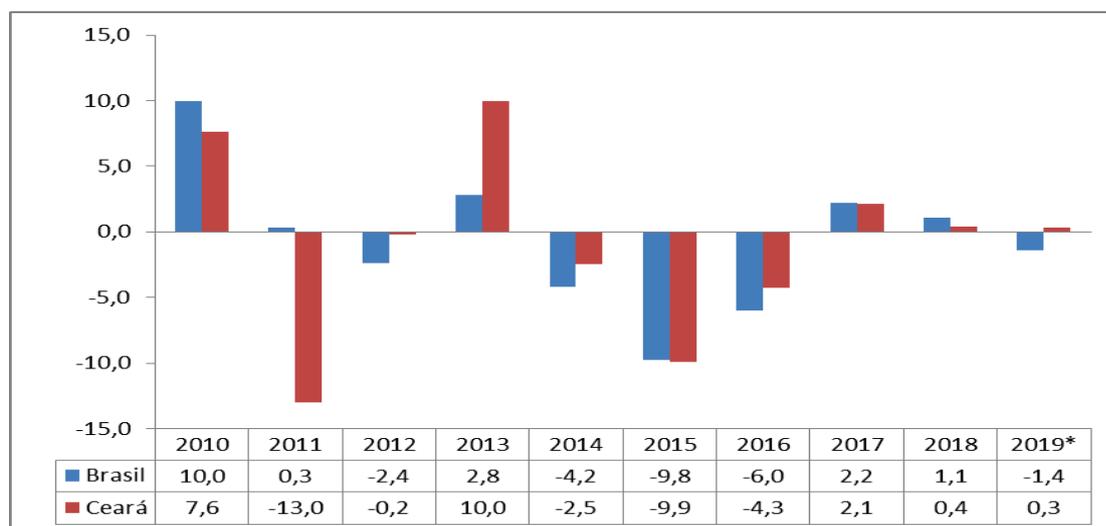
Apesar dos diversos problemas de ordem estrutural que a indústria de transformação vem enfrentando especialmente nos anos finais da última década, ela ainda ocupa um lugar de destaque na indústria cearense, respondendo, em 2016, por 42,7% do valor adicionado bruto do setor. No entanto, essa participação vem caindo ao longo dos anos, dado que em 2002, o parque manufatureiro estadual respondia por 56,6% do valor adicionado da indústria como um todo⁶.

5 Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9294-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-brasil.html?=&t=o-que-e>

6 https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/03/PIB_Ceara_nas_Oticas_Producao_e_Renda_2016.pdf

A indústria de transformação, como visto, é o segmento mais importante da indústria cearense e seu comportamento exerce forte influência no crescimento e no poder de competição de toda a economia. Entre 2010 e 2018, a atividade apresentou períodos de crescimento médio anual negativo para os anos de 2011 (-13%), 2012 (-0,2%), e no período da crise macroeconômica brasileira ocorrida nos anos 2014 (-2,5%), 2015 (-9,9%) e 2016 (-4,3%), conforme o Gráfico 4 abaixo.

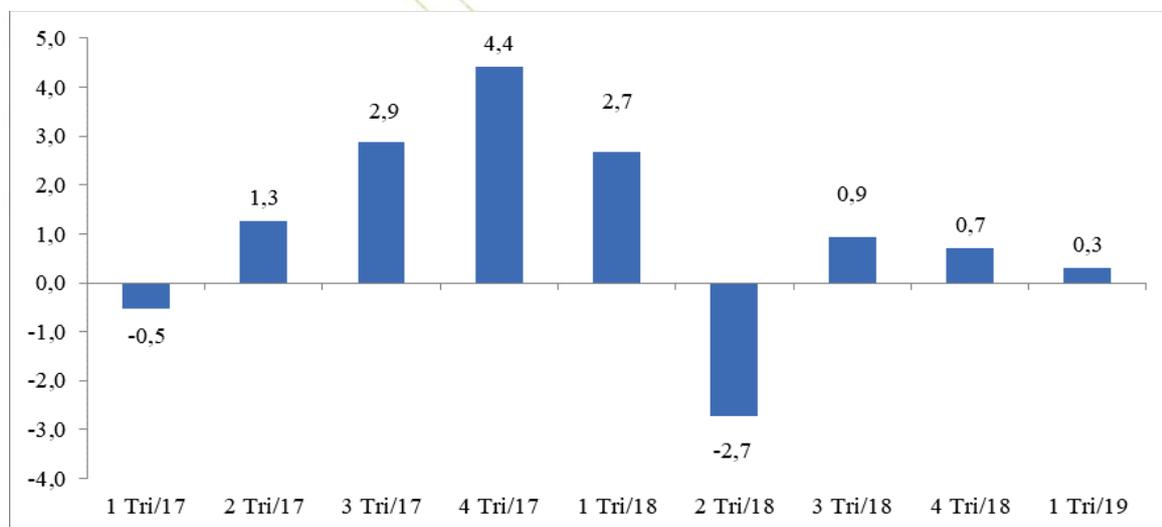
Gráfico 4: Evolução (%) da Produção Física Industrial - Ceará e Brasil - 2010 - 2019(*)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração IPECE. Nota: (*) Para o ano de 2015 os percentuais refletem o resultado acumulado no ano até abril de 2019.

O resultado para o primeiro quarto do ano exibe um cenário de estagnação na manufatura cearense. Embora o desempenho tenha sido positivo desde o segundo semestre de 2018, as taxas de expansão têm se mantido em níveis baixos e decrescentes desde então, como pode ser visto no Gráfico 5.

Gráfico 5: Variação Trimestral da Produção Física Industrial - Ceará - 2017.1 a 2019.1 (%)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

A segunda metade do ano anterior ainda repercutiu, em alguma medida, o choque negativo de oferta em que se constituiu a paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio. Os dados do período também foram influenciados pela base de comparação mais elevada do segundo semestre de 2017. Já o desempenho no início de 2019, embora não se possa descartar a base de comparação elevada em 2018, parece retratar um ambiente de reversão de expectativas quanto ao comportamento da economia no restante do ano. Neste cenário, a produção industrial em seu conjunto apresenta certa instabilidade em sua dinâmica mensal.

Apesar da tímida performance, a indústria cearense ocupou o grupo daquelas que acumularam expansão na produção no primeiro trimestre de 2019. Entre as unidades da federação pesquisadas, apenas seis apresentaram resultados positivos. Dentre estas, se sobressaem o Paraná (7,8%), o Rio Grande do Sul (5,5%) e Goiás (3,3%). Na outra ponta, com resultados negativos para o início do ano, se destacam o Pará (-8,9%), o Espírito Santo (-7,0%) e o Amazonas (-5,8%). No total, oito estados amargaram redução na produção neste primeiro trimestre. O Ceará, em particular, com 0,3% de expansão encerra a lista daqueles estados com números positivos e se posiciona acima do resultado alcançado pela região Nordeste (-4,2%) e pela indústria nacional (-1,4%). Na Tabela 4, é possível ver os resultados para os Estados pesquisados, para o país e para a região.

Tabela 4: Variação da Produção Física Industrial - Brasil e Estados - Jan-Mar/2018 e 2019 e Acumulado do Ano (%)

Brasil e Estados	Variação Mensal (2018)			Acumulado Ano (2018)	Variação Mensal (2019)			Acumulado Ano (2019)
	Janeiro	Fevereiro	Março		Janeiro	Fevereiro	Março	
Brasil	6,6	3,0	1,6	3,7	-2,7	3,9	-5,1	-1,4
Nordeste	1,7	2,7	-3,5	0,2	-5,5	0,2	-7,1	-4,2
Paraná	-3,4	-1,6	-3,4	-2,8	9,8	11,8	2,4	7,8
Rio Grande do Sul	7,1	0,7	-3,7	0,9	6,4	7,2	3,4	5,5
Goias	1,9	-2,9	-2,8	-1,4	5,8	4,6	0,1	3,3
Santa Catarina	10,0	4,3	1,0	4,8	1,9	3,4	3,0	2,8
Minas Gerais	8,6	-0,9	-0,4	2,3	0,3	5,3	-2,0	1,0
Ceará	4,8	1,7	1,4	2,6	-1,3	8,5	-5,4	0,3
Rio de Janeiro	10,1	5,1	-2,1	4,2	-3,3	-0,3	-3,3	-2,3
Pernambuco	-1,7	5,1	1,1	1,2	-4,5	2,2	-4,4	-2,4
São Paulo	7,1	4,0	4,4	5,1	-5,1	5,3	-7,3	-2,6
Bahia	5,8	3,9	-5,3	1,2	-5,8	1,8	-7,2	-3,9
Mato Grosso	0,7	-2,2	3,1	0,6	-3,7	2,1	-12,3	-5,0
Amazonas	36,2	16,8	24,5	25,8	-11,2	7,3	-11,7	-5,8
Espírito Santo	-13,5	-10,7	0,6	-8,0	-5,9	-0,2	-13,9	-7,0
Pará	5,0	3,0	-8,0	-0,1	-10,1	-11,6	-4,6	-8,9

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2018.

1.1.3. O Setor de Serviços

Na análise dos setores da economia cearense, o de Serviços é que apresenta maior participação na composição do PIB, com 76,10% de participação⁷. Dentre as atividades que compõem o setor, o maior destaque é dado ao Comércio, que registra a segunda maior participação de uma atividade do setor de Serviços no PIB estadual, com 14,6%. A Administração Pública tem papel muito relevante na composição dos Serviços, apresentando a maior participação (23,3%). As outras atividades mais relevantes são: Atividades Imobiliárias (10,6%), Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (7,6%), Intermediação Financeira (4,9%), Transportes e Correios (3,0%), e Alojamento e Alimentação (3,0%).

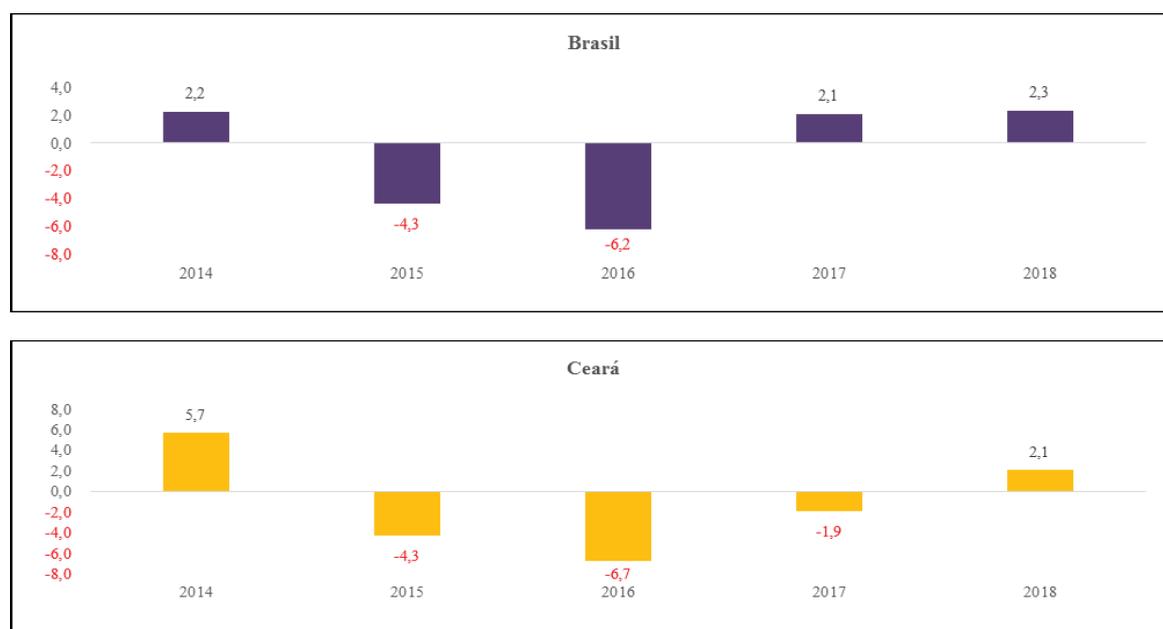
Através do Gráfico 6, a seguir, é possível observar a dinâmica da variação anual das vendas do varejo comum no Brasil e no Ceará para o acumulado até dezembro nos últimos

7 https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/03/PIB_Ceara_nas_Oticas_Producao_e_Renda_2016.pdf

cinco anos. Como resultado da melhoria nos indicadores macroeconômicos, a exemplo da desaceleração da taxa de inflação que garante a manutenção do poder aquisitivo dos salários, combinado com a melhoria no crédito dada a manutenção da taxa de juros nos níveis mais baixos historicamente e também da melhoria dos indicadores de emprego e renda no mercado de trabalho, o varejo comum nacional vem registrando uma trajetória ascendente de expansão nos últimos dois anos. Em 2017, a variação nas vendas do varejo comum nacional foi de 2,1% e no ano de 2018, essa atividade registrou crescimento ainda maior de 2,3%.

O varejo comum cearense também sentiu os efeitos da melhoria nesse ambiente econômico ao registrar a primeira variação positiva de 2,1%, em 2018, após três anos de retração nas vendas estaduais, revelando assim, os primeiros sinais de recuperação desse setor.

Gráfico 6: Variação Anual das Vendas do Varejo Comum - Brasil e Ceará - Acumulado até dezembro/2014 a 2018 (%)



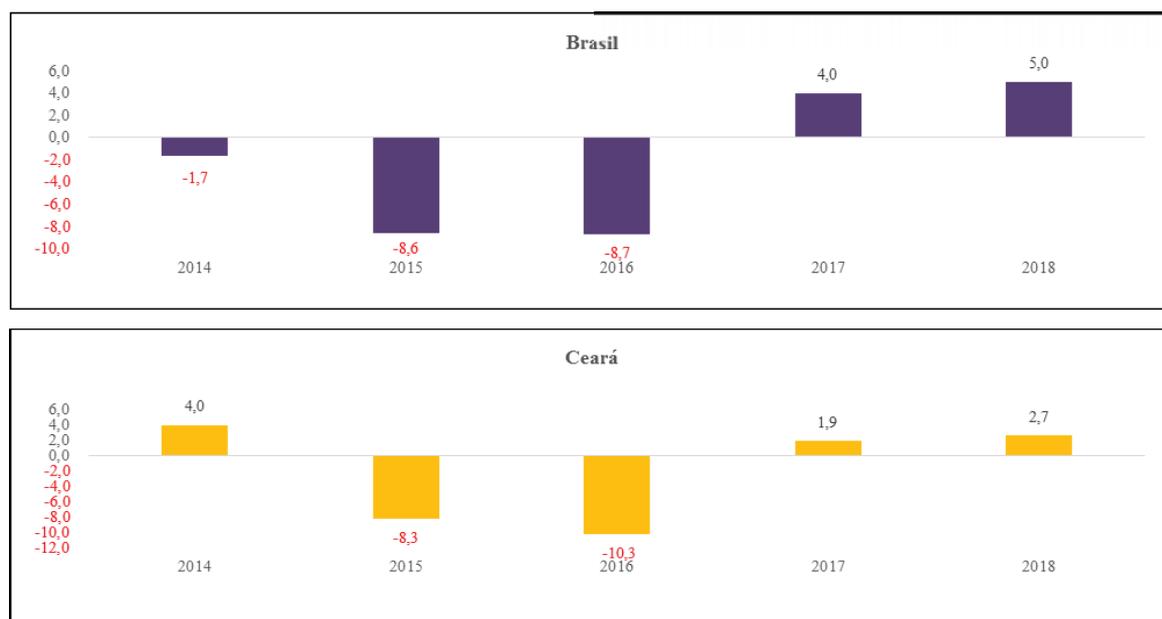
Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

As vendas do varejo comum brasileiro registraram uma nova alta de apenas 0,3% no acumulado do 1º trimestre do ano de 2019 comparado a igual período do ano passado, revelando, assim, uma trajetória consistente de crescimento do varejo comum nacional. Por sua vez, o varejo comum cearense registrou queda de 1,5% na mesma base de comparação⁸.

8 https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/06/IPECE_CONJUNTURA_1_trim2019.pdf

Conforme Gráfico 7 abaixo, as vendas do varejo ampliado nacional e cearense apresentaram desempenho ainda melhor com taxas de variação de 4,0%, em 2017, e de 5,0%, em 2018 para o país e de 1,9%, em 2017, e de 2,7%, em 2018 para o estado, confirmando a trajetória de expansão já observada no varejo comum.

Gráfico 7: Variação Anual das Vendas do Varejo Ampliado - Brasil e Ceará - Acumulado até dezembro/2014 a 2018 (%)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Em relação ao ano de 2019⁹, as vendas do varejo ampliado nacional registraram alta bem mais significativa de 2,3% no 1º trimestre de 2019 comparado a igual período de 2018, resultado da recuperação nas vendas dessas duas atividades, em especial, as vendas de veículos, mantendo, assim, uma trajetória de expansão mais acelerada quando comparado às vendas do varejo comum. Enquanto isso, as vendas do varejo ampliado cearense registraram crescimento de 1,2%, também como resultado do avanço nas vendas de veículos.

Pela análise setorial, do total de treze atividades disponíveis na pesquisa apenas uma registrou crescimento nas vendas do varejo nacional em 2015 e nenhuma em 2016. Todavia, no ano de 2017, observou-se uma forte recuperação, quando um total de dez atividades passaram a registrar variações positivas nas vendas, sendo que em 2018 esse número caiu levemente para oito atividades que apresentaram crescimento (Tabela 5).

9 Fonte: ??? https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/06/IPECE_CONJUNTURA_1_trim2019.pdf

O varejo cearense também experimentou fortemente os efeitos da crise quando em 2015 apenas três atividades e em 2016 nenhuma atividade registrou variação positiva nas vendas. Contudo, o ano de 2017 revelou os primeiros sinais de recuperação quando seis atividades das treze pertencentes a pesquisa registraram crescimento nas vendas. Em 2018, esse número cresceu ainda mais para dez atividades, confirmando a trajetória de recuperação nas vendas.

Ainda pela Tabela 5, verifica-se que as cinco atividades que apresentaram as maiores altas no varejo cearense no último ano foram: Eletrodomésticos (+7,5%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+6,8%); Veículos, motocicletas, partes e peças (+6,5%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+4,6%) e a composição de Móveis e eletrodomésticos (+3,5%) todas comparadas ao ano de 2017. A atividade de Móveis registrou alta de apenas 0,5% na mesma comparação. Por outro lado, as três baixas foram observadas nas vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria (-13,2%); Material de construção (-2,8%); e Combustíveis e lubrificantes (-2,5%).

Tabela 5: Variação Anual das Vendas do Varejo por Atividades - Brasil e Ceará - Acumulado até dezembro/2014 a 2018 (%)

Atividades	Brasil					Ceará				
	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018
Eletrodomésticos	0,9	-13,0	-12,8	11,6	0,2	5,8	-12,5	-28,2	2,5	7,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,9	-1,3	-9,5	2,1	7,6	15,3	0,4	-11,6	9,5	6,8
Veículos, motocicletas, partes e peças	-9,4	-17,8	-14,0	2,7	15,1	-0,3	-18,2	-16,7	7,2	6,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-1,7	-1,8	-12,3	-3,1	0,1	3,9	-25,1	-10,9	15,4	4,6
Móveis e eletrodomésticos	0,6	-14,1	-12,6	9,5	-1,3	6,7	-10,8	-17,7	-10,9	3,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,3	-2,5	-3,1	1,5	3,8	2,0	-5,2	-3,1	-0,4	2,3
Hipermercados e supermercados	1,3	-2,6	-3,1	1,9	4,0	2,4	-4,7	-2,8	-6,9	1,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,0	3,0	-2,1	2,5	5,9	4,4	6,1	-5,2	12,9	1,1
Móveis	0,5	-16,5	-12,1	1,4	-3,3	7,8	-8,0	-1,9	-27,1	0,5
Tecidos, vestuário e calçados	-1,1	-8,6	-10,9	7,6	-1,6	9,4	2,1	-3,3	-2,8	0,2
Combustíveis e lubrificantes	2,6	-6,1	-9,2	-3,3	-5,0	9,8	-4,4	-4,6	-24,3	-2,5
Material de construção	0,0	-8,4	-10,7	9,2	3,5	7,8	-6,4	-21,4	17,7	-2,8

Atividades	Brasil					Ceará				
	2014	2015	2016	2017	2018	2014	2015	2016	2017	2018
Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,7	-10,9	-16,1	-4,1	-14,7	-8,4	-11,7	-21,6	-15,1	-13,2

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

As atividades que apresentaram as maiores altas nas vendas do varejo nacional no acumulado até março de 2019 foram: Veículos, motocicletas, partes e peças (+8,3%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+6,9%); e outros artigos de uso pessoal e doméstico (+4,0%). Por outro lado, as maiores baixas foram observadas nas vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria (-29,4%); eletrodomésticos (-2,7%); e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,9%).

No tocante as vendas do varejo cearense, as cinco atividades que apresentaram as maiores altas no acumulado até março de 2019 foram: Eletrodomésticos (+18,8%); Móveis e eletrodomésticos (+9,3%); Veículos, motocicletas, partes e peças (+8,0%); Material de construção (+5,3%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+4,9%). Por outro lado, as cinco maiores baixas foram observadas nas vendas de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-14,8%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-8,3%); Hipermercados e supermercados (-7,3%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-5,1%); e Combustíveis e lubrificantes (-4,0%).

Apesar da manutenção por um longo período de uma taxa básica de juros em patamares relativamente baixos, a elevada taxa de desemprego, o elevado endividamento das famílias prejudicou de certo modo esse importante setor da economia nacional e local. Ainda assim, vale destacar que as vendas de veículos nacional e cearense registraram elevada alta por dois anos seguidos, após três anos de queda em suas vendas. Em relação às vendas de materiais de construção cearense pôde-se notar uma recuperação no primeiro trimestre de 2019 ante a queda registrada no ano 2018¹⁰.

10 https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/06/IPECE_CONJUNTURA_1_trim2019.pdf

1.1.4. O Comércio Exterior

A balança comercial do Ceará em 2018 atingiu um recorde, com montante de 2,3 bilhões, crescimento de 10,75% comparado ao ano anterior. As importações cearenses, por sua vez, alcançaram o valor de US\$ 2,5 bilhões, registrando aumento de 13,03% com relação ao ano de 2017. Com isso o saldo da balança comercial cearense encerrou o ano de 2018 negativo em US\$ 205 milhões, déficit maior do que o verificado em 2017, porém o segundo menor valor dos últimos dez anos. A corrente de comércio somou o valor de 4,86 bilhões, em 2018, quebrando o recorde do ano de 2016, sendo então o maior valor de toda a série disponível pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Gráfico 8).

Gráfico 8: Balança Comercial do Ceará Exportação, Importação, Saldo, Corrente (milhão) - 2015-2018



Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

As exportações do Ceará, no primeiro trimestre de 2019¹¹, totalizaram US\$ 559 milhões, expressando um aumento de 14,4% em relação ao mesmo período de 2018. As importações, nesse mesmo período, somaram US\$ 474 milhões, apresentando queda de 22,7%, comparada também ao mesmo período do ano anterior. Com esse desempenho, o saldo totalizou superávit de US\$ 86 milhões, comportamento pouco comum para a balança comercial cearense que na maioria dos períodos registra saldo deficitário. Esse movimento

11 Fonte: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/06/IPECE_CONJUNTURA_1_trim2019.pdf

das exportações e importações levou a corrente de comércio exterior do Ceará nos três primeiros meses do ano a somar o valor de US\$ 1,1 bilhão, com queda de 6,2% em relação ao mesmo período de 2018.

O município de São Gonçalo do Amarante foi o que mais exportou em 2018, respondendo por 59,16% do total exportado pelo Ceará. Sobral foi o segundo maior exportador cearense, seguido de Fortaleza, Maracanaú e Icapuí (Tabela 6).

Dentre os dez principais municípios cearenses que exportaram em 2018, quatro apresentaram crescimento no valor exportado quando comparado ao ano de 2017, foram eles: São Gonçalo do Amarante, Icapuí, Caucaia e Aquiraz.

Os dez principais municípios cearenses exportadores concentraram 90,88% das exportações de todo estado, indicando um elevado índice de concentração. Porém, esses municípios encontram-se melhor distribuídos espacialmente dentro do estado, ainda que cinco estejam na Região da Grande Fortaleza. Em 2018, as exportações cearenses foram realizadas por 45 municípios.

Tabela 6: Principais Municípios Cearenses Exportadores - 2017-2018

Municípios	2017		2018		Var. (%)
	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)	
São Gonçalo do Amarante	1.102.684.222	52,46	1.377.067.984	59,16	24,88
Sobral	177.753.548	8,46	144.508.404	6,21	-18,70
Fortaleza	159.468.574	7,59	144.289.915	6,20	-9,52
Maracanaú	107.119.835	5,10	107.047.969	4,60	-0,07
Icapuí	75.169.996	3,58	90.589.787	3,89	20,51
Caucaia	46.228.487	2,20	80.534.658	3,46	74,21
Itapipoca	51.723.556	2,46	52.188.398	2,24	0,90
Aquiraz	31.499.223	1,50	48.434.202	2,08	53,76
Uruburetama	61.494.049	2,93	36.152.857	1,55	-41,21
Cascavel	87.511.311	4,16	34.703.121	1,49	-60,34
<i>Principais Municípios</i>	1.900.652.801	90,42	2.115.517.295,00	90,88	11,30
<i>Demais Municípios</i>	201.484.531	9,58	212.326.938	9,12	5,38
Total	2.102.137.332	100,00	2.327.844.233	100,00	10,74

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

Como observado na Tabela 7, a seguir, o município de São Gonçalo do Amarante desponta na liderança como principal município importador cearense com participação na pauta de 37,81% do total importado pelo estado no ano de 2018, participação levemente inferior a registrada no ano de 2017, mesmo após registrar aumento no valor importado. Na sequência vem Fortaleza (21,06%); Maracanaú (14,19%); Caucaia (8,55%) e Chorozinho (3,27%). A participação conjunta desses cinco municípios manteve-se relativamente estável, registrando um leve aumento, passando de 83,33%, em 2017, para 84,88%, em 2018. Tudo isso, graças ao incremento de participação de Chorozinho (+2,02 p.p.); Fortaleza (+1,53 p.p.) e Maracanaú (+1,26 p.p.).

Tabela 7: Principais Municípios Cearenses Importadores - 2017-2018

Municípios	2017		2018		Var. (%)
	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)	
São Gonçalo do Amarante	909.960.415	40,61	957.825.497	37,81	5,26
Fortaleza	437.637.541	19,53	533.482.792	21,06	21,90
Maracanaú	289.824.658	12,93	359.382.872	14,19	24,00
Caucaia	201.791.290	9,01	216.690.935	8,55	7,38
Chorozinho	27.916.033	1,25	82.833.272	3,27	196,72
Aquiraz	92.960.646	4,15	81.839.989	3,23	-11,96
Eusébio	37.897.984	1,69	38.001.433	1,50	0,27
Quixeré	1.538.521	0,07	36.893.992	1,46	2.298,02
Horizonte	34.516.047	1,54	29.849.182	1,18	-13,52
Maranguape	22.702.827	1,01	26.712.552	1,05	17,66
Principais Municípios	2.056.745.962	91,78	2.363.512.516,00	93,30	14,92
<i>Demais Municípios</i>	184.086.236	8,22	169.831.062	6,70	-7,74
Total	2.240.832.198	100,00	2.533.343.578	100,00	13,05

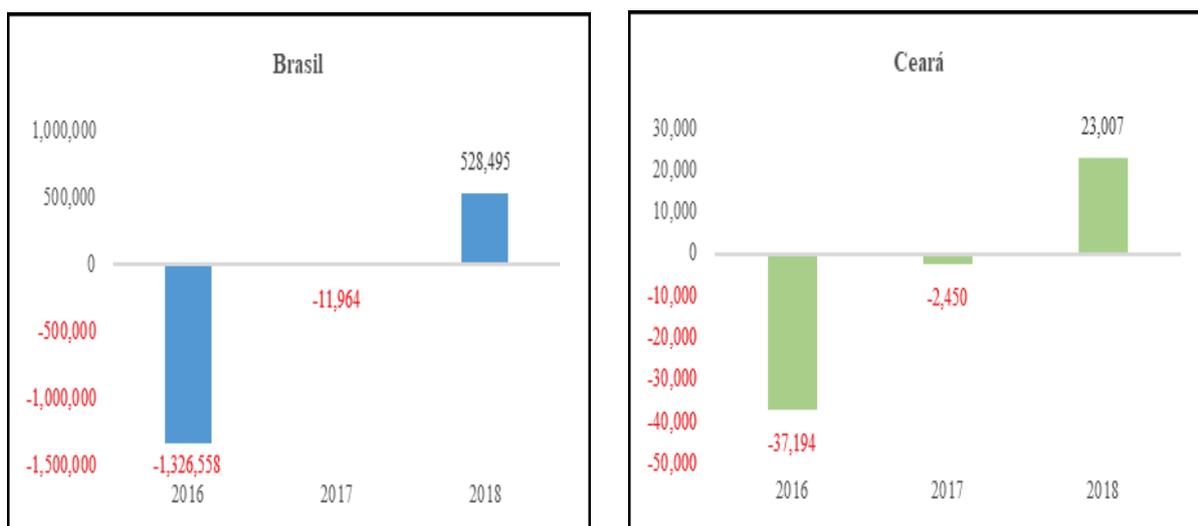
Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

O Porto do Pecém foi o mais utilizado tanto pelas exportações como pelas importações. O Porto de Fortaleza continua sendo o segundo porto mais utilizado para as exportações cearenses. O Porto de Santos é o segundo mais utilizado para as importações cearenses e o Porto de Fortaleza, o terceiro mais utilizado.

1.1.5. O Mercado de Trabalho

Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) divulgados mensalmente pela Secretaria de Trabalho pertencente ao Ministério da Economia, o Brasil conseguiu gerar, em 2018, um total de 528.495 vagas de trabalho com carteira assinada e o Ceará um total de 23.007 vagas na mesma categoria de emprego (Gráfico 9). Ao se comparar o saldo de empregos gerados nos últimos anos, é possível notar que ambos os mercados de trabalho nacional e local registraram desempenhos, em 2018, bem melhor que aqueles observados nos anos de 2016 e 2017 quando observou-se destruição de vagas tanto no país quanto no estado, apontando nítida recuperação do mercado de trabalho nacional. Vale notar que a geração de empregos observada em 2018 não foi capaz ainda de repor a destruição de vagas observada nos anos de 2016 e 2017.

Gráfico 9: Evolução do Saldo de Empregos Celetistas - Brasil e Ceará - Acumulado do ano até dezembro/2016, 2017 e 2018



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE. Nota: Saldo de dentro e fora dos prazos.

Em relação ao ano de 2019¹², o Brasil voltou a gerar um saldo positivo de empregos com carteira assinada num total de 184.234 vagas no primeiro trimestre do ano. Isso aconteceu logo após a forte destruição de vagas observada no último trimestre do ano passado, resultado do comportamento sazonal do mercado de trabalho nacional nesse período. Diferentemente do observado para o país, o mercado de trabalho cearense registrou um saldo negativo de empregos celetistas num total de 7.777 vagas no primeiro trimestre de 2019, revelando, assim, as dificuldades ainda enfrentadas pelo estado na geração de empregos formais.

12 Fonte: ??? https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/06/IPECE_CONJUNTURA_1_trim2019.pdf

Analisando a evolução do saldo de empregos celetistas por setores no Ceará (Tabela 8), para o acumulado do ano até dezembro nos últimos três anos, nota-se que nenhum setor registrou abertura de vagas em 2016; em 2017, quatro setores abriram vagas, e seis em 2018, revelando uma nítida trajetória desconcentrada de recuperação do mercado de trabalho estadual, acompanhando a mesma trajetória de restauração de vagas observada no país.

Os três setores que registraram os maiores saldos positivos no acumulado do ano de 2018 foram: Serviços (+15.810 vagas); Indústria de transformação (+3.832 vagas) e Comércio (+2.620 vagas). As perdas anuais foram observadas apenas nos Serviços Industriais de Utilidade Pública (-191 vagas) e na Agropecuária (-98 vagas), revelando alguns movimentos diferentes daqueles registrados pelo país quando a Agropecuária conseguiu ter êxito na geração de empregos no acumulado do ano.

Tabela 8: Evolução do Saldo de Empregos Celetistas por Setor - Ceará - Acumulado do ano até dezembro/2016, 2017 e 2018

Setores	2016	Rank.	2017	Rank.	2018	Rank.
Serviços	-661	3	2.801	1	15.810	1
Indústria de transformação	-9.820	7	-3.760	8	3.832	2
Comércio	-6.766	6	468	4	2.620	3
Construção Civil	-15.047	8	-2.289	7	754	4
Extrativa mineral	-238	2	-322	5	184	5
Administração Pública	-108	1	531	2	96	6
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	-2.112	4	-370	6	-98	7
Serviços Indústria de Utilidade Pública	-2.442	5	491	3	-191	8
Total	-37.194	---	-2.450	---	23.007	---

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE. Nota: Saldo de dentro e fora dos prazos.

Na análise do primeiro trimestre de 2019¹³, os setores que geraram mais vagas no mercado de trabalho cearense foram: serviços (+1.760 vagas); serviços industriais de utilidade pública (+140 vagas); e administração pública (+95 vagas). Por outro lado, as maiores perdas foram observadas nos setores de comércio (-4.284 vagas); construção civil (-3.714 vagas) e agropecuária (-1.209 vagas).

Vale dizer que o problema de fechamento de vagas observado no estado do Ceará está também presente em outros estados brasileiros, especialmente nos estados de Pernambuco

13 Fonte: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/06/IPECE_CONJUNTURA_1_trim2019.pdf

e Alagoas que apresentaram fechamento de vagas muito maior. Outro fator a ser destacado é que o fechamento de vagas no estado do Ceará ocorreu em vários setores, especialmente no comércio, construção civil, agropecuária e também na indústria de transformação, revelando que o problema do emprego no estado tem que ser visto com bastante cautela dado a sua complexidade, sendo ainda muito afetado por fatores conjunturais.

1.2. Perspectivas da Economia Cearense

O crescimento da economia mundial para o ano de 2019, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), está previsto em uma taxa de 3,2%. Este desempenho mostra-se inferior à taxa de 3,6% verificada no ano de 2018. Estas estimativas vêm sendo influenciadas por um crescimento da demanda interna nas economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha, França e Espanha, e pelos países emergentes, como a Índia e China. Para o ano de 2020 projeta-se um ritmo de crescimento mundial um pouco maior, resultando em 3,5%.

Para os anos de 2021 e 2022¹⁴, o ritmo de crescimento da economia mundial deve-se manter num nível próximo de 3,7%. Esta projeção leva em conta um cenário de reduções das expectativas negativas geradas pela atual guerra comercial entre Estados Unidos e China e com a concretização do acordo do BREXIT após a saída do Reino Unido da União Europeia.

O PIB do Brasil cresceu 1,1%, em 2018, puxado pelo setor de serviços (1,3%), seguido da indústria (0,6%) e da agropecuária (0,1%). O consumo das famílias registrou aumento de 1,9%, em decorrência das reduções da SELIC, taxa de inflação e nível de endividamento das famílias. Estes fatores aumentaram o poder de compra das famílias, que favoreceu o crescimento do comércio (2,3%), beneficiando assim o crescimento dos serviços. A indústria foi beneficiada pelos crescimentos da indústria de transformação (1,3%) e da indústria extrativista (1,3%), devido à alta da extração de minérios ferrosos.

Após o início da crise macroeconômica que iniciou no segundo trimestre de 2014 e que começou a repercutir no Ceará a partir do segundo trimestre de 2015, o ano de 2018 manteve um ritmo de crescimento do PIB cearense positivo, 1,01%, assim como o ano de 2017, 1,87%, o qual configurou-se como o início da retomada do crescimento econômico¹⁵.

14 Fundo Monetário Internacional (FMI): World Economic Outlook/Update de abril de 2019.

15 https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/03/CONJUNTURA_4_TRIM_2018.pdf

Espera-se que o ritmo de crescimento para as economias do Brasil e Ceará em 2019, após o período da crise macroeconômica 2014-2016, seja fruto do aumento da confiança na economia por parte das famílias e empresas, bem como da convergência do índice de inflação IPCA para valores abaixo da meta de 4,25%, e de uma trajetória de baixa da taxa de juros SELIC iniciada no final de 2016, e com projeção de 5,0% para o final de 2019. Esses elementos são importantes para tornar o crédito mais atraente e assim estimular a retomada do crescimento dos investimentos das empresas, bem como o aumento do consumo das famílias, impactando de forma positiva o PIB. No caso do Ceará, soma-se a esse impacto à continuidade do equilíbrio das finanças públicas estaduais, que torna o estado do Ceará entre os primeiros entes da federação em termos de capacidade de investimento público em relação à receita corrente líquida.

Por outro lado, a magnitude do crescimento econômico para o Brasil e o Ceará, para o período 2020-2023, está bem limitada em decorrência do alto déficit orçamentário do Governo Federal. O Governo Federal precisa dar os primeiros resultados de redução do déficit para que se apresente uma trajetória decrescente da dívida pública no médio e longo prazos, e as reformas da previdência, tributária e um conjunto de privatizações são os principais elementos para tal objetivo, sendo uma importante condição para o aumento da confiança dos empresários e investidores, e conseqüentemente o aumento dos investimentos privados, tornando os crescimentos econômicos do Brasil e do Ceará sustentáveis para os próximos anos.

Dadas as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, projetou para o período 2020 - 2023, taxas de crescimento do PIB estadual de 2,50% para 2020 e 2,80% para 2021 e 2,9% para 2022 e 2023, superiores às taxas previstas de crescimento do PIB nacional. Em resumo, os indicadores macroeconômicos projetados para o período 2020-2023 são apresentados na Tabela 9 a seguir:

Tabela 9: Variáveis Macroeconômicas Projetadas - 2020 a 2023

Variáveis	2020	2021	2022	2023
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	3,90	3,75	3,50	3,50
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	2,20	2,50	2,50	2,50
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	2,50	2,80	2,90	2,90
PIB Ceará (R\$ Milhões)	170.233	181.562	193.366	205.938
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	3,81	3,86	3,90	3,90
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período (%a.a.)	5,00	7,00	7,00	7,00

Fonte: Relatório Focus/BACEN (16/08/2019) e IPECE.

OBS: Os valores do PIB são projeções feitas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo IBGE, para o caso do Brasil, passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo o IBGE.

Para o Ceará, o momento é promissor. O Estado segue na liderança de investimentos públicos no Brasil em 2018, atingindo 15,20% da Receita Corrente Líquida (RCL). No tocante ao volume de investimentos absolutos, o Estado ficou na vice-liderança, atrás somente de São Paulo. Conforme dados fornecidos pelo STN, o resultado em números absolutos, segundo a Secretaria da Fazenda, mostrou que o Ceará chegou a R\$ 2,92 bilhões de investimentos no acumulado em 2018, um aumento de 12,43% em relação ao acumulado de 2017. Com as contas públicas já sob controle, as políticas para o desenvolvimento socioeconômico sustentável têm a capacidade de atrair investimentos externos e internos, assim como de gerar emprego e renda, promovendo a inclusão social no caminho para o crescimento.

1.3. Perspectivas da Economia Nacional

Em julho de 2019, com a aprovação da Reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara, houve diminuição da incerteza quanto aos rumos da economia nacional medida pelo Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV). A redução da incerteza é crucial para a atração de potenciais investimentos que podem colocar o país novamente em um caminho de crescimento.

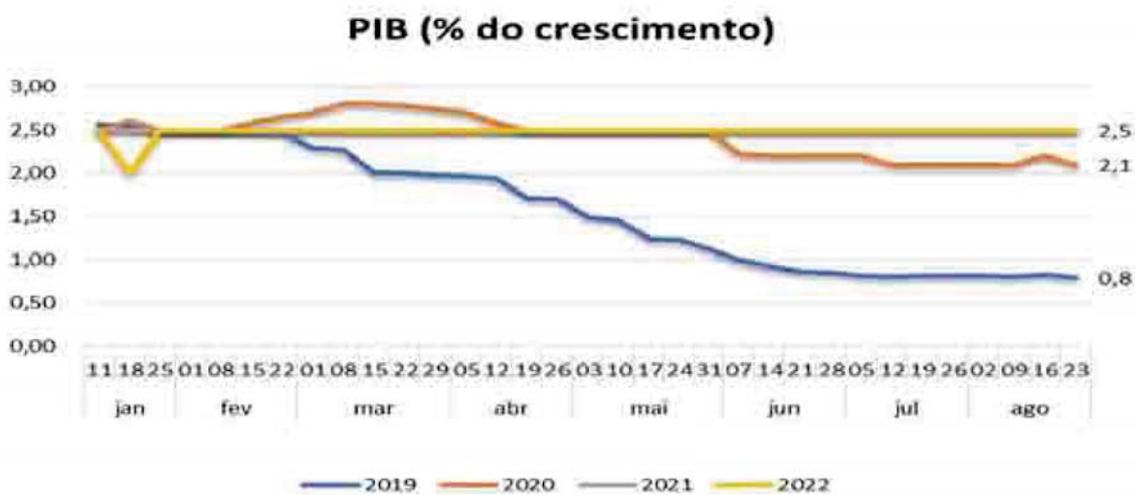
A economia esperada com a Reforma, no texto aprovado, saiu de R\$ 1,2 trilhão em 10 anos, para R\$ 750 bilhões, nas estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), mas, de acordo com o Boletim Macro¹⁶ (IBRE/FGV) de julho, apesar de não ser suficiente, a Reforma associada a outros ajustes é capaz gerar melhora geral das expectativas para a economia nacional. Entre estes ajustes a serem discutidos paralelamente à Reforma da Previdência está a questão da previdência de estados e municípios, e também o Pacto Federativo, conforme acordo que está em construção propondo ajuda do governo federal aos governos estaduais

16 https://portalibre.fgv.br/data/files/EC/25/8B/5D/9152C610C1A9A0C68904CBA8/BoletimMacrolbre_1907.pdf

quanto às receitas (partilha dos recursos da cessão onerosa - leilão de barris extras do Pré-Sal - com estados e municípios, a elevação para 70% da fatia dos governos locais no Fundo Social do Pré-Sal, o adiamento do pagamento das dívidas pagas por ordem judicial para 2028 e a conversão e venda ao mercado da dívida ativa dos estados)¹⁷.

Analisando a trajetória das expectativas para a taxa de crescimento do PIB extraídas do Focus¹⁸ do Banco Central do Brasil (BCB), o que se percebe é que a expectativa para o crescimento do PIB de 2019 vinha em tendência de queda ao longo de todo o primeiro semestre, mas a taxa parece ter estabilizado em julho e agosto, mantendo-se por oito semanas em torno de 0,8%, depois de quatro meses de quedas semanais consecutivas. Para 2020, as expectativas passaram por crescimento entre a segunda semana de fevereiro e a segunda de março, mas iniciaram trajetória suave de queda desde então, com a taxa em julho e agosto se mantendo em torno de 2,1%. Para 2021 e 2022, as expectativas para o crescimento do PIB tem se mantido estáveis ao longo do ano em 2,5%, conforme Gráfico 10 abaixo.

Gráfico 10: Expectativa para Crescimento (%) do PIB - Brasil



Fonte: Focus/BCB (23/08/2019). Elaboração: IPECE

O Boletim de Expectativas¹⁹ da Carta de Conjuntura (IPEA) mostrou que sua previsão de crescimento do PIB tem passado por consecutivas revisões para baixo ao longo do ano. Entre fevereiro e julho, a previsão para o crescimento do PIB de 2019 caiu de 2,48% para 0,9%. A taxa para 2020 também sofreu redução, passando de 2,75% para 2,3%. Para 2021 e 2022, quase não houve revisão das expectativas e as taxas de crescimento esperadas ficaram em

17 <https://www.infomoney.com.br/mercados/politica/noticia/8871678/os-caminhos-para-a-volta-de-estados-e-municipios-a-reforma-da-previdencia-no-senado>

18 <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

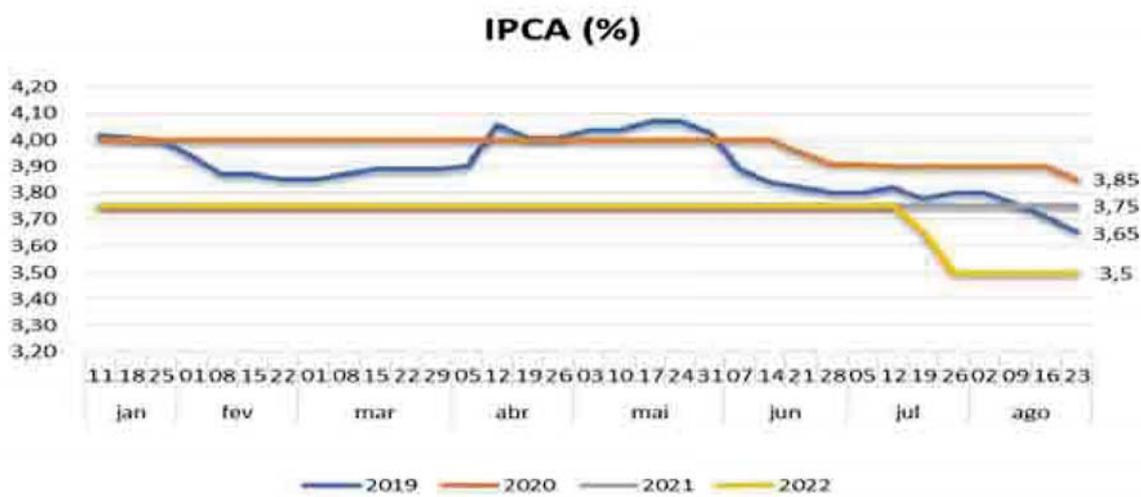
19 <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/boletim-de-expectativas/>

torno de 2,6%. Já no Boletim de agosto, de acordo com dados da pesquisa Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, no cenário principal com aprovação da Reforma da Previdência, o crescimento do PIB seria de 0,8% em 2019, 2,2% em 2020, e 2,5% em 2021 e 2022, expectativas que se alinham com as do mercado (Focus/BCB) citadas anteriormente.

Também se alinham com as expectativas apontadas pelo Focus as dos principais bancos brasileiros²⁰. As expectativas de Bradesco, Itaú e Santander em agosto apontam crescimento do PIB de 0,8% em 2019. Para 2020, o crescimento esperado fica entre 1,7% e 2,2%. Para 2021 e 2022, a expectativa dos bancos é mais positiva que a do Focus/BCB, com crescimento de 3,0%.

Quanto à inflação, a mediana das expectativas do Focus (BCB) para 2019 oscilaram ao longo do ano; em janeiro a expectativa era de inflação em torno de 4% e em agosto chegou a 3,65%. Para 2020, tal expectativa estava em 4% durante o primeiro semestre, mas caiu a 3,9% no final de junho, mantendo-se nesse patamar e chegando a 3,85% em agosto. Para 2021, a expectativa se mostrou estável ao longo de 2019, em 3,75%, e para 2022, se manteve até meados de julho também em 3,75%, porém caiu a 3,5% no final do mês, mantendo-se estável em agosto (Gráfico 11).

Gráfico 11: Expectativa de Inflação - IPCA (%) - Brasil



Fonte: Focus/BCB (23/08/2019). Elaboração: IPECE

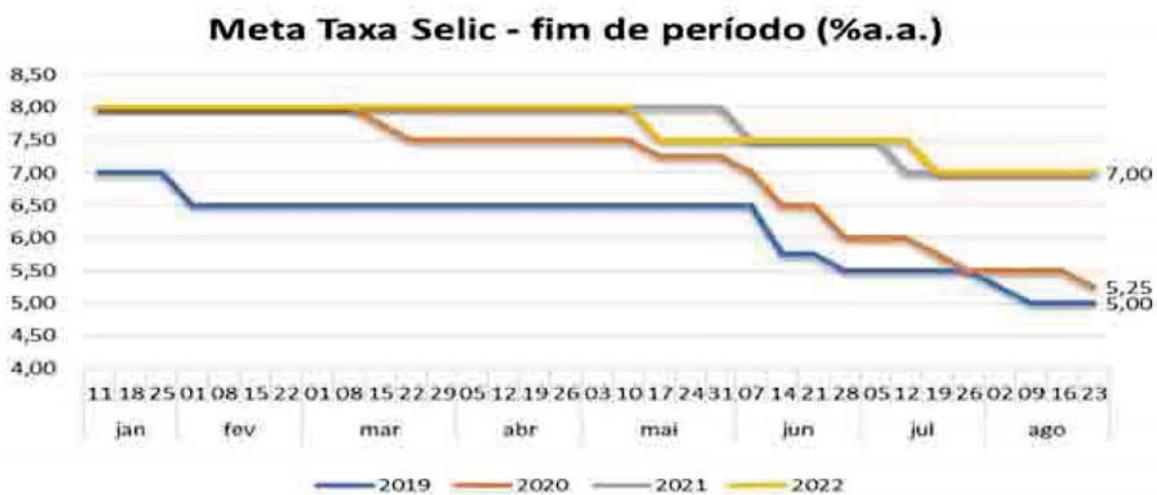
20 <https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>
<https://www.itau.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>
<https://www.santander.com.br/analise-economica>

A Equipe de Conjuntura do IPEA trouxe em maio expectativa de inflação para os próximos 12 meses de 3,43%, formada a partir da média entre a expectativa do período do Focus/BCB, a implícita em títulos públicos (prefixados versus indexados à inflação) e a implícita em swaps (DI x pré contra DI x IPCA). Já em julho, esta projeção de inflação foi de 3,48% para os próximos 12 meses, e de 3,9% para o ano de 2019 e de 2020. Além disso, em julho, a inflação média esperada para 5 anos coincidia com a meta de inflação (definida pelo Conselho Monetário Nacional) para 2021, de 3,75%.

Alinhados com a previsão do Focus, de acordo com as projeções de Bradesco, Itaú e Santander, a inflação esperada para 2019 está entre 3,5 e 3,7%; para 2020 e 2021, esperam inflação em torno de 3,8%; e para 2022, Bradesco e Itaú esperam inflação de 3,5% (como aponta o Focus), já Santander, de 3,75%.

Quanto à taxa básica de juros da economia, as expectativas para a meta em 2019 permaneceram estáveis em 6,5% entre fevereiro e maio, mas em junho, julho e agosto houve queda, com a expectativa chegando a 5% a.a. para 2019. Para 2020, as expectativas iniciaram o ano em 8%, mas chegaram em 23 de agosto a patamar similar ao da Selic esperada para 2019, de 5,25%. Para 2021 e 2022, a taxa esperada no começo do ano era de 8%, mas passou por queda em maio, junho e julho, chegando a agosto em 7% (Gráfico 12).

Gráfico 12: Expectativa da Meta Taxa Selic (% a.a.) - Brasil



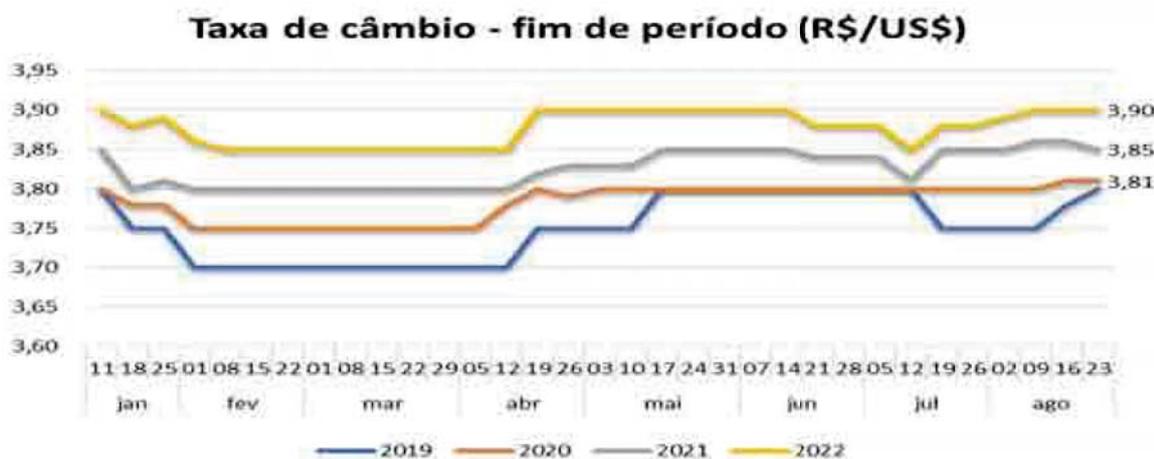
Fonte: Focus/BCB. Elaboração: IPECE

De acordo com o Boletim de Expectativas da Carta De Conjuntura do IPEA de 05 de julho de 2019, a expectativa de meta para a Selic definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), que havia sido de estabilidade em 6,5% pelo menos até julho de 2020 no Boletim de maio, passou por revisão acentuada desde então, de forma que a expectativa trazida no Boletim de agosto é de que a taxa chegará a 5% a.a. em dezembro de 2019 e a 5,5% a.a. em dezembro de 2020.

Já de acordo com as projeções do Bradesco, a meta para a SELIC deve chegar em dezembro a 5% em 2019 e 2020, e em 7% em 2021 e 2022; projeções similares às do Focus. Para o Itaú, a expectativa é de 5% a.a. durante os 4 anos em questão. Por fim, o Santander espera meta da SELIC em 5,3% em 2019 e 2020, 6% em 2021 e 6,5% em 2022.

No que se refere à Taxa de Câmbio, a expectativa para o fim do período em 2019, de acordo com o Focus/BCB, se manteve durante o ano entre R\$/US\$ 3,70 e 3,80. Para 2020, a taxa esperada está entre 3,75 e 3,80 R\$/US\$. Em 2021, espera-se que o câmbio fique entre 3,80 e 3,86 R\$/US\$ e para 2022, entre 3,85 e 3,90 R\$/US\$ (Gráfico 13).

Gráfico 13: Expectativa da Taxa de Câmbio - Fim de Período (R\$/US\$) - Brasil



Fonte: Focus/BCB. Elaboração: IPECE

De acordo com o Grupo de Conjuntura do IPEA, em publicação de agosto, a taxa de câmbio média esperada para o fim de cada ano no período 2019-2022 não tem sofrido alterações significativas nos últimos Boletins de Expectativas. No cenário médio com base nas informações do Sistema de Expectativas de Mercado/BCB, a taxa de câmbio ficaria em torno de 3,74 R\$/US\$ em 2019 e chegaria a 3,89 R\$/US\$ em 2022. Os cenários alternativos somando e subtraindo um desvio padrão trazem expectativas para 2022 de 4,13 R\$/US\$ e de 3,65 R\$/US\$, respectivamente.

De acordo com as projeções dos bancos, a expectativa da Taxa de Câmbio para o fim do período em 2019 deve ficar em patamar similar ao previsto pelo Focus. Para 2020 a 2022, as expectativas do Bradesco e Santander também se alinham ao Focus, já para o Itaú, a expectativa é de câmbio de 4,0 R\$/US\$ em 2020, 2021 e 2022.

De acordo com o COPOM, conforme publicado na ata²¹ de sua 224ª reunião, ocorrida no final de julho, o Brasil vivencia um momento de retomada do processo de recuperação da economia nacional. O cenário externo se mostra benigno para com os países emergentes, com desaceleração moderada do crescimento global e mudanças nas políticas monetárias das principais economias do mundo que valorizam ativos dos emergentes, o que abriu espaço para a redução da taxa básica de juros brasileira, gerando incentivo para a demanda interna. É esperada aceleração no crescimento do PIB nos próximos trimestres que deve ser reforçada pela liberação de recursos do FGTS e do PIS/PASEP. Os cenários projetados para a inflação seguem confortáveis. E a continuidade nas reformas fiscais a serem implementadas devem impactar positivamente às expectativas de consumidores, empresários e investidores.

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO RECENTE

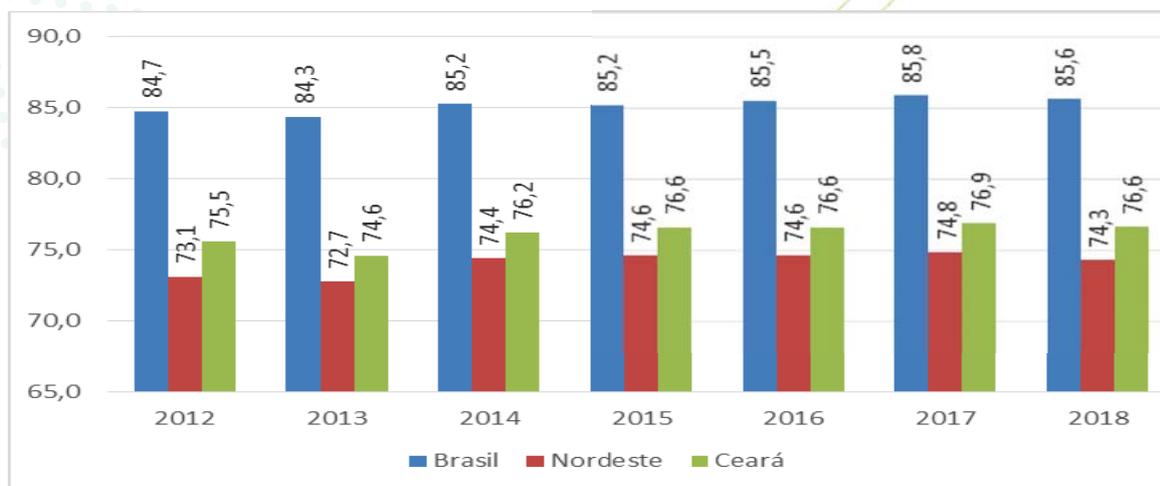
O Estado além de almejar o crescimento de sua economia espera que o mesmo seja traduzido em bem-estar para a população cearense. Esta seção traz o panorama recente das condições sociais do Ceará passando por uma breve análise do comportamento da dinâmica populacional e das condições de saúde, educação, emprego, pobreza e desigualdade.

2.1 Aspectos Demográficos

Entender os aspectos demográficos da população de uma região é muito importante para a construção de políticas públicas. Segundo os dados da PNAD contínua do IBGE, a população cearense, em 2018, estava estimada em 9 milhões de habitantes, 3,1% a mais que em 2017. Ainda segundo a estimativa do IBGE em 2018, 19,6% dos municípios (36) tem população com mais 50.000 habitantes. No Estado, a grande maioria da população, 76,6%, reside em territórios urbanos assim como no Brasil e no Nordeste, conforme ilustra o Gráfico 14 a seguir.

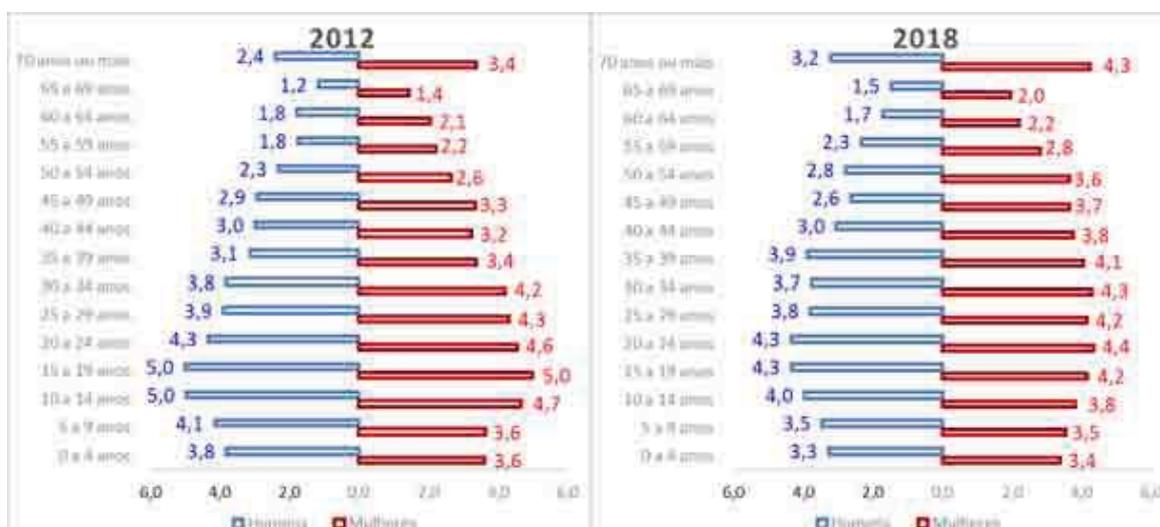
21 <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>

Gráfico 14: Taxa de Urbanização (em %) - Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2018



Fonte: IBGE / PNAD. Elaboração: IPECE.

A população é majoritariamente feminina (51,7%), e quando se olha a evolução por grupo etário, nota-se um crescimento nas faixas etárias com mais idade, com destaque para a população de 65 anos ou mais de idade, conforme ilustra o Gráfico 15 a seguir.



Fonte: IBGE / PNAD (2006) e PNADC (2012 e 2017). Elaboração: IPECE.

Quando se olha para o futuro com base na projeção do IBGE²² para os próximos cinco anos (até 2023), percebe-se ainda mais essa tendência do envelhecimento populacional (em 2023 serão 157.751 mil pessoas a mais com 60 anos ou mais em comparação a 2019), conforme ilustra Tabela 10.

22 <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>

Tabela 10: Projeção da População por Grupos de Idades - Ceará 2019 a 2023.

GRUPO ETÁRIO	2019	2020	2021	2022	2023
0-4	658.031	656.863	654.978	653.178	647.916
5-9	643.033	643.343	644.554	645.761	650.720
10-14	687.783	677.834	666.495	656.944	647.691
15-19	743.073	720.818	706.774	694.937	686.480
20-24	835.224	824.514	805.193	779.668	750.204
25-29	803.135	803.522	805.194	808.722	811.380
30-34	779.221	784.859	787.711	787.889	786.559
35-39	707.765	720.751	733.590	746.265	757.850
40-44	627.560	642.514	656.883	670.383	683.263
45-49	551.502	559.412	569.955	583.206	598.316
50-54	511.947	518.399	523.564	527.241	530.701
55-59	436.154	451.900	465.329	476.509	485.647
60 anos ou mais	1.148.430	1.183.157	1.221.146	1.262.409	1.306.181
Total	9.132.858	9.187.886	9.241.366	9.293.112	9.342.908

Fonte: IBGE. Elaboração IPECE.

Ainda quanto os dados apresentados na Tabela 9, enquanto os recortes etários de 0 a 4 anos e de 10 a 24 anos seguem tendência de queda, o grupo de pessoas com idade de 60 anos ou mais mostra tendência de crescimento. Isto abre um alerta para a necessidade de políticas públicas voltadas ao envelhecimento ativo, por exemplo²³.

2.2 Saúde

Inquestionavelmente, a saúde é um dos bens mais preciosos que a pessoa possui e constitui condição indispensável para desenvolver todas as suas potencialidades. Desta forma, fica evidente a necessidade de se analisar alguns dos principais indicadores desta dimensão.

Historicamente, a taxa de mortalidade infantil tem sido utilizada como um dos melhores indicadores para analisar as condições de saúde e de vida da população. Tem sido também importante para direcionar e redirecionar as ações e políticas públicas voltadas para o setor da saúde. O Ceará apresentou reduções consistentes neste indicador²⁴, saindo de 25,3, em 2006, para 14,4 óbitos crianças menores de um ano de vida para cada 1.000 nascidas vivas, em 2016. Este é um resultado que mostra a melhora contínua na saúde no primeiro ano de vida.

23 http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf

24 https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/01/Indicadores_Sociais_2017.pdf

Esse resultado complementa-se com outro importante indicador, o de esperança de vida ao nascer, que também é importante na mensuração da qualidade de vida das pessoas e sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes, tanto preventivas como curativas. A esperança de vida ao nascer cresceu 3,2% no Ceará, enquanto o Nordeste e o Brasil cresceram respectivamente 4,3% e 4,1%. Ou seja, outros estados da região Nordeste melhoraram suas condições de vida mais rápido do que o Ceará entre 2005 e 2015.

Os idosos também estão tendo expectativa de vida maior. Em 2017, segundo IBGE, considerando tanto 60 ou 65 anos, as idades que definem a população como idosa, o Ceará encontraria expectativa de sobrevivência ou expectativa de vida nessas idades de 21,5 e 17,8 respectivamente. Isso quer dizer que um indivíduo com 60 ou 65 anos de idade viveria em média 81,5 e 82,8 anos de idade, respectivamente.

2.3. Condições dos Domicílios Particulares

O acesso aos serviços de saneamento básico é considerado indispensável para a qualidade de moradia e, conseqüentemente, de vida da população, bem como proteção ao meio ambiente e até mesmo possíveis focos de risco à saúde. Com base nos dados da PNAD Contínua do IBGE, em 2018, menos de 80% dos domicílios cearenses possuíam a rede geral de distribuição como fonte de abastecimento de água. Tal proporção apresentou uma pequena redução quando comparado ao ano de 2017.

Enquanto a proporção de domicílios com acesso à rede geral direta ou fossa séptica ligada à mesma apresentou uma redução de 4% (passando de 45,2%, em 2016, a 43,4% em 2018), a proporção de domicílios com fossas sépticas não ligadas à rede coletora sofreu um aumento 7,4% de 2016 (48,7%) a 2018 (52,3%).

Em 2016, 69,7% dos domicílios tinham seu lixo coletado por uma empresa especializada diariamente, em 2018 teve aumento de 3,3% chegando a 72%. Aqueles que possuíam o lixo coletado indiretamente, isto é, através de uma caçamba, somavam 10,7% dos domicílios (uma redução de 7% quando comparado a 2016). Além disto, 15,4% queimavam o lixo na propriedade e 1,9% davam outro destino para seus lixos domiciliares.

2.4. Educação

Na área de educação, os dados mais recentes da PNAD contínua (2016 a 2018) indicaram melhora da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no Estado. Em 2016, o Estado apresentou um total de 15,2% a sua população acima de quinze anos de idade analfabeta. Já em 2017, o Ceará possuía uma taxa de analfabetismo²⁵ de 14,2%, o que representou uma queda de 6,6%. Em 2018 a taxa voltou a cair, chegando a 13,3%.

Ainda pelos dados da PNAD Contínua, em 2017, em relação a 2016, observou-se também uma redução na Taxa de Analfabetismo Funcional - que é calculado pelo percentual de pessoas com menos quatro anos de estudos completos entre a população de 15 anos ou mais.

A média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais, que é um dos indicadores utilizados internacionalmente para medir o nível de escolarização de um país, vem apresentando melhora. A escolaridade média da população cearense acima de 25 anos de idade, que era de 7,4 em 2016 passou para 7,8 anos em 2017.

Já o percentual dessa faixa etária da referida pesquisa que concluíram o nível superior completo do Ceará passou de 9,1% em 2016 para 10,0% em 2017. Os resultados referentes a população de 15 anos ou mais de idade com pelo menos o Ensino Fundamental concluído foi de crescimento de cerca de 1,4 p. p. para o Ceará nos dois últimos anos.

Para àqueles de 19 anos ou mais que completaram o Ensino Médio, etapa final da educação básica no Brasil, que é em tese, uma das etapas mais importantes para a formação do indivíduo, pois neste período que o jovem se prepara para entrar no mercado de trabalho ou ingressar no ensino superior, o Estado perpassa com a grande missão de diminuir a evasão, pois é nessa fase que a maioria dos jovens deixa precocemente os estudos, muitos deles em busca de trabalho e renda. Mas vale salientar que em 2018 o Estado ficou em primeiro lugar na região Nordeste quanto ao número de jovens que chegam nessa etapa na idade certa (15 a 17 anos) com 73,4%.

25 https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/01/Indicadores_Sociais_2017.pdf

2.5. Emprego e Rendimentos do Trabalho

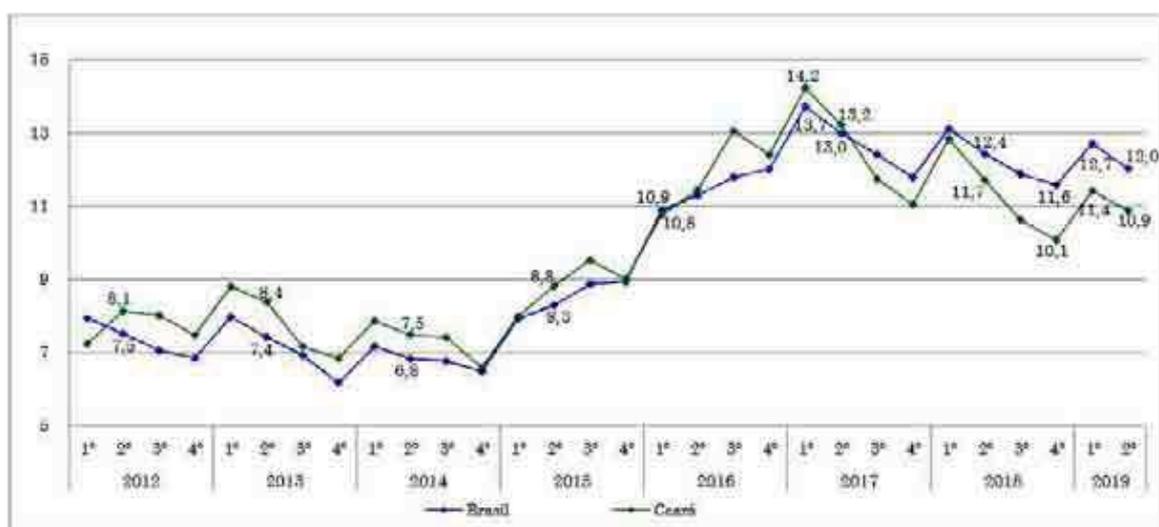
O Gráfico 12 apresenta a Taxa de Desocupação²⁶ com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É um indicador que mede uma pressão direta sobre o Mercado de Trabalho de pessoas sem trabalho, que foram a busca e estão disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

Como pode ser observado no Gráfico 16, a Taxa de Desocupação atingiu o patamar de 10,9% no segundo trimestre do ano de 2019, após cair ao longo de todo o ano de 2018. Neste mesmo período, a taxa encontra-se em 12,0% no Brasil.

Adicionalmente, após ter atingido a máxima na série histórica no primeiro trimestre de 2017, a Taxa de Desocupação do Ceará e do Brasil seguiram uma tendência declinante, principalmente no estado. No primeiro trimestre de 2018, o desemprego voltou a crescer em razão de fatores sazonais, assim como neste primeiro trimestre de 2019, quando ambas comparadas ao trimestre imediatamente anterior.

Finalmente, cabe ressaltar do segundo trimestre de 2018 ao segundo trimestre de 2019 houve uma redução de 0,4 pontos percentuais no total de desocupados no estado do Ceará.

Gráfico 16: Taxa de Desocupação - 1ºT. /2012 - 2ºT. /2019 - Brasil/Ceará



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: Termômetro do Mercado de Trabalho - IPECE.

26 https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/08/Termometro_do_Trabalho_2trim_2019_08.pdf

Em relação a remuneração média paga aos empregados no mercado de trabalho formal cearense, houve um aumento de R\$ 1.550,05²⁷, em 2006, para R\$ 2.142,86, em 2017, registrando um crescimento acumulado de 38,24%. Vale destacar que os principais aumentos ocorreram exatamente nas faixas inferiores de escolaridade, em parte explicada pela redução do contingente de trabalhadores nessas categorias.

O maior crescimento registrado ocorreu justamente para os empregados analfabetos (+52,57%), seguido pelos empregados com 5ª série completa fundamental (+50,20%); 6ª à 9ª série do fundamental (+50,15%); e por aqueles com ensino até 5ª série incompleto (+48,84%). O ensino fundamental incompleto também registrou crescimento (+32,48%); seguido pelo ensino médio completo (+26,33%) e ensino médio incompleto (+25,77%). Vale destacar que o ensino médio completo registrou crescimento da renda média mesmo tendo registrado o maior incremento no contingente de trabalhadores no período.

Nas faixas mais elevadas de escolaridade o crescimento apontado na renda média foi muito pequeno. Os profissionais formais com ensino superior completo apontaram alta de 4,76%; mestres alta de apenas 1,96% e doutores alta de 3,55% no acumulado de 12 anos. Esse movimento de fraco crescimento na remuneração média nessas faixas de escolaridade em parte pode ser explicado pelo aumento do contingente de trabalhadores com esse nível de formação acadêmica e também em parte influenciado por questões de oferta e demanda de mercado. Além disso, foi possível perceber que as remunerações pagas aos trabalhadores formais com menor nível de escolaridade no mercado de trabalho formal cearense ainda são extremamente baixas. Ademais, não foram identificadas diferenças significativas entre a menor faixa (analfabetos) e os profissionais com ensino médio.

2.6. Pobreza e Desigualdade

A análise da dinâmica do atual contexto dos indicadores de bem-estar - renda, pobreza e desigualdade, entre os anos de 2016 e 2017, expostos nos Indicadores Sociais do Ceará - 2017²⁸, publicado pelo IPECE em 2018, possibilitou identificar as melhorias alcançadas e os desafios remanescentes. Pode-se destacar como avanço nesse período o aumento do rendimento médio cearense (4,7%), que passou de R\$ 788,00 em 2016 para R\$ 825,00 em 2017. Outro ponto positivo no Estado foi a redução da pobreza em -1% nesse período, passando de 20,1% em 2016 para 19,9% em 2017 o percentual de pessoas em situação de pobreza no Ceará. Esses movimentos ocorreram de modo inverso ao cenário nacional, com redução da renda per capita e aumento da pobreza.

27 Valores ajustadas pelo INPC.

28 https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2019/01/Indicadores_Sociais_2017.pdf

Para o grupo etário de 0 a 5 anos, faixa correspondente a primeira infância, no Ceará em 2017, 11,9% desse grupo viviam em extrema pobreza, valor superior à média de 8,1% total do Estado, o que corrobora com a atenção que vem sendo intensificada no Estado para essa população tão vulnerável.

Na análise da desigualdade medida pelo índice de Gini, um dos mais conhecidos na literatura, verificou-se que o Estado também apresentou piora, passando de 0,553 em 2016 para 0,560 em 2017.

Por outra ótica de medir o nível de desigualdade temos o cálculo da razão entre a renda média dos 50% mais ricos e os 50% mais pobres. Quanto menor essa razão, menor o nível de desigualdade. No Estado, esse índice apresentou piora, assim como no cenário nacional e regional. Em 2016 a razão foi de 14,6%, enquanto que em 2017 foi de 15,1%, ou seja, os mais ricos ganham em média 15 vezes acima que os mais pobres.

Já o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo (camada da população do Estado elegível aos programas do FECOP²⁹) para os anos de 2016 e 2017, o Ceará apresentou uma pequena redução de 49,9% em 2016 para 49,1% em 2017.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Na construção das diretrizes que orientaram a elaboração dos programas reunidos no PPA 2020-2023, considerou-se, além dos elementos estratégicos de médio e longo prazos, componentes conceituais dos cenários externos e o panorama socioeconômico para o Estado do Ceará — os quais influenciam a formulação de uma visão do futuro para o nosso estado —, o modo de gestão pública que se orienta pela conquista de resultados, articulado às atividades de elaboração do planejamento e à implementação das políticas públicas.

Contudo, soma-se à assimilação de tais elementos a reflexão acerca dos fundamentos da política de desenvolvimento do Ceará, voltados aos principais desafios no prumo de tornar o Ceará como um **Estado com Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida**.

Neste contexto, para a geração das mencionadas diretrizes que nortearão a implementação das políticas públicas nos próximos quatro anos, traduzidas nos programas do PPA, buscou-se alinhamento estratégico com instrumentos de longo prazo, mais especificamente Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Plataforma Ceará 2050, apresentados na sequência.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que serviu de guia para o desenvolvimento global entre 2000 e 2015, serviram de base para alcançar avanços na melhoria das condições de vida de milhões de pessoas em todo o planeta. Contudo, esses progressos não foram suficientes pois ainda milhões de cidadãos continuavam à margem dos benefícios alcançados.

Assim, os líderes mundiais reunidos, na Assembleia-Geral da ONU a 25 de setembro de 2015, assinaram um compromisso de criar um modelo global de governança com a finalidade de acabar com a pobreza, proteger o ambiente e promover a prosperidade e o bem-estar de todos até 2030.

Esse movimento deu origem aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como Objetivos Globais, que podem ser considerados “um chamado universal para ação contra a pobreza, proteção do planeta e para garantir que todas as pessoas tenham

paz e prosperidade”¹.

Esses 17 Objetivos foram construídos a partir dos ODMs, sendo incluídos outros temas, como a mudança global do clima, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades. Os objetivos são interconectados – o sucesso de um ODS envolve o combate a temas que estão associados a outros objetivos.

Segundo o PNUD, os ODS trabalham com o espírito de parceria e pragmatismo para fazermos as escolhas certas para melhorar a qualidade de vida, de forma sustentável, para a atual e futuras gerações. Eles oferecem orientações claras e metas para todos os países adotarem em acordo com suas prioridades e desafios ambientais de todo o planeta. OS ODS são uma agenda inclusiva, que combatem as raízes das causas da pobreza e nos unem para fazermos uma mudança positiva para as pessoas e para o planeta.



OBJETIVO 1. ACABAR COM A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES.

- ▶ 1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia.
- ▶ 1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
- ▶ 1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.
- ▶ 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a

1 <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>

serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.

- ▶ 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.
- ▶ 1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.
- ▶ 1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.



OBJETIVO 2. ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL.

- ▶ 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
- ▶ 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

- ▶ 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
- ▶ 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
- ▶ 2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.
- ▶ 2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.
- ▶ 2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.
- ▶ 2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.



OBJETIVO 3. ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODOS, EM TODAS AS IDADES.

- ▶ 3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.
- ▶ 3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.
- ▶ 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.
- ▶ 3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.
- ▶ 3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.
- ▶ 3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.
- ▶ 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.
- ▶ 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

- ▶ 3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.
- ▶ 3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.
- ▶ 3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.
- ▶ 3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
- ▶ 3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.



OBJETIVO 4. ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA E DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODOS.

- ▶ 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

- ▶ 4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
- ▶ 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
- ▶ 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
- ▶ 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
- ▶ 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
- ▶ 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
- ▶ 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
- ▶ 4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação

e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

- ▶ 4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.



OBJETIVO 5. ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS.

- ▶ 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- ▶ 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- ▶ 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.
- ▶ 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
- ▶ 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
- ▶ 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional

sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

- ▶ 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
- ▶ 5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.
- ▶ 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.



OBJETIVO 6. ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA E SANEAMENTO PARA TODOS.

- ▶ 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.
- ▶ 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.
- ▶ 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

- ▶ 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.
- ▶ 6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.
- ▶ 6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.
- ▶ 6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.
- ▶ 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.



OBJETIVO 7. ASSEGURAR O ACESSO CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL, MODERNO E A PREÇO ACESSÍVEL À ENERGIA PARA TODOS.

- ▶ 7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.
- ▶ 7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
- ▶ 7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.
- ▶ 7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética

e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

- ▶ 7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.



OBJETIVO 8. PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E TRABALHO DECENTE PARA TODOS.

- ▶ 8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos.
- ▶ 8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
- ▶ 8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
- ▶ 8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.

- ▶ 8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
- ▶ 8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
- ▶ 8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.
- ▶ 8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.
- ▶ 8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.
- ▶ 8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.
- ▶ 8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.
- ▶ 8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



OBJETIVO 9. CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO.

- ▶ 9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.
- ▶ 9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.
- ▶ 9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.
- ▶ 9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.
- ▶ 9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.

- ▶ 9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
- ▶ 9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.
- ▶ 9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.



OBJETIVO 10. REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES.

- ▶ 10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.
- ▶ 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
- ▶ 10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.
- ▶ 10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
- ▶ 10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.

- ▶ 10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.
- ▶ 10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.
- ▶ 10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC.
- ▶ 10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.
- ▶ 10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.



**OBJETIVO 11. TORNAR AS CIDADES E OS
ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS,
RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS.**

- ▶ 11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
- ▶ 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as

necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

- ▶ 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
- ▶ 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
- ▶ 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
- ▶ 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
- ▶ 11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- ▶ 11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
- ▶ 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.
- ▶ 11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



OBJETIVO 12. ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS.

- ▶ 12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.
- ▶ 12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
- ▶ 12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
- ▶ 12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
- ▶ 12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
- ▶ 12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
- ▶ 12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
- ▶ 12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

- ▶ 12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
- ▶ 12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
- ▶ 12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.



OBJETIVO 13. TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER A MUDANÇA DO CLIMA E SEUS IMPACTOS.

- ▶ 13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.
- ▶ 13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.
- ▶ 13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.
- ▶ 13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as

fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível.

- ▶ 13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.



OBJETIVO 14. CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS, DOS MARES E DOS RECURSOS MARINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

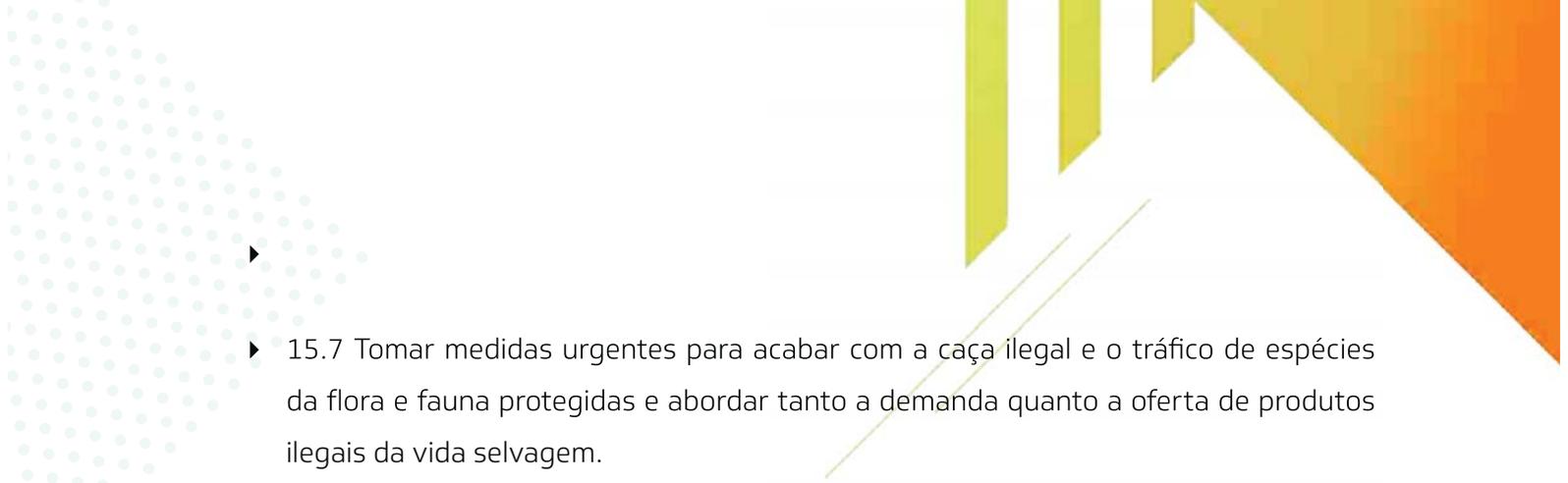
- ▶ 14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
- ▶ 14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.
- ▶ 14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.
- ▶ 14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.

- ▶
- ▶ 14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.
- ▶ 14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio.
- ▶ 14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.
- ▶ 14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.
- ▶ 14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.
- ▶ 14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”.



OBJETIVO 15. PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A DEGRADAÇÃO DA TERRA E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE.

- ▶ 15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.
- ▶ 15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.
- ▶ 15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.
- ▶ 15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.
- ▶ 15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.
- ▶ 15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.

- 
- ▶
 - ▶ 15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.
 - ▶ 15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.
 - ▶ 15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.
 - ▶ 15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
 - ▶ 15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.
 - ▶ 15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.



OBJETIVO 16. PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS.

- ▶ 16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.
- ▶ 16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.
- ▶ 16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.
- ▶ 16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.
- ▶ 16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
- ▶ 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
- ▶ 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.
- ▶ 16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.
- ▶ 16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.
- ▶ 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

- ▶ 16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.
- ▶ 16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.



OBJETIVO 17. FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- ▶ 17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.
- ▶ 17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos.
- ▶ 17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.
- ▶ 17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.
- ▶ 17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.

- ▶ 17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.
- ▶ 17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.
- ▶ 17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.
- ▶ 17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.
- ▶ 17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.
- ▶ 17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.
- ▶ 17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.

- ▶ 17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.
- ▶ 17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.
- ▶ 17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.
- ▶ 17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.
- ▶ 17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.
- ▶ 17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.
- ▶ 17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

CEARÁ 2050

A Plataforma de Desenvolvimento Ceará 2050 representa o resultado de um amplo processo de reflexão estratégica e de negociação de prioridades para o desenvolvimento sustentável do Ceará – sociedade menos desigual, economia competitiva e meio ambiente preservado – de longo prazo, constituindo-se em um referencial para o Estado, a sociedade civil, organizações públicas e privadas.

Após uma série de etapas de construção coletiva, partindo de uma análise retrospectiva dos últimos 30 anos de desenvolvimento do Ceará, agregada a um estudo de benchmarking e à análise de tendências e cenários futuros, foi idealizada a Visão de Futuro do Ceará para 2050.

Para alcançar essa visão do futuro de nosso Estado, foi estabelecido o caminho a ser percorrido, traduzido no Mapa da Estratégia, abaixo representado, composto por um conjunto de objetivos, organizados em cinco áreas de resultados.

Todos os objetivos estratégicos do Ceará 2050 serão avaliados com base em indicadores, os quais demonstram a evolução da estratégia desenhada e concretizada pela implementação dos programas estruturantes.

Figura 1: Mapa da estratégia do Ceará 2050



A primeira área de resultados² corresponde ao **Valor para a Sociedade** que representa o resultado final esperado que preconiza qualidade de vida, crescimento econômico ambientalmente sustentável e redução expressiva das desigualdades sociais e regionais. Essa Área de Resultados está em linha com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU), e possui como objetivos estratégicos:

- ▶ Excelência em qualidade de vida e bem-estar em todas as dimensões

Elevar o padrão de vida da população, considerando itens fundamentais como saúde, educação, cultura, bem-estar, engajamento comunitário e meio ambiente.

- ▶ Redução radical da pobreza e das desigualdades em busca do desenvolvimento social

Reduzir expressivamente a pobreza e o desemprego na busca do ideal da erradicação da miséria, da elevação da renda per capita e da redução da desigualdade socioeconômica para o patamar dos melhores níveis do país.

2

Extraído do produto: Visão de Futuro do estado do Ceará. Disponível em: WWW.ceara2050.ce.gov.br.

- ▶ Aceleração econômica com ênfase na ampla prosperidade compartilhada

Ser líder nacional no crescimento do PIB, através da atração sustentável de investimentos alavancados por instituições de reconhecimento global, pela inovação, tecnologia e capacitação.

- ▶ Desenvolvimento territorial inteligente e integrado à luz de suas vocações e potencialidades

Promover o equilíbrio territorial cearense a partir do conceito de polos regionais, desenvolvidos com base em cidades inteligentes, interconectadas e sustentáveis, potencializando as vocações de cada região a partir da inovação.

- ▶ Sustentabilidade ambiental com resiliência e respeito às gerações futuras

Impulsionar o desenvolvimento ambiental, a gestão da biodiversidade e a ampliação da capacidade de convivência com as secas, posicionando o Estado como referência na recuperação de áreas degradadas.

As três áreas seguintes operam como condicionantes para o alcance dos objetivos da área de Valor para a Sociedade.

A área das **Cadeias Produtivas** busca a reinvenção setorial com aproveitamento das vantagens competitivas dos setores mais expressivos do estado, tais como: indústria, turismo, agropecuária, energia limpa e renovável, recursos hídricos, infraestrutura e logística, economia do mar, da saúde e criativa. São objetivos estratégicos dessa área de resultados:

- ▶ Posicionamento de vanguarda no novo ambiente da quarta revolução industrial

Colocar o estado na dianteira da produção de bens e prestação de serviços – com inserção internacional – baseados na integração e no uso intensivo de tecnologias de alto valor agregado e complexidade.

- ▶ Turismo cearense como referência internacional para o desenvolvimento sustentável

Posicionar o Ceará como polo de turismo e cultura da região nordeste, passando a ser referência internacional como o principal destino turístico do país a partir da qualidade

na prestação de serviços, do ecoturismo, do agroturismo e da valorização da cultura local com roteiros turísticos consolidados e integrados.

- ▶ Desenvolvimento da agropecuária e do extrativismo sustentável de alto valor agregado

Ser o maior produtor de alimentos e bens de alto valor agregado do semiárido brasileiro por meio do fortalecimento da agropecuária, do fomento intensivo à extensão rural e do extrativismo sustentável, alavancando a renda por meio das vocações de cada região do estado com agregação de valor com adoção de inovações tecnológicas.

- ▶ Produção de energia limpa e renovável com desenvolvimento tecnológico de referência internacional

Consolidar o Ceará como o maior produtor e distribuidor nacional de energia de fontes limpas e renováveis (solar, eólica, biocombustíveis), aproveitando atuação na cadeia para o desenvolvendo de produtos e serviços de alto valor agregado na indústria e no campo a partir de processos inovadores e sustentáveis.

- ▶ Centro focal da infraestrutura e logística multimodal do país, valorizando a posição geográfica do Ceará

Ter o melhor sistema de infraestruturas resilientes e de logística multimodal do país (ferrovias, rodovias, portos, aeroportos etc.), valorizando a vantagem geográfica privilegiada do Ceará.

- ▶ Segurança hídrica, uso eficiente e racional da água e resiliência face às irregularidades pluviiais e mudanças climáticas

Elevar ao grau de excelência a gestão de recursos hídricos (uso, reuso e reaproveitamento econômico e racional da água) do ceará e mitigação dos impactos das mudanças climáticas no território do semiárido.

- ▶ Economia do mar com alto valor agregado e sustentabilidade

Expandir o uso dos recursos oceânicos de alto valor agregado, de forma sustentável, abrindo a fronteira econômica e do conhecimento para esse segmento relevante do território cearense. Posicionamento do Ceará como referência internacional em economia do mar.

- ▶ Economia da saúde como fator de desenvolvimento econômico e social

Impulsionar as cadeias produtivas da saúde como fator de desenvolvimento econômico e social, a partir da integração do ensino, da pesquisa e da ciência, tecnologia & inovação.

- ▶ Polo de inovação em tecnologia da informação e comunicação

Ser referência mundial na indústria de *datacenters* e geração de conteúdos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), utilizando as tecnologias de última geração representadas, no cenário atual, por computação em nuvem, inteligência artificial, *IOT* e *blockchain* para alavancar o desenvolvimento do Estado. Busca-se fornecer infraestrutura de banda larga e cabos submarinos a empresas de TIC instaladas no estado, promover a criação de laboratórios de pesquisas em IES em Fortaleza e em outras regiões do Estado, e atrair cearenses de destaque no setor trabalhando fora do estado.

- ▶ Economia criativa e do conhecimento como pilar do desenvolvimento do estado

Potencializar as atividades econômicas baseadas na cultura, na criatividade, no conhecimento, na ciência, tecnologia & inovação, como pilares do desenvolvimento socioeconômico do Ceará.

O **Capital Humano** é a área que ocupa o ponto central da arquitetura estratégica. A identidade e diversidade cultural são elementos inspiradores fundamentais para o desenvolvimento pessoas e equipes inovadoras, altamente preparadas para liderar e catalisar o desenvolvimento da sociedade do conhecimento. Essa área possui os seguintes objetivos:

- ▶ Valorização do comportamento cearense como diferencial e destaque mundial

Dar destaque mundial à forma de viver do povo cearense. Uma sociedade que une resiliência, empreendedorismo, alegria, criatividade e irreverência na busca constante pelo aprimoramento de seu caráter produtivo, cooperativo, inovador e ético, constituída por uma cultura de cidadania e respeito ao ser humano, consciente de seus direitos e deveres.

- ▶ Lideranças altamente preparadas para atuar no contexto das transformações globais e locais

Desenvolver e mobilizar cidadãos capazes de liderar, pensar, decidir, agir, empreender e inovar no que diz respeito à identificação de oportunidades globais aplicáveis ao território cearense e à potencialização de vocações locais.

- ▶ Sociedade do conhecimento dotada do maior capital intelectual do país

Dispor de grupos inovadores, de destaque mundial, com capacidade de gerar transformações na sociedade do conhecimento e liderar o capital intelectual do país, tendo como referência a integração entre educação, tecnologia e setores econômicos para aumento da competitividade, empregabilidade e elevação da produtividade.

- ▶ Cultura como expressão de um estado rico em diversidade e convergência de propósitos

Tornar as identidades e a diversidade cultural cearense elementos inspiradores de transformações do estado e de mudança da visão do mundo sobre o Ceará, ampliando a valorização do patrimônio material e imaterial, com atenção às expressões culturais locais.

Por seu turno, a área dos **Serviços ao Cidadão** destaca inovações em serviços ao cidadão, tais como: educação, saúde, segurança, assistência social etc. Está orientada para a percepção do cidadão na sua integralidade dando a cada um dos temas um tratamento horizontal, sem o fatiamento encapsulado dos domínios tradicionais de políticas públicas e oferecendo serviços públicos que melhorem/aumentem o bem-estar da população. São objetivos dessa área de resultados:

- ▶ Sistema de saúde eficaz, eficiente, interconectado e integrado como caminho para excelência

Assegurar um sistema de saúde interconectado e integrado para todos com alta resolutividade, atendimento humanizado, personalizado, preventivo e descentralizado nas regiões.

- ▶ Educação transformadora voltada para à universalização do conhecimento, a formação cidadã e o desenvolvimento da criatividade

Ofertar uma educação de excelência mundial para todos, com modelo personalizado, ativo e adaptativo, alinhado às necessidades da sociedade cearense, empoderando a população em relação ao acesso ao conhecimento, com respeito à identidade e à diversidade local, foco na formação cidadã e no desenvolvimento de talentos, com inovação.

- ▶ Segurança, Justiça e a cultura da paz como elementos de transformação do Ceará em um estado seguro para se viver

Reduzir radicalmente a criminalidade e a violência em todas as suas dimensões, através de um sistema de segurança e justiça de padrão mundial, que fortaleça a cultura da paz.

- ▶ Proteção, recuperação e valorização do meio ambiente e saneamento nas cidades e territórios rurais

Fazer-se referência internacional em soluções de gestão ambiental para o combate à poluição, para a preservação efetiva da biodiversidade e do patrimônio natural, e para a valoração de seus serviços ecossistêmicos à sociedade. Viabilizar saneamento nas cidades e territórios rurais cearenses.

- ▶ Esporte, cultura e entretenimento como propulsor da felicidade e desenvolvimento social do Ceará

Transformar o esporte, a cultura e o entretenimento em elementos propulsores da felicidade, da produtividade, da identidade e diversidade, e do desenvolvimento da sociedade.

- ▶ Amplo cuidado social em todas as regiões do estado

Eradicar as situações de risco social e vulnerabilidade socioeconômica de pessoas, famílias e grupos minoritários nas diferentes regiões do estado.

- ▶ Convergência e integração na prestação social de serviços com adoção de tecnologias emergentes

Remodelar a prestação social de serviços de saúde, educação, segurança, esporte, cultura, assistência social etc., tendo como base a integração no planejamento, execução e controle, bem como a adoção de tecnologias emergentes.

Por fim, e não menos importante, existe o pilar da **Governança** que tem função o suporte às transformações pretendidas. Visa aumentar/melhorar a capacidade de governar com todos os setores da sociedade (econômico, academia, terceiro setor e governo) de forma integrada, transparente, participativa, amplamente interativa com base nas tecnologias emergentes (mídias sociais) e orientada para resultados com eficiência.

- ▶ Ambiente institucional e de negócios dinâmico, cooperativo e inovador

Tornar o ambiente institucional e de negócios do Ceará no mais dinâmico e inovador da América Latina, a partir do foco no empreendedorismo, no equilíbrio fiscal, no cumprimento de regras pactuadas, na capacidade de investimento, e na cooperação e integração entre agentes econômicos, academia, terceiro setor, sociedade civil e governo, valorizando organizações ágeis, flexíveis e adaptáveis e a simplificação de regulamentações.

- ▶ Nova governança da inovação como base para acelerar o desenvolvimento do estado

Acelerar o desenvolvimento de ecossistemas de inovação, com elevada intensidade de resultados sustentáveis, capaz de mudar a realidade do estado, a partir de um polo de ciência, tecnologia e inovação de reconhecimento global.

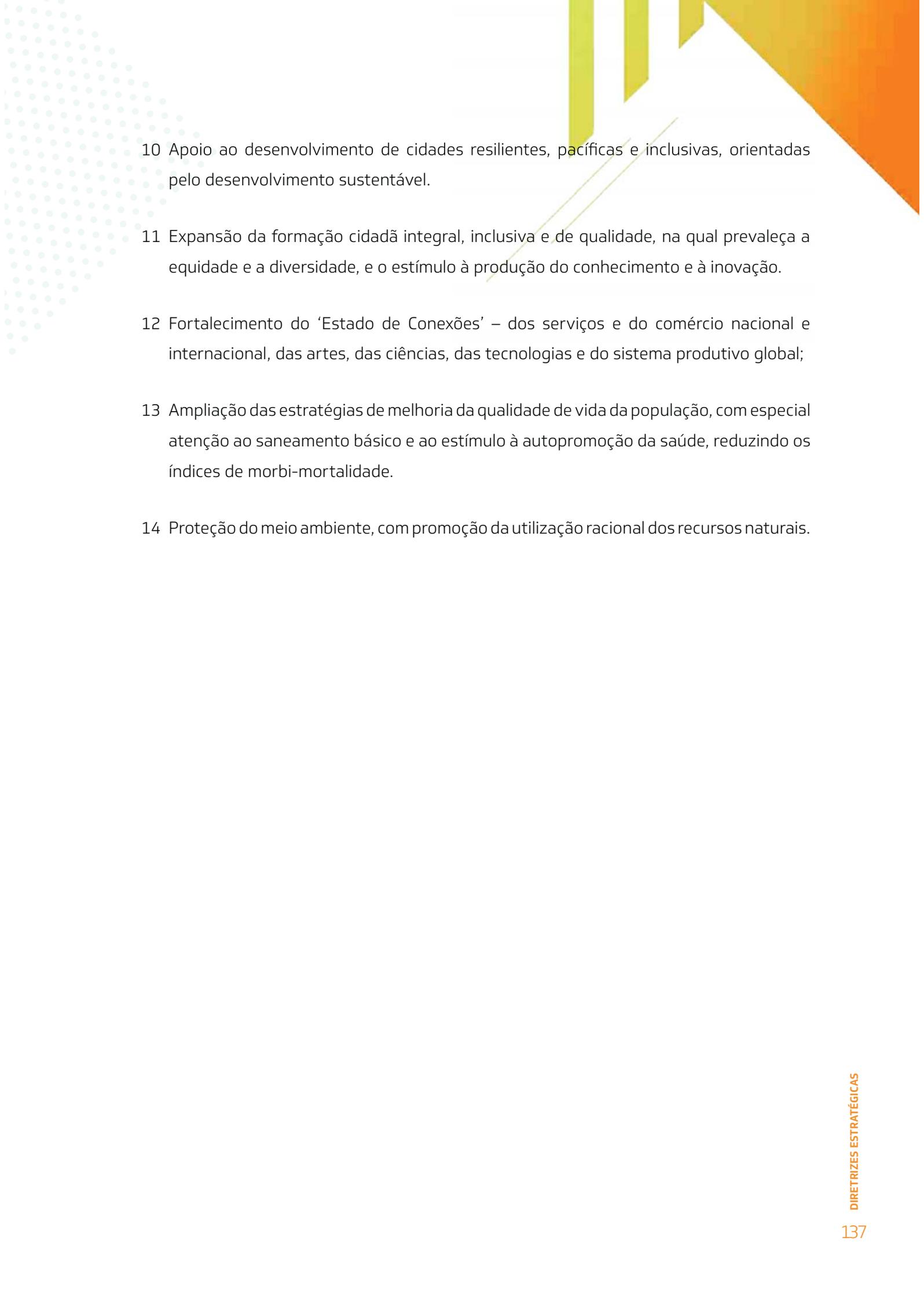
- ▶ Institucionalização da cultura de governança compartilhada e de gestão orientada para resultados

Governar com a sociedade, em uma perspectiva de longo prazo e voltada para resultados, por meio da cultura de pertencimento, cooperação, regionalização, transparência, corresponsabilidade, planejamento e controle social, de modo republicano e democrático, a partir da promoção da governança compartilhada de forma ética, inovadora e disruptiva com o engajamento de toda a sociedade cearense, comprometida e responsabilizada com a formulação, implantação e avaliação das políticas públicas.

DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

A partir dos direcionadores estratégicos, mais especificamente relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao Ceará 2050, levando em consideração a evolução das políticas públicas estaduais nos últimos anos, verificada no desempenho dos resultados e programas do PPA 2016-2019, e tendo como referência o panorama socioeconômico do Ceará, que demonstra, em linhas gerais, os principais desafios para nosso estado para a implementação do Plano Plurianual 2020-2023 serão tomadas como diretrizes, espelhadas nos resultados dos eixos e temas:

- 1 Promoção da inclusão social dos segmentos mais vulneráveis da sociedade cearense.
- 2 Promoção e defesa dos direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população no Ceará, com garantia de respeito à diversidade, com especial atenção para as questões étnicas, raciais, religiosas, de gênero e sexuais.
- 3 Proteção à primeira infância com interações entre Estado, famílias e instituições educacionais.
- 4 Geração de oportunidades para a juventude com geração de emprego e renda em setores criativos e inovadores da economia cearense.
- 5 Estruturação de uma governança participativa, colaborativa e convergente, com base em um gestão orientada para resultados.
- 6 Aprimoramento da prestação dos serviços públicos estaduais com garantia de celeridade, eficiência, eficácia e efetividade no atendimento das necessidades e demandas regionais.
- 7 Garantia da sustentabilidade fiscal do Estado e apoio ao equilíbrio fiscal dos municípios.
- 8 Estímulo ao desenvolvimento econômico do Ceará, territorialmente equilibrado, com ênfase em vocações competitivas globais e convivência produtiva com o semiárido.
- 9 Implementação de estratégias com enfoque na redução das desigualdades sociais e econômicas da população, com ênfase na erradicação da miséria.

- 
- 10 Apoio ao desenvolvimento de cidades resilientes, pacíficas e inclusivas, orientadas pelo desenvolvimento sustentável.
 - 11 Expansão da formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, na qual prevaleça a equidade e a diversidade, e o estímulo à produção do conhecimento e à inovação.
 - 12 Fortalecimento do ‘Estado de Conexões’ – dos serviços e do comércio nacional e internacional, das artes, das ciências, das tecnologias e do sistema produtivo global;
 - 13 Ampliação das estratégias de melhoria da qualidade de vida da população, com especial atenção ao saneamento básico e ao estímulo à autopromoção da saúde, reduzindo os índices de morbi-mortalidade.
 - 14 Proteção do meio ambiente, com promoção da utilização racional dos recursos naturais.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



DIRETRIZES REGIONAIS

DIRETRIZES REGIONAIS

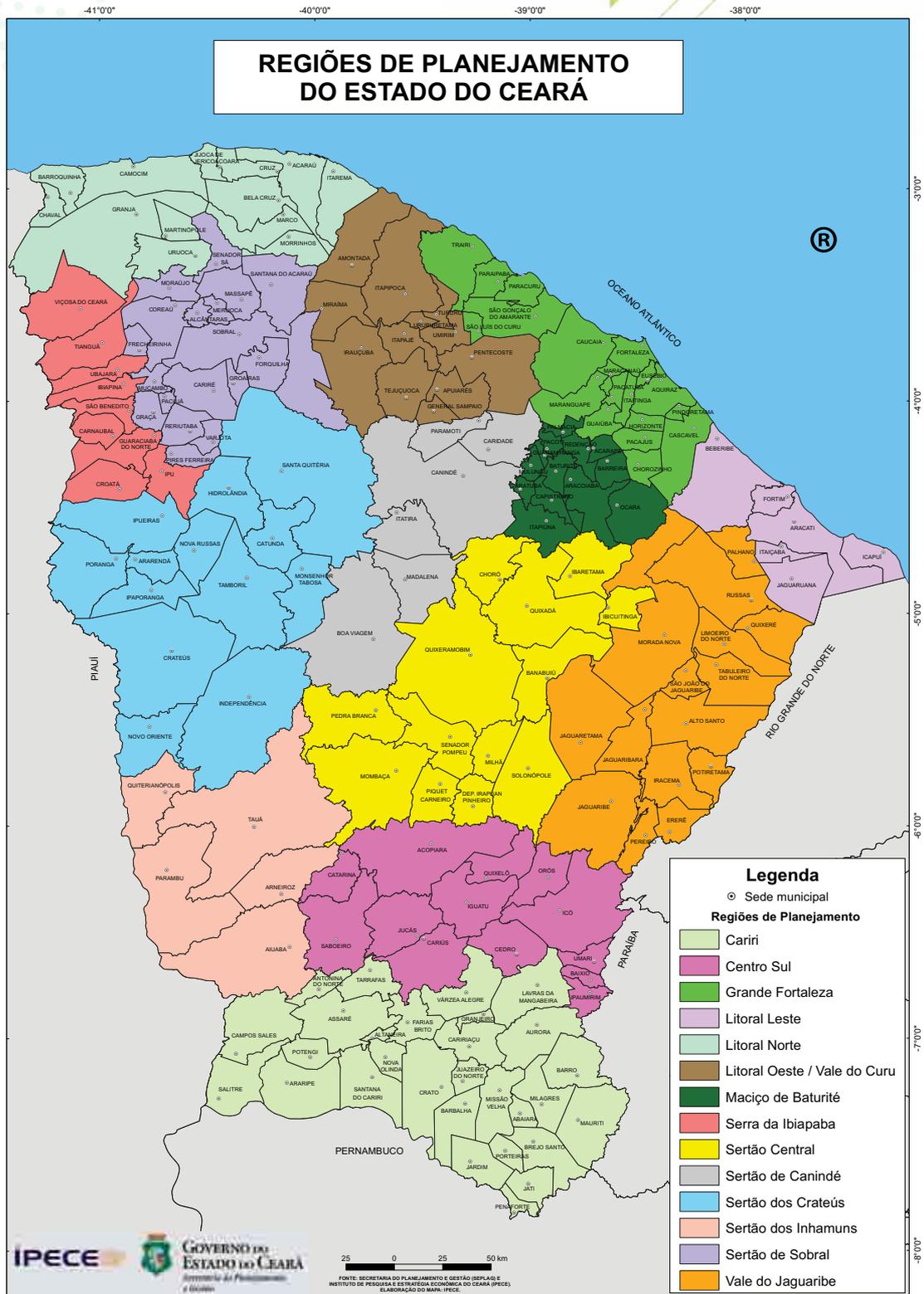
DIMENSÃO TERRITORIAL PARA O PLANEJAMENTO

Inserir a premissa da Promoção do Desenvolvimento Territorial no planejamento público, mais especificamente na formulação do Plano Plurianual 2020-2023, é estabelecer o território como *locus* da integração das diversas políticas públicas, desde a sua formulação, a partir das diretrizes apontadas pelos cidadãos, até o monitoramento e avaliação da execução dessas ações.

O enfoque territorial incorporado no planejamento do Estado atende aos objetivos de descentralização das políticas, de integração da ação governamental nos territórios estaduais, de estímulo e facilitação da participação social e do fortalecimento das vocações regionais, tendo como fim último a redução das desigualdades regionais.

Como forma de ampliar a eficiência dos espaços de gestão do território no Estado do Ceará e aperfeiçoar as atividades de planejamento, monitoramento e implementação de políticas públicas, de forma regionalizada, o recorte regional, adotado na elaboração do PPA 2020-2023 e nas Leis Orçamentárias Anuais, reconhece 14 regiões de planejamento, cuja configuração, feita a partir da análise sistêmica de regionalizações adotadas no Estado, foi pautada em aspectos semelhantes das regiões vinculados às características geográficas, socioeconômicas, culturais e rede de fluxos.

Deste modo, as regiões de planejamento, cuja organização foi estabelecida na Lei Complementar Nº 154, de 20 de outubro de 2015, conforme apresentado no mapa a seguir, foram concebidas objetivando ter-se uma área onde a similaridade socioeconômica e geográfica de suas várias partes (municípios) possibilita o planejamento regional e a concepção de políticas públicas, por exemplo, a partir da avaliação das necessidades de execução de determinados serviços públicos, visando o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para a população.



Mapa da regionalização para fins de planejamento – Lei Complementar 154/2015

Estimativa da população, Área territorial e número de municípios por Regiões - Ceará - 2018

Regiões	Número de municípios	Estimativa da população 2018	Área territorial (km ²)
Total do Estado	184	8.842.791	148.886,31
Cariri	29	1.021.190	17.390,31
Centro Sul	13	393.397	11.581,71
Grande Fortaleza	19	4.074.730	7.440,07
Litoral Leste	6	205.420	4.633,83
Litoral Norte	13	400.873	9.335,85
Litoral Oeste/Vale do Curu	12	396.823	8.890,00
Maciço de Baturité	13	243.982	3.707,27
Serra da Ibiapaba	9	359.296	5.697,31
Sertão Central	13	395.388	16.014,79
Sertão de Canindé	6	207.272	9.202,52
Sertão de Sobral	18	495.468	8.528,10
Sertão dos Crateús	13	352.378	20.594,41
Sertão dos Inhamuns	5	136.054	10.863,47
Vale do Jaguaribe	15	393.378	15.006,80

Fonte: IBGE

REGIÕES DE PLANEJAMENTO E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

Após a aprovação da Lei Complementar 154/2015, que define o recorte regional para fins de planejamento, as 14 regiões são assim compostas:

CARIRI (29 municípios)

Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.

CENTRO SUL (13 municípios)

Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari.

GRANDE FORTALEZA (19 municípios)

Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi.

LITORAL LESTE (seis municípios)

Aracati, Beberibe, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana.

LITORAL NORTE (13 municípios)

Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Morrinhos e Uruoca.

LITORAL OESTE / VALE DO CURU (12 municípios)

Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecoste, Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama.

MACIÇO DE BATURITÉ (13 municípios)

Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

SERRA DA IBIAPABA (nove municípios)

Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará.

SERTÃO CENTRAL (13 municípios)

Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Ibicuitinga, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópole.

SERTÃO DE CANINDÉ (seis municípios)

Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti.

SERTÃO DE SOBRAL (18 municípios)

Alcântaras, Cariré, Coreaú, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota

SERTÃO DOS CRATEÚS (13 municípios)

Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril.

SERTÃO DOS INHAMUNS (cinco municípios)

Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá.

VALE DO JAGUARIBE (15 municípios)

Alto Santo, Ererê, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA ELABORAÇÃO DO PPA

Na perspectiva do fortalecimento do processo democrático, o Governo do Estado do Ceará estabeleceu, para a formulação do Plano Plurianual do quadriênio 2020 a 2023, a premissa da Participação Cidadã, como uma estratégia de promoção da interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas, em um processo de planejamento participativo, que dá o norte para o desenho da atuação governamental.

A premissa da Participação Cidadã representa, entre outras diretrizes, o aperfeiçoamento da relação entre o Governo e a Sociedade, com o aprimoramento de processos, metodologias e ferramentas de gestão participativa na formulação e monitoramento das políticas públicas, coadunando com o Modelo de Gestão para Resultados do Ceará, que tem como um de seus sete princípios: a Participação e Controle Social no Governo.

Neste sentido, a participação e o controle social¹ são reconhecidos como condição indispensável para o aprofundamento da legitimidade e da capacidade do Estado de formular, implementar e avaliar políticas públicas, tendo as instâncias formais de participação e controle social impacto positivo na administração pública, de modo a aumentar sua transparência, racionalidade e eficiência.

A elaboração do PPA 2020-2023 fundamentou-se nessa premissa com o propósito de ampliar e aprofundar a participação e o diálogo com a sociedade, promovidos nos encontros regionais, garantindo a participação qualificada de representantes dos segmentos público, empresarial e sociedade civil organizada, de forma presencial.

Nesse âmbito da dimensão participativa e regionalizada, os 14 encontros regionais de planejamento participativo tiveram como principal objetivo: promover a reflexão acerca da realidade local/regional, sobre os múltiplos desafios da superação da desigualdade, bem como o de elaborar estratégias a partir das vocações regionais que possam alavancar o desenvolvimento dessas regiões, de modo a se alcançar os resultados pretendidos em cada um dos eixos de organização da atuação estadual.

A metodologia adotada possibilitou a superação da visão segmentada da totalidade à luz de uma reflexão mais ampla sobre a dimensão regional/territorial, da intersetorialidade, da pluralidade

1 Metodologia que consolida o Modelo de Gestão para Resultados do Ceará. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-gestao-para-resultados/projeto-de-fortalecimento-do-modelo-de-gestao-para-resultados-gpr/>

e multifuncionalidade, da transversalidade temática e do compartilhamento das atribuições e responsabilidades entre os diversos protagonistas no enfrentamento às desigualdades sociais e regionais e suas sequelas.

Tal concepção foi exercitada na discussão sobre os desafios a serem enfrentados e vocações a serem potencializadas nas suas respectivas regiões de forma a subsidiar a elaboração das políticas públicas com foco nas regiões de planejamento.

Tais conceitos e proposições, em consonância com indicadores ou variáveis das realidades regionais e sociais, subsidiaram a construção das “Diretrizes Regionais” — que foram utilizadas para orientar os órgãos e entidades estaduais do Ceará na elaboração de sua proposta de iniciativas que integraram os programas no âmbito dos 7 Cearás.

Além dos referidos encontros regionais de planejamento participativo, ocorridos no mês de junho de 2019, o Governo, por meio da Plataforma Ceará Transparente, promoveu a participação cidadã na formulação do próximo Plano Plurianual, em dois momentos: no levantamento de proposituras de diretrizes regionais e na votação das prioridades regionais, a partir das diretrizes idealizadas nos encontros regionais.

A próxima etapa do processo, compreendida como monitoramento do PPA de forma participativa e regionalizada, visa a fortalecer o controle social e a assegurar a transparência e o acesso à informação, e dar-se-á mediante a realização de encontros com a participação de representantes das Regiões de Planejamento do Estado, bem como a utilização da Plataforma Ceará Transparente, na parte chamada Participação Cidadã.

RESULTADOS E ESTRATÉGIAS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO

CARIRI



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Cariri, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Fortalecer a acessibilidade.
- ▶ Fortalecer a política estadual para imigrantes (criação de casas de apoio).
- ▶ Garantir espaços regionalizados para acolher populações prioritárias (deficientes e idosos).
- ▶ Garantir o acesso de alimentos de qualidade e em quantidade suficiente sem o uso de agrotóxicos.
- ▶ Priorizar a execução das ações e aplicação dos recursos de combate à pobreza nas políticas de assistência, moradia, inclusão social e segurança alimentar.
- ▶ Promover melhor integração entre os órgãos para acelerar e viabilizar a aquisição

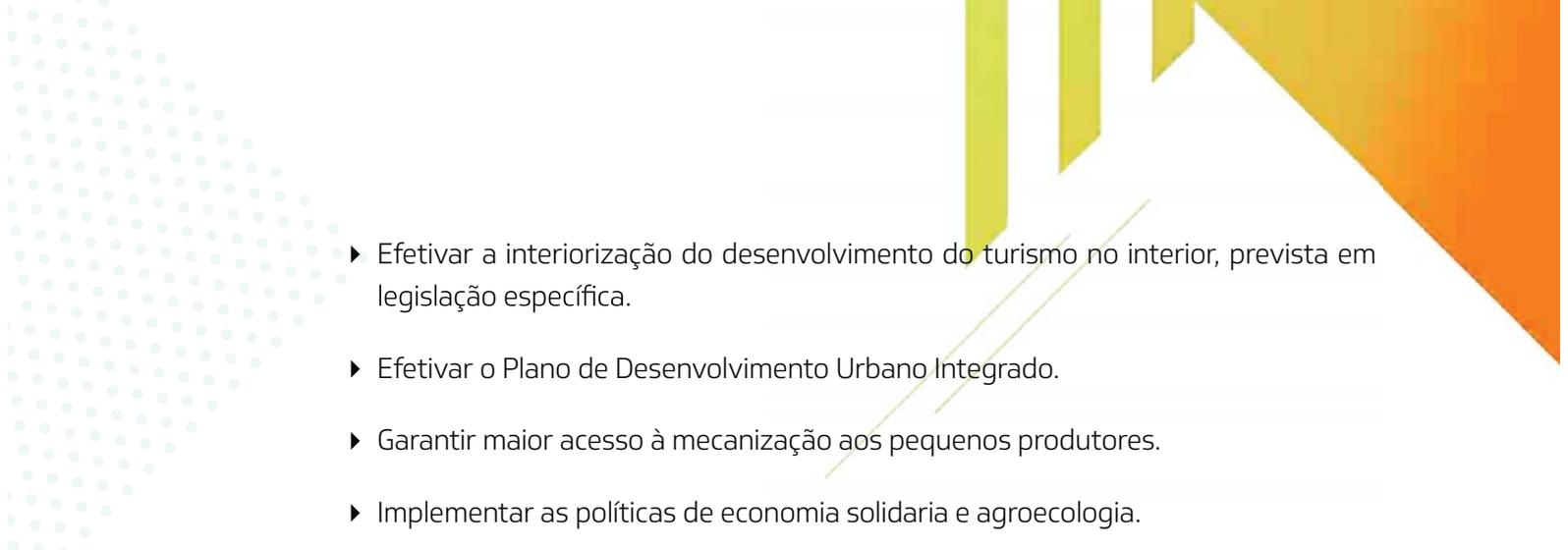
de alimentos entre órgão e controle social.

- ▶ Revisar e ampliar as políticas socioeducativas para trabalhar a responsabilização do adolescente infrator e garantir sua inclusão na sociedade..

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Cariri e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a malha ferroviária do VLT, ligando-o ao aeroporto, Barbalha e Missão Velha.
- ▶ Ampliar a promoção dos destinos turísticos da região.
- ▶ Ampliar e melhorar a atração de grandes e pequenas indústrias para a região.
- ▶ Ampliar e melhorar as infraestruturas aérea, rodoviária e ferroviária para escoamento da produção.
- ▶ Apoiar a criação de ações de desenvolvimento de unidades de processamentos de alimentos nas comunidades rurais.
- ▶ Apoiar a melhoria no planejamento de loteamentos.
- ▶ Apoiar as feiras municipais dos produtos da agricultura familiar.
- ▶ Apoiar e fiscalizar os planos diretores municipais.
- ▶ Apoiar o desenvolvimento tecnológico das indústrias da região.
- ▶ Apoiar o planejamento municipal para o desenvolvimento econômico.
- ▶ Avançar nas políticas de desburocratização aos pequenos negócios.
- ▶ Avançar nas políticas de revitalização dos centros de comercialização
- ▶ Criar a zona de processamento e exportação da região.
- ▶ Criar calendário permanente para realização de feira e exposições dos produtos da agricultura familiar.
- ▶ Definir espaço próprio nas feiras e exposições dos produtos da agricultura familiar.
- ▶ Desburocratizar os processos voltados ao desenvolvimento das atividades de comércio e outros serviços.

- 
- ▶ Efetivar a interiorização do desenvolvimento do turismo no interior, prevista em legislação específica.
 - ▶ Efetivar o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.
 - ▶ Garantir maior acesso à mecanização aos pequenos produtores.
 - ▶ Implementar as políticas de economia solidaria e agroecologia.
 - ▶ Implementar planejamento estadual voltado à certificação dos produtos da agricultura familiar.
 - ▶ Implementar planejamento estadual voltado ao desenvolvimento do ecoturismo regional.
 - ▶ Implementar política de educação no campo que promova o protagonismo da agricultura familiar.
 - ▶ Incentivar a agricultura orgânica e uso racional de agrotóxicos.
 - ▶ Melhorar a infraestrutura dos geosítios do Geopark Araripe.
 - ▶ Melhorar a infraestrutura para comercialização, armazenamento, distribuição e logística dos produtos da agricultura familiar.
 - ▶ Ofertar assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola pública de qualidade, quantidade e continuada, contemplando a valorização dos serviços e profissionais.
 - ▶ Ofertar assistência técnica e extensão rural publica de qualidade, quantidade e continuada, contemplando a valorização dos serviços e profissionais.
 - ▶ Promover a valorização da agricultura familiar.
 - ▶ Promover incentivo e maior divulgação junto aos produtores para uso de tecnologias alternativas com diversidade de produtos.
 - ▶ Revisar a taxaço do ICMS e sua aplicação, visando fomentar atividades de comércio e outros serviços.

• **Resultado regional:** População do Cariri com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a formação continuada dos professores em todos os níveis.
- ▶ Ampliar a formação continuada e humanística para os envolvidos na comunidade escolar.
- ▶ Ampliar a oferta de Educação para Jovens e Adultos.
- ▶ Ampliar a oferta de educação superior para a região, contemplando as minorias da sociedade.
- ▶ Ampliar a produção e disseminação de informação, da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- ▶ Ampliar e melhorar a infraestrutura das universidades com vistas à promoção da acessibilidade.
- ▶ Ampliar pesquisa, inovação e tecnologia nas universidades.
- ▶ Ampliar programas de inserção dos egressos no mercado de trabalho
- ▶ Criar uma política de integração da produção científica, tecnológica e inovação do estado como estratégia para o desenvolvimento regional e emancipação humana.
- ▶ Desburocratizar o acesso aos editais.
- ▶ Fortalecer as parcerias entre estado e município para formação continuada dos professores e melhoria da infraestrutura das escolas.
- ▶ Garantir a efetivação dos direitos estudantis.
- ▶ Implantar educação de tempo integral no campo.
- ▶ Implantar um centro cultural integrado de arte e cultura na região do Cariri.
- ▶ Implantar uma política estadual de assistência estudantil.
- ▶ Implementar nas escolas atendimentos multifuncionais para professores, alunos e comunidade escolar.
- ▶ Integrar as políticas públicas de cultura e educação, de base comunitária e intersetorial.
- ▶ Tornar as escolas como principais equipamentos cultural-artísticos e instrumentos de desenvolvimento dos lugares.
- ▶ Resultado regional: Sociedade do Cariri pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar e garantir a efetividade de políticas para mulheres vítimas de violência
- ▶ Ampliar e interiorizar os serviços judiciários na região.
- ▶ Ampliar o atendimento das delegacias no período noturno e fim de semana.
- ▶ Disseminar conhecimento a respeito das violações de direito da pessoa idosa.
- ▶ Garantir a qualificação dos agentes no acompanhamento nos casos de violência a cada grupo vulnerável específico (mulheres, idosos e LGBTQTs).
- ▶ Garantir atendimento com celeridade do processo da justiça em especial pequenas causas.
- ▶ Garantir condições adequadas e humanização no sistema prisional e casas de acolhimento da região, em especial as voltadas para mulheres.
- ▶ Garantir condições adequadas e qualificação necessária e moderna para a realização dos serviços bombeirísticos na região.
- ▶ Garantir maior segurança para a população.
- ▶ Integrar políticas de segurança com as demais políticas voltas à criança, ao adolescente e ao jovem. buscando resgatar experiências exitosas.

- **Resultado regional:** População do Cariri saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a rede de saneamento para as zonas rurais e periferias.
- ▶ Ampliar o acesso atenção terciária (UTI).
- ▶ Criar as redes de atenção psicossocial.
- ▶ Fortalecer a cooperação técnica entre governos estadual e municipais.
- ▶ Fortalecer a gestão do sistema de imunização.
- ▶ Fortalecer as ações Intersetoriais de controle ao uso abusivo de álcool e outras drogas.
- ▶ Fortalecer as políticas de atenção à saúde da pessoa idosa.
- ▶ Promover a integração das políticas de esporte, saúde e educação

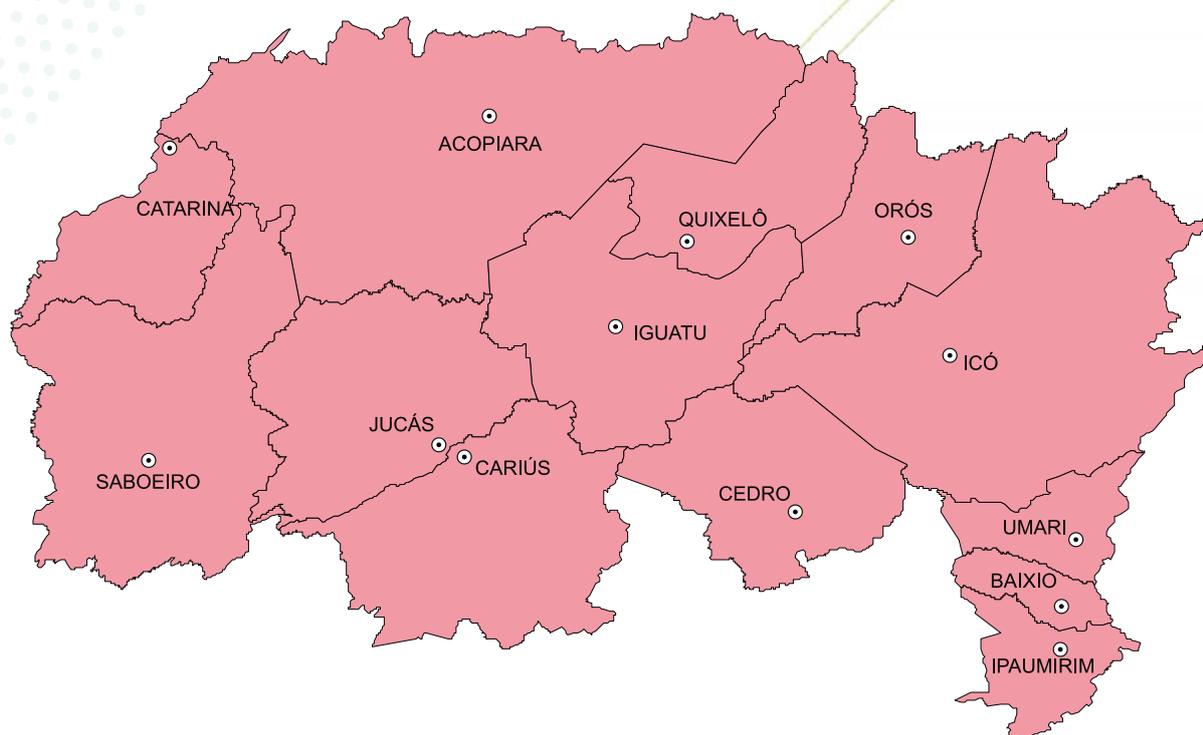
- ▶ Promover a regionalização e a efetivação das ações de controle de zoonose.
- ▶ Promover ações de incentivo à utilização do sistema de tratamento de esgoto (ligação domiciliar).

Resultado regional: Meio ambiente no Cariri protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a atuação do policiamento militar ambiental na região.
- ▶ Implantar estações de energias renováveis com incentivos para os usuários.
- ▶ Implementar a gestão faunística na região.
- ▶ Intensificar a fiscalização dos múltiplos usos dos recursos hídricos.
- ▶ Melhorar as ações nas áreas de conservação ambiental
- ▶ Promover a implementação da política de destinação adequada de resíduos sólidos (implantação e gestão consorciada de aterros sanitários).
- ▶ Promover a melhoria na distribuição de uso dos recursos hídricos.

CENTRO SUL



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Centro Sul, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a divulgação e conscientização sobre a importância da Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios.
- ▶ Ampliar e garantir o acesso à terra por meio de uma efetiva política de regulamentação fundiária.
- ▶ Dotar a região de acolhimento e apoio e longa permanência a grupos vulneráveis e prioritários.
- ▶ Garantir a regularidade e suficiência do apoio aos serviços socioassistenciais em toda região.
- ▶ Garantir e ampliar as políticas de aquisição e distribuição de alimentos.
- ▶ Garantir o acesso e o conhecimento aos serviços e equipamentos da assistência social tanto na área urbana como rural.
- ▶ Garantir o enfrentamento às violações de direitos da pessoa idosa e com deficiência, de forma intersetorial.

- ▶ Incentivar parcerias com os municípios para políticas efetivas de assistência social.
- ▶ Integrar as políticas de educação profissionalizante, geração de emprego e renda e inclusão para promover ocupação de jovens e grupos vulneráveis, identificando as potencialidades dos diversos municípios da região.
- ▶ Regular as demais modalidades que garantem a política de aquisição de alimentos.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Centro Sul e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar o apoio à atividade de piscicultura (tanques).
- ▶ Ampliar o uso de tecnologias e máquinas agrícolas.
- ▶ Ampliar políticas de incentivos na geração de emprego e renda.
- ▶ Apoiar a criação de microempresas no agronegócio.
- ▶ Apoiar a diversificação de outras culturas, diversificando a produção apenas de milho e feijão.
- ▶ Apoiar o cooperativismo e associativismo para melhorar a comercialização dos produtos da agricultura familiar
- ▶ Apoiar o planejamento municipal no que tange aos planos diretores.
- ▶ Aprimorar a qualificação e formalização da força de trabalho.
- ▶ Desburocratizar o acesso ao crédito rural.
- ▶ Desenvolver políticas de preço mínimo.
- ▶ Desenvolver políticas públicas para atrair investimentos industriais para a região.
- ▶ Facilitar a concessão dos selos de qualificação dos produtos para agregação de valor.
- ▶ Fortalecer as pequenas indústrias.
- ▶ Garantir acesso a linha de créditos para financiamento e investimentos modernos na agricultura.

- ▶ Implementar a gestão, conservação e recuperação dos recursos hídricos na agricultura familiar.
- ▶ Integrar políticas de segurança de trânsito, promovendo qualificação e fiscalização em todos os municípios.
- ▶ Promover a interligação viária entre as áreas rurais e urbanas.
- ▶ Promover a qualificação dos espaços públicos de comercialização para alavancar a economia local.
- ▶ Promover a recuperação de cultivos de piscicultura intensiva atingidos pelo fenômeno coluna vertical de turbulência.
- ▶ Promover a valorização e a exploração do potencial turístico, com destaque às identidades da região.
- ▶ Promover assistência técnica e extensão rural pública de qualidade, eficiente e continuada, contemplando a valorização do profissional.
- ▶ Qualificar e ampliar as tecnologias no meio rural.
- ▶ Reestruturar as rodovias para o escoamento da produção.

• **Resultado regional:** População do Centro Sul com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a avaliação sistemática de todas os docentes da região.
- ▶ Ampliar a oferta de cursos em nível de especialização e mestrado para os professores da educação básica
- ▶ Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes com foco nas vocações regionais.
- ▶ Ampliar a oferta de vagas de ensino médio na região, principalmente as de tempo integral.
- ▶ Ampliar a oferta de vagas nas escolas de educação profissional da região.
- ▶ Ampliar a oferta de vagas nas instituições públicas de ensino superior.
- ▶ Ampliar as atividades científicas e tecnológicas, incluindo a estruturação de laboratórios.
- ▶ Apoiar a ampliação de vagas em creches e escolas.

- ▶ Buscar parcerias nas instituições públicas e privadas para inserção dos egressos no mercado de trabalho.
- ▶ Criar política de iniciação científica para os jovens
- ▶ Descentralizar a gestão estadual da Cultura para a região.
- ▶ Expandir a prestação do serviço de transporte escolar.
- ▶ Garantir a oferta permanente e de qualidade de cursos tecnológicos na região, preferencialmente pela rede de centros vocacionais tecnológicos (CVTs).
- ▶ Inserir e valorizar todos os municípios da região no roteiro cultural e turístico do estado.
- ▶ Promover a valorização e a formação continuada para todos os profissionais da educação, inclusive os de apoio.
- ▶ Promover formação continuada para todos os profissionais da educação, inclusive os de apoio.
- ▶ Regionalizar a educação em artes.
- ▶ Resgatar a participação efetiva da família no ambiente escolar.

• **Resultado regional:** Sociedade do Centro Sul pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a prevenção da violência contra grupos vulneráveis, buscando resgatar experiências exitosas já implementadas no âmbito da Segurança Pública.
- ▶ Ampliar campanhas e ações socioeducativas na área da segurança.
- ▶ Garantir a agilidade processual com a estruturação do Sistema Judiciário.
- ▶ Garantir a valorização e qualificação dos agentes e estruturas do Sistema de Segurança Pública.
- ▶ Integrar as políticas públicas de segurança pública com outros segmentos em especial as socioeducativas.
- ▶ Integrar políticas de segurança de trânsito, promovendo qualificação e fiscalização em todos os municípios.
- ▶ Qualificar os agentes da segurança para o atendimento adequado aos grupos

vulneráveis e prioritários.

- ▶ Reestruturar a política prisional.

• **Resultado regional:** População do Centro Sul saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a variedade de modalidades esportivas nas políticas de esporte e lazer.
- ▶ Ampliar a cobertura dos serviços de saneamento básico.
- ▶ Ampliar o atendimento com maior resolutividade na atenção secundária e terciária.
- ▶ Criar espaços para prática poliesportiva.
- ▶ Buscar novas tecnologias de saneamento básico adaptadas a realidade do meio rural.
- ▶ Fortalecer a atenção primária com foco na promoção e prevenção (centro de pesquisa e avaliação multidisciplinar).
- ▶ Fortalecer parcerias com municípios visando a implantação dos planos municipais.
- ▶ Fortalecer o monitoramento, controle e avaliação das centrais de regulação na região.
- ▶ Revitalizar a rede de saneamento básico existente.
- ▶ Implantar leitos de UTI na média e alta complexidade.
- ▶ Universalizar o acesso a água no meio rural por meio de tecnologias sociais, adutoras e sistemas de abastecimento.
- ▶ Implementar a rede materno-infantil e efetivar o projeto Nascer no Ceará.

• **Resultado regional:** Meio ambiente no Centro Sul protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Descentralizar o controle e fiscalização dos recursos naturais.
- ▶ Implantar o serviço de triagem de animais silvestres.
- ▶ Implementar na região o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

- ▶ Promover maior sensibilização quanto ao Meio Ambiente.
- ▶ Promover políticas públicas de estímulo ao uso de energia solar nas residências.
- ▶ Reestruturar os serviços de fiscalização ambiental.

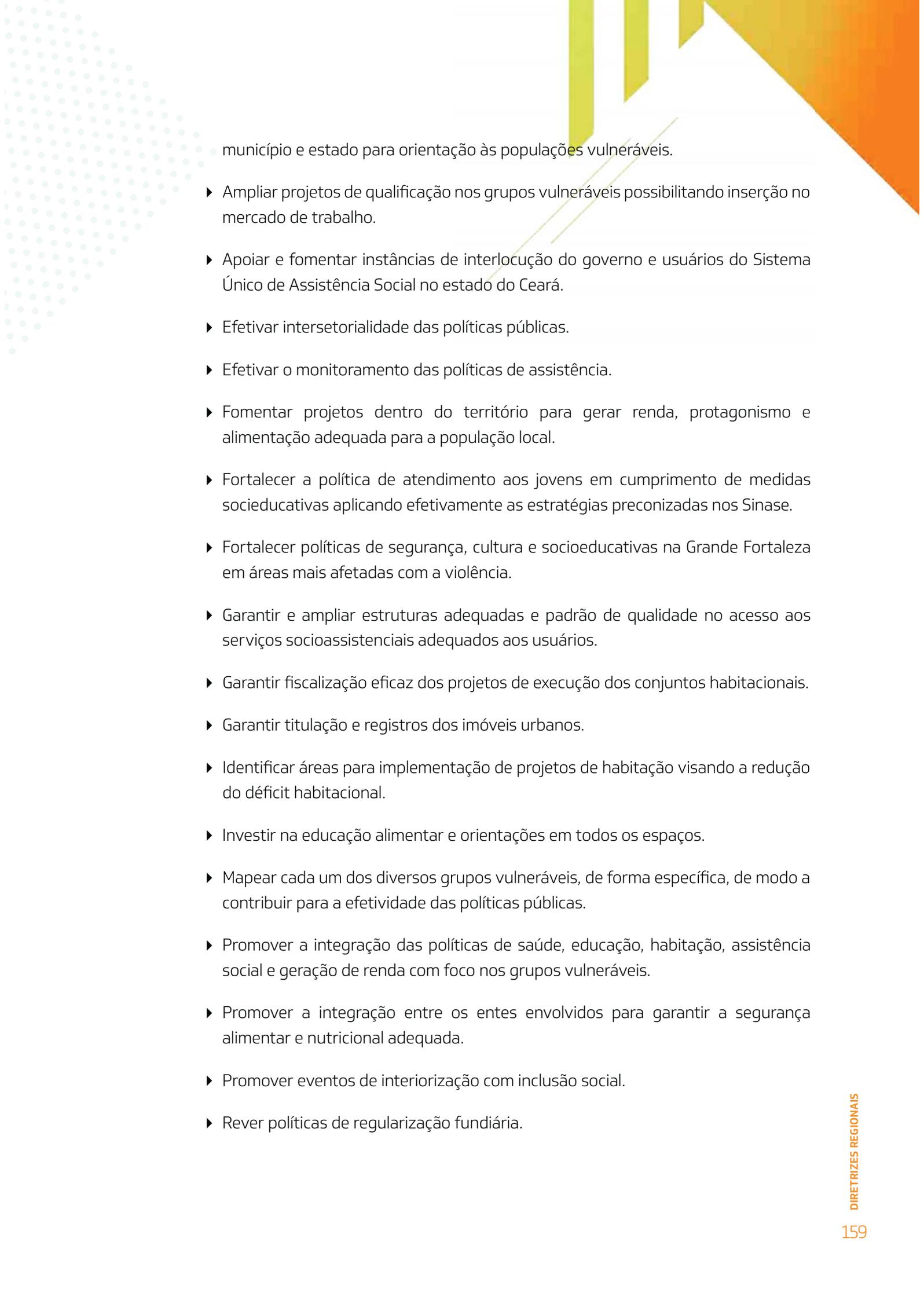
GRANDE FORTALEZA



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população da Grande Fortaleza, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a integração dos diversos entes das políticas de recuperação da população com envolvimento com as drogas.
- ▶ Ampliar projetos de divulgação sobre alimentação saudável nas estruturas do

- 
- ▶ município e estado para orientação às populações vulneráveis.
 - ▶ Ampliar projetos de qualificação nos grupos vulneráveis possibilitando inserção no mercado de trabalho.
 - ▶ Apoiar e fomentar instâncias de interlocução do governo e usuários do Sistema Único de Assistência Social no estado do Ceará.
 - ▶ Efetivar intersectorialidade das políticas públicas.
 - ▶ Efetivar o monitoramento das políticas de assistência.
 - ▶ Fomentar projetos dentro do território para gerar renda, protagonismo e alimentação adequada para a população local.
 - ▶ Fortalecer a política de atendimento aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas aplicando efetivamente as estratégias preconizadas nos Sinase.
 - ▶ Fortalecer políticas de segurança, cultura e socioeducativas na Grande Fortaleza em áreas mais afetadas com a violência.
 - ▶ Garantir e ampliar estruturas adequadas e padrão de qualidade no acesso aos serviços socioassistenciais adequados aos usuários.
 - ▶ Garantir fiscalização eficaz dos projetos de execução dos conjuntos habitacionais.
 - ▶ Garantir titulação e registros dos imóveis urbanos.
 - ▶ Identificar áreas para implementação de projetos de habitação visando a redução do déficit habitacional.
 - ▶ Investir na educação alimentar e orientações em todos os espaços.
 - ▶ Mapear cada um dos diversos grupos vulneráveis, de forma específica, de modo a contribuir para a efetividade das políticas públicas.
 - ▶ Promover a integração das políticas de saúde, educação, habitação, assistência social e geração de renda com foco nos grupos vulneráveis.
 - ▶ Promover a integração entre os entes envolvidos para garantir a segurança alimentar e nutricional adequada.
 - ▶ Promover eventos de interiorização com inclusão social.
 - ▶ Rever políticas de regularização fundiária.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações da Grande Fortaleza e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar o incentivo para o desenvolvimento da economia solidária (finanças solidárias, consumo, comércio e assessoria técnica).
- ▶ Ampliar o investimento em inovação tecnológica incluindo tecnologias sociais com foco em incremento da produtividade do trabalho na sustentabilidade dos empreendimentos com base nos princípios da economia solidária e ecológica.
- ▶ Ampliar o sistema de transporte urbano metroferroviário.
- ▶ Desenvolver a infraestrutura viária e de transporte para escoamento da produção e deslocamento de pessoas da localidade para sede do município.
- ▶ Desenvolver distritos turísticos sustentáveis com foco em atrativos da periferia.
- ▶ Efetivar a assistência técnica aos pescadores e aquicultores
- ▶ Fomentar econômica e tecnicamente a criação de uma rede de bancos comunitários digitais.
- ▶ Fomentar economicamente o cooperativismo solidário.
- ▶ Fortalecer o vínculo entre cidadão e empresa privada.
- ▶ Garantir a sucessão rural (plano estadual de juventude e sucessão rural).
- ▶ Identificar e potencializar experiências de inovação tecnológicas em economia solidária.
- ▶ Implantar a utilização de novas tecnologias e métodos de cultivos para os agricultores.
- ▶ Promover a aproximação da indústria com as universidades, de modo a desenvolver soluções e inovações para ampliar a produção.
- ▶ Promover a implementação dos planos diretores participativos municipais.
- ▶ Qualificar a integração do sistema de bilhetagem metropolitana ampliando a área e o tempo de atuação.
- ▶ Valorizar a atividade de pesca artesanal e agricultores familiares.

• **Resultado regional:** População da Grande Fortaleza com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de vaga nas escolas de Educação Profissional.
- ▶ Ampliar a produção de pesquisa, a qualificação de professores e a estruturação física e tecnológica nos campi da Universidade Estadual do Ceará.
- ▶ Ampliar a sensibilização da sociedade sobre a importância da educação como contribuição para o desenvolvimento do Ceará.
- ▶ Apoiar as classes mais vulneráveis, favorecendo a realização de eventos culturais.
- ▶ Atualizar a grade curricular, incluindo a disciplina de empreendedorismo na educação básica, profissional e superior.
- ▶ Buscar parcerias público-privada.
- ▶ Criar e implementar uma política de continuidade das ações com melhores resultados.
- ▶ Criar uma política de editais para a política cearense Cultura Viva, contemplando a seleção de pontos, pontões, bolsas, prêmios, teias, fóruns e eventos itinerantes nos municípios.
- ▶ Desenvolver a economia vocacional dos municípios do Estado.
- ▶ Desenvolver políticas públicas na área do livro e leitura.
- ▶ Desenvolver uma política intersetorial que integre educação, ciência, tecnologia, cultura e comunicação numa perspectiva afirmativa dos direitos humanos.
- ▶ Difundir a ciência, tecnologia e inovação produzidas nas instituições cearenses.
- ▶ Difundir a cultura produzida nas instituições cearenses.
- ▶ Disseminar a linguagem da literatura no interior do estado (eventos literários como feiras, bienais, saraus etc.
- ▶ Estimular a iniciação científica e pesquisa de especialização, mestrado e doutorado.
- ▶ Estimular a participação dos jovens com apoio a projetos e instituições.
- ▶ Estimular a pesquisa local, valorizando seu potencial e respeitando suas particularidades.

- ▶ Expandir os incentivos ao desenvolvimento de pesquisa.
- ▶ Fortalecer a alfabetização na idade certa.
- ▶ Fortalecer a cultura local com incentivo aos artistas que estão iniciando.
- ▶ Fortalecer o relacionamento escola e família.
- ▶ Fortalecer políticas de segurança, cultura e socioeducativas na Grande Fortaleza em áreas mais afetadas com a violência.
- ▶ Garantir o funcionamento dos equipamentos culturais de forma ininterrupta.
- ▶ Implantar a disciplina Libras e a arte surda na grade curricular
- ▶ Implantar a formação continuada.
- ▶ Implantar bibliotecas escolares, com estrutura e equipe adequada.
- ▶ Implantar curso de Letras/Libras presencial e EAD, licenciatura e bacharelado.
- ▶ Implantar equipe de profissionais efetivos como psicólogos, psicopedagogo, assistente social na equipe permanente da escola.
- ▶ Implementar ações efetivas para reduzir o analfabetismo.
- ▶ Implementar projeto “Criança Pensante” para incentivar o pensamento crítico das crianças a partir das artes, da filosofia e da sociologia.
- ▶ Implementar projeto “Profissional que Pensa” para incentivar o pensamento crítico a partir das artes, da filosofia e da sociologia.
- ▶ Implementar uma política de talentos locais por meio de incentivos à ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo.
- ▶ Inserir na organização curricular no ensino básico a cultura e a arte para valorização da sua região.
- ▶ Investir e incentivar no desenvolvimento de novas tecnologias.
- ▶ Melhorar o acesso da população aos meios de cultura.
- ▶ Promover a integração das políticas de saúde, educação, habitação, assistência social e geração de renda com foco nos grupos vulneráveis.
- ▶ Promover a oferta de qualificação profissional voltada às demandas locais, incentivando não apenas a capacitação de mão de obra, mas também disseminando o empreendedorismo.
- ▶ Promover maior articulação entre os setores do governo com o objetivo de proporcionar maior interação e otimização de recursos.

- ▶ Promover maior integração entre sociedade e universidade.
- ▶ Promover o aperfeiçoamento do ensino, contemplando a ampla qualificação e valorização dos professores, inclusive com mais oportunidades de mestrado e doutorado.
- ▶ Realizar concursos e feiras literárias nas escolas, tendo como foco a leitura.
- ▶ Tornar a comunicação acessível, com foco nas pessoas com deficiência, com prioridade para surdos.

• **Resultado regional:** Sociedade da Grande Fortaleza pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar o acesso à segurança com formação e capacitação dos agentes e profissionais da segurança pública para a integração com a população.
- ▶ Ampliar projetos de segurança e acompanhamento junto as famílias (Unisegs) nos conjuntos habitacionais.
- ▶ Ampliar projetos de segurança em áreas vulneráveis.
- ▶ Ampliar projetos exitosos existentes na área de segurança humanizada e socioeducativa, como saraus, roots, bombeiro saúde e sociedade, jovem brigadista de valor e Proerd.
- ▶ Fortalecer e garantir celeridade dos processos judiciais.
- ▶ Fortalecer políticas de segurança, cultura e socioeducativas na Grande Fortaleza em áreas mais afetadas com a violência.
- ▶ Garantir assistência psicossocial aos agentes de segurança.
- ▶ Garantir estrutura de atendimento especializado nos casos de violação de direitos em relação à religião ou orientação sexual.
- ▶ Garantir segurança no meio rural.
- ▶ Incluir no banco de dados do sistema prisional a classificação por etnia.
- ▶ Integrar o monitoramento público e privado para ampliar a segurança.
- ▶ Qualificar os agentes de segurança para o trato humanizado com os grupos vulneráveis.

- **Resultado regional:** População da Grande Fortaleza saudável.

Estratégias:

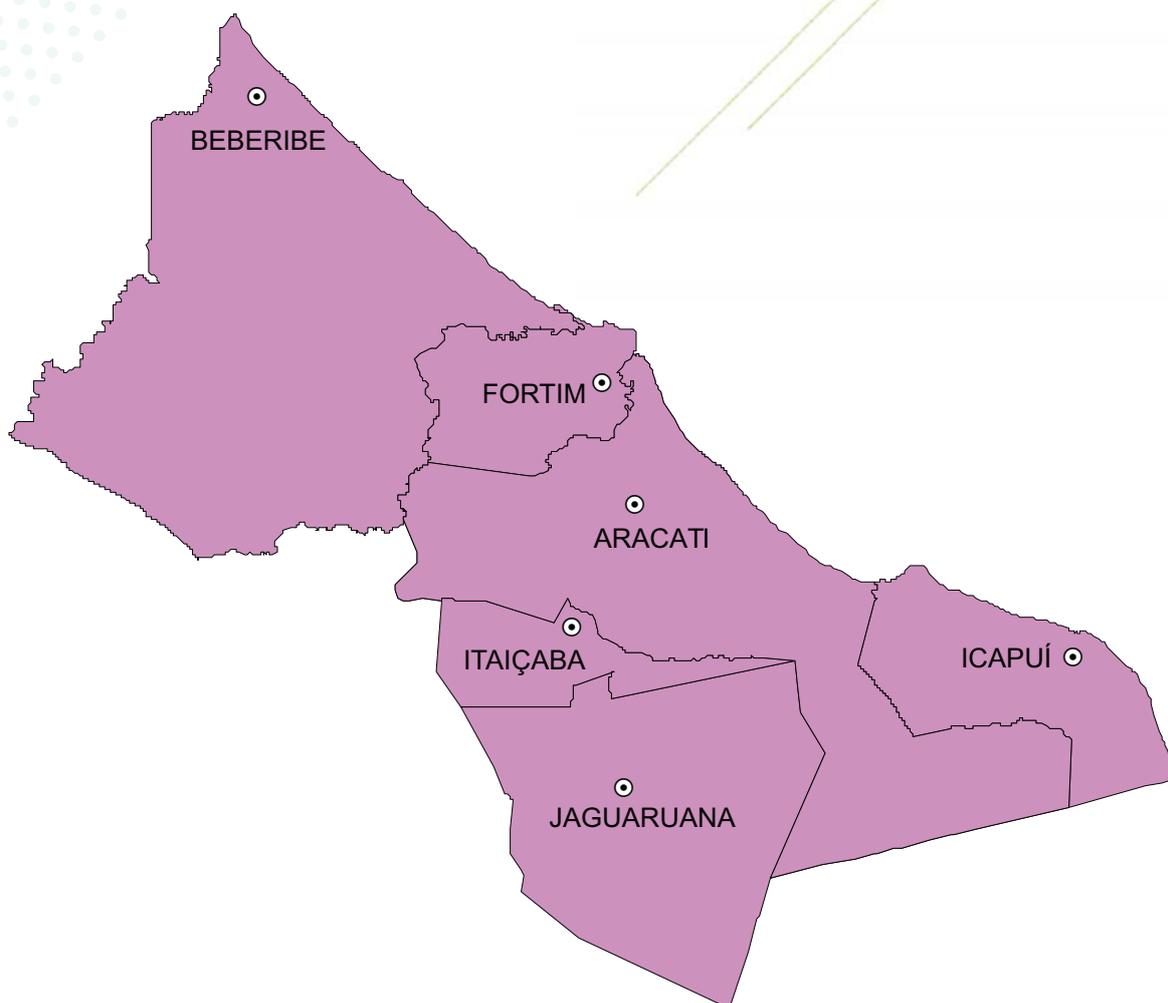
- ▶ Ampliar a capacitação dos profissionais da saúde.
- ▶ Ampliar as redes de esgoto, principalmente na periferia.
- ▶ Ampliar os programas de saúde da família e a prestação de atendimentos domiciliares.
- ▶ Ampliar políticas inclusivas de pessoas deficientes ou com condições especiais.
- ▶ Ampliar vagas para idosos e melhorar a gestão de vagas de forma exclusiva.
- ▶ Fortalecer as políticas de formação no esporte.
- ▶ Fortalecer fiscalização nas redes de drenagem pluvial.
- ▶ Melhorar a gestão dos recursos na saúde.
- ▶ Promover a integração das políticas de saúde, educação, habitação, assistência social e geração de renda com foco nos grupos vulneráveis.
- ▶ Promover o fortalecimento das políticas de reuso de água.

- **Resultado regional:** Meio ambiente na Grande Fortaleza protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar ações de coleta seletiva de resíduos sólidos.
- ▶ Ampliar as ações de educação ambiental em todas as escolas e comunidades.
- ▶ Ampliar políticas de incentivo ao uso de energias alternativas para empresas e consumidores finais (geração distribuída e legislações).
- ▶ Intensificar informação sobre recursos hídricos para o uso racional.
- ▶ Intensificar o controle e aplicação da lei em relação às transgressões e danos ambientais.
- ▶ Promover a efetividade na fiscalização ambiental para indústrias.
- ▶ Promover o fortalecimento das políticas de reuso de água.
- ▶ Viabilizar uma alternativa de abastecimento para a Grande Fortaleza.

LITORAL LESTE



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Litoral Leste, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a disponibilidade de pessoas qualificadas nos órgãos públicos para atender às demandas das pessoas com deficiência (PCDs).
- ▶ Ampliar a qualificação dos agentes públicos em Língua Brasileira de Sinais (Libras).
- ▶ Estruturar órgãos públicos visando ofertar atendimento inclusivo ao público LGBT.
- ▶ Fomentar a qualificação profissional das pessoas inseridas nos sistemas prisional e socioeducativo.
- ▶ Fomentar a valorização dos profissionais de Libras

- ▶ Fortalecer a política estadual de alimentos.
- ▶ Garantir a qualificação e profissionalização aos egressos ao sistema prisional e socioeducativo visando sua absorção no mercado de trabalho.
- ▶ Implementar política de habitação de interesse social para a população mais vulnerável.
- ▶ Promover a estruturação dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento das políticas transversais.
- ▶ Promover melhor divulgação e estímulo à produção de alimentos de qualidade e sem uso de agrotóxicos e insumos químicos industriais.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Litoral Leste e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a rota turística e diversificar a promoção de outros setores turísticos além do turismo de praias.
- ▶ Ampliar as parcerias público-privada para o desenvolvimento das cadeias produtivas da região.
- ▶ Ampliar o acesso às políticas de compras governamentais para fortalecer a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar.
- ▶ Ampliar o suporte e o apoio para o associativismo e cooperativismo.
- ▶ Apoiar a criação de indústrias de beneficiamento dos produtos da região.
- ▶ Estimular a criação de centrais de negócios.
- ▶ Estimular a criação de outros canais de comercialização para o pequeno negócio
- ▶ Estimular a integração entre as instâncias governamentais e o turismo regional.
- ▶ Estimular as oportunidades de emprego e renda que valorizem as vocações locais.
- ▶ Fortalecer a transformação digital dos pequenos negócios.
- ▶ Fortalecer e qualificar a fiscalização no uso inadequado dos recursos naturais na aquicultura.

- ▶ Garantir assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola de qualidade, quantidade e de forma continuada.
- ▶ Garantir assistência técnica e extensão rural de qualidade, quantidade e de forma continuada.
- ▶ Melhorar as vias para melhorar o escoamento da produção.
- ▶ Promover a atração de empresas da atividade econômica da pesca e aquicultura para a região.
- ▶ Promover iniciativas para desenvolver pequenos negócios com foco nas potencialidades locais.
- ▶ Promover políticas de fidelização do turista.
- ▶ Qualificar os espaços urbanos
- ▶ Valorizar e fortalecer a pesca artesanal.

• **Resultado regional:** População do Litoral Leste com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a assistência estudantil, focando na permanência e conclusão, como residência universitária e bolsas-permanência.
- ▶ Ampliar a oferta de formação continuada aos professores.
- ▶ Ampliar a oferta de vagas nas escolas de tempo integral.
- ▶ Ampliar e diversificar o número de cursos, conforme a vocação local.
- ▶ Ampliar o apoio ao desenvolvimento de pesquisas.
- ▶ Ampliar oferta de cursos superiores na região.
- ▶ Ampliar os mecanismos para absorver os técnicos formados pelas escolas profissionalizantes.
- ▶ Aumentar a integração entre as cadeias produtivas locais e as instituições de pesquisa científica e tecnológica públicas e privadas.
- ▶ Criar e fomentar espaços públicos para desenvolver ações de arte e cultura.
- ▶ Criar uma rede de integração entre os equipamentos públicos de um mesmo território.

- ▶ Desenvolver mais mecanismos de estímulo à formação de pesquisadores.
- ▶ Efetuar a padronização do transporte escolar.
- ▶ Implantar equipes multiprofissionais nas escolas.
- ▶ Incorporar a arte e cultura como disciplina no currículo em todas as séries.
- ▶ Reinsere a produção do saber científico e tecnológico em todas as etapas de formação e educação do cidadão, estimulando-o a buscar soluções para os desafios sociais e econômicos locais e regionais.

• **Resultado regional:** Sociedade do Litoral Leste pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Apoiar a implantação de bacias evapotranspiratórias.
- ▶ Apoiar os municípios na implantação dos planos municipais do saneamento.
- ▶ Desenvolver política para implantação de ambulatório em escolas usando atenção integral dos adolescentes.
- ▶ Desenvolver projetos e articular atuação dos municípios para apoiar atividade de esporte e lazer.
- ▶ Estabelecer mecanismos para controle da água distribuída à população.
- ▶ Expandir o apoio a atletas em diversas modalidades (Programa Bolsa Atleta).
- ▶ Fortalecer as políticas de ações e prevenção da saúde junto à comunidade.
- ▶ Fortalecer as políticas de práticas integrativas e complementares (fitoterapia e acupuntura).
- ▶ Incentivar ações para criação e manutenção de espaços para atividades de lazer, esporte e cultura.
- ▶ Melhorar as estruturas de atendimento psicossocial.
- ▶ Promover a melhora da regulação dos pacientes dos hospitais terciários.
- ▶ Promover ações para melhoria do acesso aos exames e serviços especializados.
- ▶ Promover políticas públicas para prevenção e atendimento de idosos.

- **Resultado regional:** População do Litoral Leste saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de serviços de prevenção e combate a incêndios, salvamentos, resgate e guarda-vidas.
- ▶ Ampliar as políticas de aproximação da segurança pública com a sociedade.
- ▶ Fomentar a qualificação profissional das pessoas inseridas nos sistemas prisional e socioeducativo.
- ▶ Fortalecer a qualificação dos agentes de segurança pública para atuação nas áreas menos favorecidas.
- ▶ Garantir a qualificação e profissionalização aos egressos ao sistema prisional e socioeducativo visando sua absorção no mercado de trabalho.
- ▶ Implementar ações de segurança nas escolas públicas com foco na prevenção de incidentes que gerem riscos a alunos e profissionais.
- ▶ Qualificar de forma continuada os agentes da segurança pública para o trato com a comunidade em geral, grupos vulneráveis e com necessidades específicas (PCD, mulheres, LGBT, idosos).
- ▶ Sensibilizar os órgãos públicos do acolhimento as pessoas com deficiência.

- **Resultado regional:** Meio ambiente no Litoral Leste protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar o serviço de coleta seletiva dos resíduos, principalmente no interior dos municípios.
- ▶ Apoiar a elaboração/revisão dos planos diretores municipais.
- ▶ Desenvolver e implantar projetos para o descarte correto de resíduos.
- ▶ Desenvolver planos locais e regionais para a utilização dos recursos hídricos.
- ▶ Desenvolver programas para diagnosticar a fauna e a flora da região.
- ▶ Estimular os municípios no desenvolvimento de projetos de esgotamento sanitário.
- ▶ Fortalecer a fiscalização da ocupação indevida da zona costeira.

- ▶ Fortalecer a fiscalização e controle da qualidade da água.
- ▶ Fortalecer o setor de fiscalização e aprimorar legislação para coibir o uso irregular dos recursos hídricos.
- ▶ Fortalecer os Conselhos Municipais do Meio Ambiente de forma deliberativo/consultivo.
- ▶ Garantir espaço para destinação adequada dos resíduos sólidos (aterro sanitário e regional).
- ▶ Implantar sistema de zoneamento econômica e ecológico.
- ▶ Incentivar a microgeração de energia solar residencial.
- ▶ Incentivar a municipalização da política de Meio Ambiente.
- ▶ Incluir as mudanças climáticas na agenda ambiental (local e regional).
- ▶ Priorizar a despoluição das margens do Rio Jaguaribe.
- ▶ Priorizar a implantação de energia solar renovável.
- ▶ Promover a mudança da matriz energética, reduzindo o uso de recursos florestais.
- ▶ Promover e incentivar Educação Ambiental nas atividades de conservação.
- ▶ Proteger áreas de margens
- ▶ Sensibilizar para a importância e uso nas energias renováveis.

LITORAL NORTE



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Litoral Norte, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a acessibilidade para pessoas com deficiência.
- ▶ Ampliar a oferta habitacional de forma equitativa aos municípios de pequeno porte em áreas urbanas / rurais.
- ▶ Ampliar o acesso a informação referente aos programas sociais para a sociedade.
- ▶ Ampliar o acesso das pessoas em situação de vulnerabilidade aos Direitos Humanos.
- ▶ Ampliar o acesso para todos os municípios aos programas de aquisição de alimentos, bem como a política de Segurança Alimentar Nutricional.
- ▶ Descentralizar programas e projetos da capital para a nossa região na faixa etária de jovens de 16 a 24 anos.
- ▶ Fiscalizar as políticas habitacionais.
- ▶ Tornar atrativa a parceria do estado com a iniciativa privada para a execução das políticas sociais.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Litoral Norte e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar e fortalecer as políticas públicas na comercialização de produtos agropecuários.
- ▶ Recuperar e melhorar a qualidade da malha viária.
- ▶ Ampliar a assistência técnica e extensão de forma continuada e com qualidade.
- ▶ Incentivar o associativismo e cooperativismo para agregar valor à produção.
- ▶ Desenvolver o turismo rural com fomento atração de investimentos das comunidades rurais.
- ▶ Facilitar o acesso ao crédito.
- ▶ Implantar programas de desenvolvimento para a pesca e aquicultura familiar.
- ▶ Estimular a integração da cadeia produtiva do turismo.
- ▶ Promover a qualificação dos agricultores familiar para melhoria na produção, beneficiamento e comercialização de seus produtos.

• **Resultado regional:** População do Litoral Norte com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Difundir tecnologias e inovações que promovam a inclusão social e produtiva da população.
- ▶ Elevar a oferta da educação de tempo integral.
- ▶ Estimular a oferta de bolsas de qualificação profissional.
- ▶ Estruturar as instituições públicas com profissionais multidisciplinares qualificados em áreas específicas como psicologia, psicopedagogia, fonoaudiologia e educação especial.
- ▶ Expandir a oferta de cursos profissionalizantes de curta duração para jovens e trabalhadores.

- ▶ Fomentar a oferta de vagas para crianças de 0 a 3 anos.
- ▶ Fomentar ampliação da oferta de vagas no ensino superior.
- ▶ Incrementar incentivos que viabilizem o contato com mercado profissional.
- ▶ Promover a valorização profissional.
- ▶ Promover ações que estimulem a integração escola família.
- ▶ Promover ampliação e modernização dos equipamentos culturais nos municípios.
- ▶ Promover qualificação dos agentes culturais.
- ▶ Proporcionar curso de mestrado na área da educação.
- ▶ Proporcionar padrão básico de funcionamento das escolas com equidade.
- ▶ Realizar parcerias com as empresas para receber os alunos.
- ▶ Resgatar e valorizar a cultura local erudita e popular.

• **Resultado regional:** Sociedade do Litoral Norte pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar o acesso à justiça gratuita.
- ▶ Ampliar o atendimento especializado para mulheres em situação de violência.
- ▶ Garantir a formação continuada dos agentes de Segurança Pública.
- ▶ Promover interação entre polícia e sociedade civil.

• **Resultado regional:** População do Litoral Norte saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de modalidades esportivas de forma continuada que contemplem pessoas com deficiência e idosos.
- ▶ Ampliar a promoção da assistência farmacêutica.
- ▶ Ampliar as ações de prevenção e promoção a saúde de adoção de práticas saudáveis e cultura da paz.

- ▶ Ampliar o acesso à atenção secundária e implantar a terciária relativa à saúde bucal.
- ▶ Ampliar o acesso ao serviço móvel de urgência e emergência na região.
- ▶ Ampliar o acesso de água encanada às populações rurais.
- ▶ Ampliar o apoio às ações esportivas.
- ▶ Ampliar o serviço de abastecimento de água.
- ▶ Efetivar as redes de atenção a saúde.
- ▶ Garantir a implementação da rede de saúde mental.
- ▶ Garantir o atendimento da programação pactuada.
- ▶ Implementar a rede materno-infantil.
- ▶ Melhorar a política de conscientização do consumo de água.

• **Resultado regional:** Meio ambiente no Litoral Norte protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a divulgação do uso de energia limpas.
- ▶ Ampliar o combate às práticas ilegais da população contra o meio ambiente.
- ▶ Difundir as práticas de energias limpa renovável de qualidade.
- ▶ Efetivar a política de monitoramento dos corpos hídricos.
- ▶ Fortalecer a política de fiscalização do meio ambiente.
- ▶ Implementar política de destinação adequada de resíduos sólidos (aterro sanitário).
- ▶ Interligar bacias para ampliar a oferta hídrica para comunidades rurais.
- ▶ Melhorar as estruturas de captação e transporte de água.

LITORAL OESTE / VALE DO CURU



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Litoral Oeste / Vale do Curu, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a rede de acolhimento para pessoas em situação de vulnerabilidade.
- ▶ Ampliar e desburocratizar o acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade às políticas públicas.
- ▶ Ampliar o acesso a alimentação adequada para população carente.
- ▶ Ampliar o acesso à moradias dignas para pessoas em áreas de riscos.
- ▶ Disseminar o conhecimento sobre a política de Assistência Social.
- ▶ Promover atendimento especializado à mulher em situação de violência.
- ▶ Regularizar a situação fundiária dos imóveis rurais e dos territórios quilombolas e indígenas.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Litoral Oeste / Vale do Curu e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a qualificação dos atores de produção e empreendedorismo da agricultura familiar.
- ▶ Ampliar o acesso a programas voltados à juventude no campo.
- ▶ Ampliar o atendimento aos produtores com sementes e mudas.
- ▶ Ampliar políticas de capacitação de jovens e adultos na agropecuária.
- ▶ Ampliar qualificação para formação profissional e atuação de investimento para o empreendedorismo.
- ▶ Apoiar e divulgar projetos para promoção de tecnologias adequado e agroecológicos.
- ▶ Desenvolver projetos de qualificação e de divulgação dos destinos turísticos.
- ▶ Dotar região de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola de forma sistêmica, continuada e qualificada.
- ▶ Dotar região de assistência técnica e extensão rural de forma sistêmica, continuada e qualificada, a partir de princípios da agroecologia.
- ▶ Estabelecer políticas públicas que contemple a cadeia produtiva da agropecuária, agregando todos os atores.
- ▶ Estimular políticas de pesca e aquicultura artesanal para desenvolvimento do setor.
- ▶ Fomentar a atração de indústria para geração de emprego e renda.
- ▶ Fomentar políticas de extrativismo e beneficiamento de produtos típicos da vegetação local, como a carnaúba.
- ▶ Implementar programa Escola Família Agrícola na região.
- ▶ Proporcionar aos produtores e representações o acesso as políticas de compras governamentais.
- ▶ Recuperar vias de acesso rurais e turísticos da região.

• **Resultado regional:** População do Litoral Oeste / Vale do Curu com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de capacitação para professores que atuam na educação especial.
- ▶ Ampliar a oferta de práticas de ensino diferenciadas, com foco na cultura dos povos e comunidades tradicionais, especialmente quilombola.
- ▶ Ampliar a participação dos pontos de cultura durante o processo de elaboração dos editais, de acordo com as realidades locais.
- ▶ Ampliar e diversificar a oferta de educação profissional com foco nas potencialidades de desenvolvimento local/regional.
- ▶ Ampliar o acesso a tecnologia sustentável em prol das comunidades locais, como energia solar e construções sustentáveis.
- ▶ Ampliar o programa de inclusão ao ensino profissionalizante gratuito.
- ▶ Ampliar parcerias com instituições do terceiro setor visando ofertar cursos profissionalizantes nas escolas públicas.
- ▶ Ampliar políticas de capacitação de jovens e adultos voltadas à absorção no mercado de trabalho local.
- ▶ Ampliar vagas para cursos voltados para ciências agrárias e tecnologia.
- ▶ Fomentar a dinamização de ações e fortalecer os trabalhos dos pontos de cultura.
- ▶ Fortalecer a articulação entre instâncias estaduais e municipais para apoio a ações culturais.
- ▶ Fortalecer e fomentar a pesquisa no ensino superior com foco produção de soluções para o desenvolvimento local/regional (incubadoras).
- ▶ Fortalecer parcerias com gestores municipais para ampliar equipamentos direcionados para eventos culturais e lazer.
- ▶ Fortalecer parcerias entre o estado e entidades que atuam na educação profissional.
- ▶ Fortalecer políticas públicas para melhoria da educação básica.
- ▶ Implementar políticas públicas para valorizar os saberes dos povos tradicionais.
- ▶ Promover a ampliação da oferta de espaços culturais e potencializar o investimento.

• **Resultado regional:** Sociedade do Litoral Oeste / Vale do Curu pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a efetividade da segurança pública visando diminuir a criminalidade.
- ▶ Ampliar a ofertas de vagas para internos no sistema penitenciário.
- ▶ Incentivar a iniciativa privada para absorção de egressos do sistema penitenciário.
- ▶ Melhorar as condições de trabalho e atendimento para os agentes da segurança pública.
- ▶ Melhorar o atendimento e o acolhimento da população negra pelos agentes públicos de segurança.
- ▶ Promover ações eficazes para dar celeridade aos processos judiciais.

• **Resultado regional:** População do Litoral Oeste / Vale do Curu saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta da rede geral de água.
- ▶ Ampliar a oferta de serviços especializados na média e alta complexidade, garantindo atendimento adequado à população.
- ▶ Ampliar acesso a equipamentos esportivos em ambientes públicos.
- ▶ Ampliar o sistema de saneamento básico principalmente na zona rural.
- ▶ Criar uma política de reuso da água.
- ▶ Implementar ações estratégicas para diminuir o desperdício de água.
- ▶ Melhorar a gestão das políticas públicas de Esporte e Lazer.
- ▶ Modernizar o serviço de atendimento, com uso de tecnologia da informação.

• **Resultado regional:** Meio ambiente no Litoral Oeste / Vale do Curu protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a fiscalização de qualquer obra hídrica do estado.
- ▶ Ampliar a oferta de água potável para as comunidades urbanas e rurais.
- ▶ Ampliar e dar autonomia aos comitês e às agências de bacias hidrográficas.
- ▶ Conscientizar a população sobre a importâncias dos recursos hídricos.
- ▶ Criar uma política de reuso da água.
- ▶ Implantar projeto de incentivo ao uso de energias através da educação na rede escolar.
- ▶ Incentivar e baratear o uso de energias renováveis.
- ▶ Intensificar a fiscalização do uso de agrotóxicos.
- ▶ Promover a melhoria da gestão ambiental nos municípios e a integração em nível regional e estadual.

MACIÇO DE BATURITÉ



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Maciço de Baturité, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar e garantir a execução da política de aquisição de alimentos (PAA e PNAE).
- ▶ Ampliar e interiorizar as políticas voltadas para a juventude.
- ▶ Efetivar a regionalização dos serviços de média e alta complexidade.
- ▶ Efetivar e ampliar o cofinanciamento dos Estado de acordo com as normas do SUAS.
- ▶ Efetivar o monitoramento, acompanhamento e avaliação do projeto Família Acolhedora.
- ▶ Efetivar políticas de habitação de interesse social pelo Estado.

- ▶ Garantir a regularização fundiária na região.
- ▶ Promover adequação dos prédios públicos em atenção ao público com mobilidade reduzida.
- ▶ Promover ampla divulgação dos serviços socioassistenciais para os usuários.
- ▶ Promover suporte na efetivação da política de segurança alimentar e nutricional.
- ▶ Regularizar as políticas de aquisição dos produtos da agricultura familiar.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Maciço de Baturité e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a estrutura de iluminação na zona rural.
- ▶ Ampliar crédito e capacitação para o segmento pesqueiro e aquícola.
- ▶ Ampliar o apoio ao desenvolvimento da economia solidária.
- ▶ Apoiar a atração de investimentos para indústrias na região.
- ▶ Apoiar e incentivar o cooperativismo e o associativismo objetivando ampliar produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar.
- ▶ Criar estruturas para comercialização dos produtos da agricultura familiar por um preço justo.
- ▶ Estimular a adoção de tecnologias de base agroecológica, adaptadas aos agricultores familiares.
- ▶ Estruturar as vias de acesso para melhor escoamento da produção.
- ▶ Facilitar o acesso ao crédito aos profissionais das ciências agrárias e aos produtores de médio e grande porte.
- ▶ Fomentar e ampliar a educação no campo na modalidade escola família agrícola.
- ▶ Fortalecer as políticas de preço mínimo dos produtos da agricultura familiar e articular junto ao governo federal a melhoria dessas políticas.
- ▶ Fortalecer o uso de tecnologias de beneficiamento dos produtos da agricultura familiar para agregar valores na comercialização dos mesmos respeitando as necessidades locais.

- ▶ Fortalecer, ampliar e concluir os programas de regularização fundiária e cadastro ambiental rural.
- ▶ Implementar assistência técnica e extensão rural de qualidade, quantidade e continuada.
- ▶ Implementar sistema de transporte do meio rural para a sede (produção e pessoas).
- ▶ Promover a capacitação dos jovens em empreendedorismo.
- ▶ Promover a sinalização das rotas turísticas da região.
- ▶ Promover articulação com as demais políticas estaduais, garantindo a geração de emprego e renda que possibilitará o afastamento dos jovens da criminalidade.
- ▶ Promover o turismo rural.
- ▶ Promover políticas de ordenamento dos centros econômicos dos municípios da região com espaços públicos de convivência, mobilidade e atratividade urbana.
- ▶ Viabilizar o turismo solidário na agricultura familiar.

• **Resultado regional:** População do Maciço de Baturité com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de vagas de cursos superiores em instituições públicas na região.
- ▶ Ampliar a realização de eventos culturais na região.
- ▶ Ampliar o apoio à implementação de projetos de extensão universitária que atendam às demandas da comunidade.
- ▶ Ampliar oferta de vagas de educação profissional em tempo integral.
- ▶ Apoiar a implementação de curso de medicina da Unilab.
- ▶ Atualizar os equipamentos tecnológicos da região.
- ▶ Criar programa de cursos profissionalizantes voltados às necessidades regionais.
- ▶ Disponibilizar acesso à internet para a população de forma gratuita.
- ▶ Garantir a educação inclusiva.

- ▶ Incentivar a adoção de gestão democrática em escolas municipais.
- ▶ Incentivar a comunidade local a participar de atividades culturais da Unilab e de outros espaços.
- ▶ Melhorar a fiscalização da merenda escolar.
- ▶ Melhorar infraestrutura das escolas públicas.
- ▶ Promover a integração entre a comunidade e a universidade.
- ▶ Promover a qualificação da mão de obra em geral.
- ▶ Proporcionar atividades culturais para dar oportunidades aos artistas locais.
- ▶ Proporcionar atividades de caráter científico nas escolas.
- ▶ Proporcionar formação continuada para os professores.

• **Resultado regional:** Sociedade do Maciço de Baturité pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar o uso de tecnologia na prestação dos serviços da Defensoria Pública.
- ▶ Desenvolver ações articuladas de políticas de segurança pública, entre as setoriais do Estado, visando o combate ao tráfico de drogas.
- ▶ Garantir a celeridade e a resolução dos processos judiciais.
- ▶ Garantir a efetividade de projetos de ressocialização de presos e egressos.
- ▶ Garantir e ampliar a polícia cidadã, nas áreas urbanas e rurais.
- ▶ Garantir estruturação e qualificação na prestação dos serviços de segurança, visando o atendimento às pessoas vulneráveis e vítimas de violência.
- ▶ Garantir infraestrutura e qualificação na área de segurança pública e justiça, visando o exercício do trabalho na região.
- ▶ Garantir o encaminhamento das famílias às políticas públicas voltadas à superação da violência
- ▶ Modernizar o Sistema Penitenciário para o cumprimento de pena humanizada.

- **Resultado regional:** População do Maciço de Baturité saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de espaços de esporte e lazer, as diversas modalidades esportivas.
- ▶ Ampliar o acesso à justiça gratuita na região.
- ▶ Ampliar o serviço de atenção multidisciplinar na Justiça pelo Estado.
- ▶ Ampliar o uso de tecnologia na prestação dos serviços da Defensoria Pública.
- ▶ Ampliar segurança nos ambientes de ensino.
- ▶ Ampliar videomonitoramento para toda região.
- ▶ Desenvolver políticas para conscientização quanto ao uso adequado do saneamento básico.
- ▶ Fortalecer a atenção primária em saúde, tornado-a efetiva ordenadora do cuidado individual e coletivo
- ▶ Fortalecer articulação entre as três esferas de governo.
- ▶ Fortalecer as redes de atenção a saúde (materno-infantil).
- ▶ Fortalecer e implementar ações de vigilância em saúde.
- ▶ Fortalecer os consórcios públicos da saúde, ampliando a oferta de especialidades.

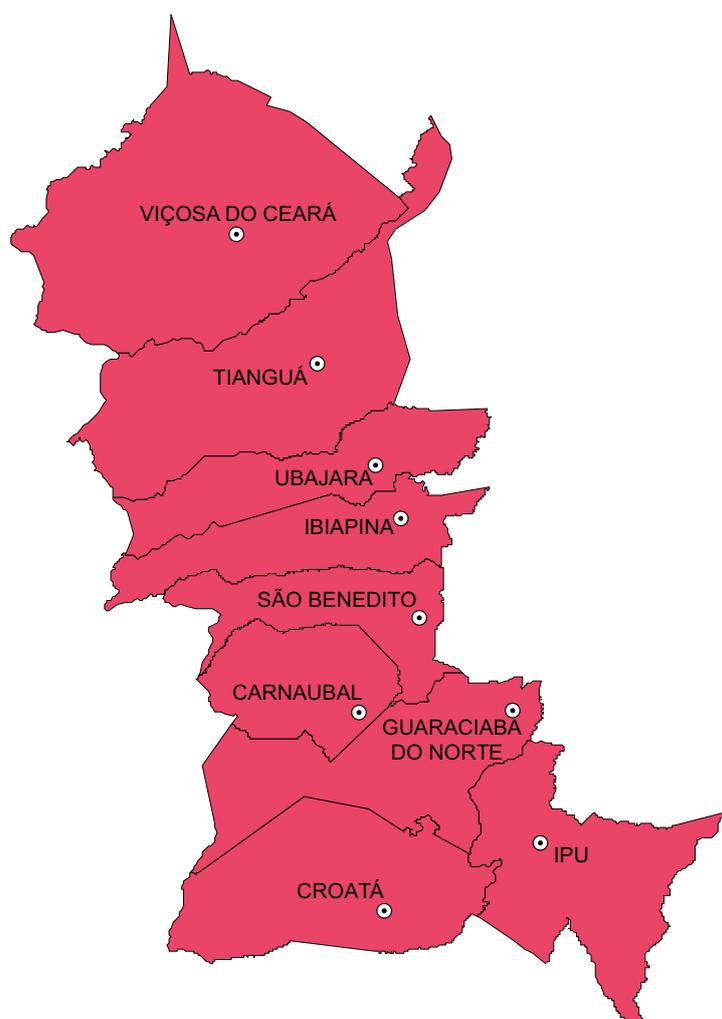
- **Resultado regional:** Meio ambiente no Maciço de Baturité protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a fiscalização e controle do tratamento da água.
- ▶ Desenvolver ações para monitorar os recursos hídricos com envolvimento das escolas e entidades civis.
- ▶ Desenvolver campanhas de conscientização ambiental.
- ▶ Desenvolver políticas efetivas para produção de energia sustentável.
- ▶ Fortalecer a educação ambiental.
- ▶ Fortalecer a fiscalização ambiental.

- ▶ Fortalecer o controle e combate a incêndios.
- ▶ Fortalecer, ampliar e concluir os programas de regularização fundiária e cadastro ambiental rural.
- ▶ Implementar a efetiva coleta e destinação adequada do lixo.
- ▶ Implementar de forma efetiva iniciativas de recursos hídricos.
- ▶ Implementar o reflorestamento das matas ciliares.
- ▶ Incentivar municipalização da política de meio ambiente.
- ▶ Integrar ações dos órgãos de fiscalização ambiental.

SERRA DA IBIAPABA



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população da Serra da Ibiapaba, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a rede de atendimento à pessoa em situação de vulnerabilidade.
- ▶ Ampliar as formas de captação hídrica.
- ▶ Ampliar e melhorar o acolhimento a pessoas em situação de violência doméstica.
- ▶ Ampliar o acesso à moradia estruturada à população carente.
- ▶ Ampliar o atendimento nutricional.
- ▶ Aumentar a acessibilidade às políticas públicas assistenciais.
- ▶ Fortalecer os conselhos de direitos.
- ▶ Garantir a regularização fundiária.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações da Serra da Ibiapaba e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a capacidade de hospedagem com incentivo a hospedagem familiar.
- ▶ Ampliar a capacitação dos produtores na adoção de tecnologias alternativas de produção agroecológicas.
- ▶ Ampliar a qualificação dos profissionais atuantes no turismo.
- ▶ Desburocratizar processos de acesso ao crédito.
- ▶ Estimular a elaboração, atualização e fiscalização dos planos diretores participativos.
- ▶ Estimular a expansão da agroindústria familiar.
- ▶ Estimular a implementação de sistemas de criação de peixes voltados para jovens e mulheres.
- ▶ Estimular a mobilização dos gestores e instituições para promoção e incentivo do turismo regional (rural e urbano).
- ▶ Estimular a pesquisa para agropecuária na Ibiapaba.
- ▶ Fomentar desenvolvimento regional para atração de investimentos.

- ▶ Fortalecer e ampliar as ações de preservações e resgate de sementes crioulas.
- ▶ Fortalecer e ampliar as escolas família agrícola, garantindo a permanência de jovens no campo.
- ▶ Garantir assistência técnica e extensão rural de forma sistemática e continuada.
- ▶ Implementar rota turística da Serra da Ibiapaba.
- ▶ Incentivar a acessibilidade aos atrativos turísticos com ampliação dos meios de transportes.
- ▶ Incentivar a atração de rotas aéreas para a região.
- ▶ Incentivar o associativismo e o cooperativismo para agregar valor á produção e garantir acesso a programas governamentais.
- ▶ Incentivar o turismo consciente para preservação e reflorestamento das nascentes e matas ciliares.
- ▶ Melhorar a infraestrutura para agricultura familiar e o agronegócio.
- ▶ Melhorar estradas para escoamento da produção e para acesso a áreas turísticas.
- ▶ Melhorar sinalização turística.
- ▶ Melhorar sistemas de comercialização da região.
- ▶ Promover integração entre os gestores municipais da região.
- ▶ Reestruturar o Colegiado Territorial com garantia de implementação dos projetos definidos.

• **Resultado regional:** População da Serra da Ibiapaba com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de cursos e vagas da educação superior.
- ▶ Ampliar oferta de curso de extensão.
- ▶ Ampliar parcerias entre instituições públicas e privadas.
- ▶ Apoiar educação oferecida nas Escolas Família Agrícola.
- ▶ Apoiar os municípios na realização de eventos para o fortalecimento da cultura regional.

- ▶ Garantir a educação contextualizada.
- ▶ Garantir a gestão escolar democrática.
- ▶ Garantir o acesso dos alunos em outros territórios.
- ▶ Ofertar cursos voltados para vocações locais.
- ▶ Realizar formação continuada de todos os profissionais de educação.
- ▶ Valorizar as manifestações culturais locais e resgatar as culturas regionais.
- ▶ Viabilizar tecnologias sociais de convivência com semiárido.

• **Resultado regional:** Sociedade da Serra da Ibiapaba pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a atuação dos órgãos de Segurança Pública na região.
- ▶ Ampliar a interação entre sociedade civil e instituições de Segurança Pública.
- ▶ Ampliar e melhorar o acesso da população à assistência jurídica gratuita.

• **Resultado regional:** População da Serra da Ibiapaba saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar rede de coleta e tratamento de esgoto.
- ▶ Apoiar a implementação de planos municipais de saneamento básico.
- ▶ Criar áreas nos espaços urbanos para prática esportiva e de lazer.
- ▶ Criar sistema de captação e reuso de águas pluviais, cinzas e negras.
- ▶ Fortalecer as políticas desportivas.
- ▶ Implantar serviço de assistência e controle a animais de ruas.
- ▶ Reestruturar serviços de assistência a saúde a pacientes oncológicos da região.

• **Resultado regional:** Meio ambiente na Serra da Ibiapaba protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar as ações de conservação ambiental.
- ▶ Ampliar e garantir a oferta de água de qualidade na região.
- ▶ Dar continuidade a política de convivência com o semiárido.
- ▶ Implementar política de fiscalização ambiental da região.
- ▶ Melhorar a gestão de recursos hídricos.
- ▶ Possibilitar o acesso a energia renovável a população de baixa renda.
- ▶ Possibilitar o acesso a energia renovável para agricultura orgânica e agroecologia.
- ▶ Promover a coleta e a destinação adequada de resíduos sólidos.

SERTÃO CENTRAL



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Sertão Central, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar e fortalecer as redes de atenção e assistência de média e alta complexidade para pessoas com deficiência.
- ▶ Ampliar e garantir o apoio à prestação dos serviços socioassistenciais.
- ▶ Desburocratizar e ampliar as políticas de acesso a terra e moradia.
- ▶ Descentralizar e ampliar os equipamentos e serviços da rede de assistência social para zona rural.
- ▶ Desenvolver ações visando baratear os serviços cartoriais na regularização da terra.
- ▶ Fortalecer a integração das políticas públicas da rede socioassistencial, segurança, saúde, educação e outros.
- ▶ Garantir acesso a projetos como o centro comunitário produtivo.
- ▶ Garantir o cumprimento da lei que estabelece a compra de alimentos da agricultura familiar de base agroecológica.
- ▶ Garantir políticas de combate à discriminação e fortalecimento da inclusão.
- ▶ Integrar as políticas de Educação e Segurança Alimentar e Nutricional para garantir alimentação saudável nas escolas.
- ▶ Retomar políticas públicas para produção e comercialização e distribuição de alimentos (PAA E PENAE).

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Sertão Central e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a fiscalização e a melhoria da gestão de projetos governamentais, com prioridade para o Projeto São José.
- ▶ Ampliar o apoio e a segurança para abertura e permanência de agências bancárias nos municípios da região.
- ▶ Ampliar políticas públicas de apoio e desenvolvimento nos assentamentos estaduais, monitorando e fiscalizando sua implementação.

- ▶ Apoiar a carcinicultura da região.
- ▶ Apoiar a criação e estruturação de polos turísticos de acordo com as potencialidades de cada município da região.
- ▶ Apoiar a implantação de entrepostos na região.
- ▶ Apoiar e capacitar os produtores rurais para o cooperativismo e associativismo fortalecendo a cadeia produtiva.
- ▶ Apoiar o cooperativismo e associativismo para fortalecer a comercialização e a aquisição de insumos para a produção.
- ▶ Apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias para a cadeia aquícola.
- ▶ Assegurar a assistência técnica e extensão rural de forma continuada, eficiente e em quantidade suficiente, contemplando o fortalecimento das instituições prestadoras desse serviço.
- ▶ Criar programa de incentivo e qualificação do aquicultor e pescador.
- ▶ Criar um observatório socioeconômico do Sertão Central, contemplando o desenvolvimento de estudos e pesquisa focados na região.
- ▶ Descentralizar os incentivos a pequenas e médias empresas, atendendo com isso aos pequenos municípios da região.
- ▶ Desenvolver estratégias para o fortalecimento do comércio local.
- ▶ Desenvolver parcerias com os governos municipais para ampliar a oferta de emprego e renda.
- ▶ Desenvolver políticas públicas para fixação do jovem no campo.
- ▶ Desenvolver políticas públicas voltadas para o beneficiamento dos produtos da agricultura familiar agregando valores aos mesmos.
- ▶ Estimular a descentralização de eventos turísticos da capital para o interior.
- ▶ Estimular adoção de tecnologias alternativas para a agricultura familiar em substituição aos agrotóxicos.
- ▶ Estruturar as vias de acesso (pavimentação asfáltica) do meio rural para as sedes, facilitando o escoamento da produção.
- ▶ Explorar de maneira eficiente o potencial turístico da região.
- ▶ Fiscalizar e monitorar a comercialização dos produtos da agricultura familiar pelos

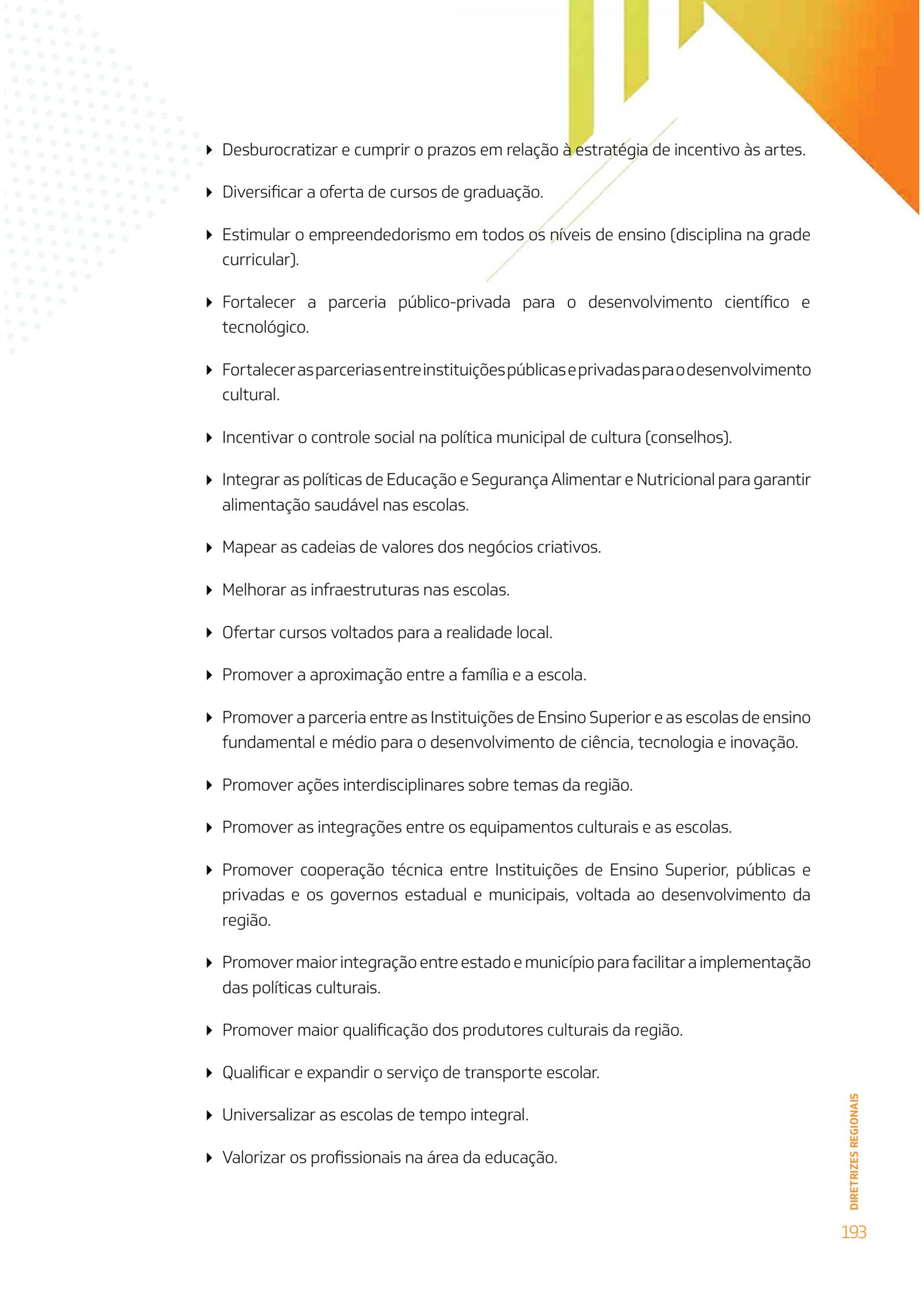
programas governamentais.

- ▶ Fortalecer políticas públicas voltadas para a permanência no campo, sobretudo de jovens e mulheres.
- ▶ Garantir políticas públicas de preço mínimo para o produtor da agricultura familiar.
- ▶ Implementar políticas públicas de incentivos e criação de pequenos negócios.
- ▶ Incentivar a comercialização e a compra dos produtos da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura.
- ▶ Incentivar e apoiar a criação de indústrias de laticínios que beneficiem os pequenos produtores da região.
- ▶ Modernizar e adequar as tecnologias agropecuárias, visando maior retorno financeiro na agricultura familiar.
- ▶ Promover e desenvolver programas de extensão para gestores e técnicos com ênfase no empreendedorismo.
- ▶ Promover o mapeamento das potencialidades turísticas da região.
- ▶ Subsidiar e facilitar o acesso ao crédito para o desenvolvimento da cadeia aquícola.

• **Resultado regional:** População do Sertão Central com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação.
- ▶ Ampliar a oferta de cursos na modalidade a distância de graduação e pós-graduação.
- ▶ Ampliar a oferta de vagas nas escolas para atender às crianças de até cinco anos.
- ▶ Ampliar a segurança nas escolas.
- ▶ Ampliar as parcerias entre as instituições de ensino e o mercado de trabalho.
- ▶ Ampliar incentivo à pesquisa científica voltada para as questões da região.
- ▶ Atualizar o mapeamento das necessidades do mercado de trabalho.
- ▶ Capacitar os profissionais de todas as áreas para a formação holística e cidadã alinhada ao conhecimento técnico.

- 
- ▶ Desburocratizar e cumprir o prazos em relação à estratégia de incentivo às artes.
 - ▶ Diversificar a oferta de cursos de graduação.
 - ▶ Estimular o empreendedorismo em todos os níveis de ensino (disciplina na grade curricular).
 - ▶ Fortalecer a parceria público-privada para o desenvolvimento científico e tecnológico.
 - ▶ Fortalecer as parcerias entre instituições públicas e privadas para o desenvolvimento cultural.
 - ▶ Incentivar o controle social na política municipal de cultura (conselhos).
 - ▶ Integrar as políticas de Educação e Segurança Alimentar e Nutricional para garantir alimentação saudável nas escolas.
 - ▶ Mapear as cadeias de valores dos negócios criativos.
 - ▶ Melhorar as infraestruturas nas escolas.
 - ▶ Ofertar cursos voltados para a realidade local.
 - ▶ Promover a aproximação entre a família e a escola.
 - ▶ Promover a parceria entre as Instituições de Ensino Superior e as escolas de ensino fundamental e médio para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação.
 - ▶ Promover ações interdisciplinares sobre temas da região.
 - ▶ Promover as integrações entre os equipamentos culturais e as escolas.
 - ▶ Promover cooperação técnica entre Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas e os governos estadual e municipais, voltada ao desenvolvimento da região.
 - ▶ Promover maior integração entre estado e município para facilitar a implementação das políticas culturais.
 - ▶ Promover maior qualificação dos produtores culturais da região.
 - ▶ Qualificar e expandir o serviço de transporte escolar.
 - ▶ Universalizar as escolas de tempo integral.
 - ▶ Valorizar os profissionais na área da educação.

• **Resultado regional:** Sociedade do Sertão Central pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a capacidade de atendimento na rede de proteção a mulher em toda a região diuturnamente.
- ▶ Ampliar a capacidade de suporte do sistema prisional.
- ▶ Ampliar a oferta de serviços de segurança pública nos distritos.
- ▶ Ampliar o atendimento especializado para criança e adolescente, com especial atenção para a área rural
- ▶ Garantir a celeridade nos processos judiciais.
- ▶ Garantir eficácia de políticas públicas na área da segurança, em especial para atendimento aos grupos vulneráveis.

• **Resultado regional:** População do Sertão Central saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a cobertura de saneamento básico para todos os municípios da região.
- ▶ Ampliar a oferta de exames especializados.
- ▶ Ampliar as políticas públicas de reuso de água na região.
- ▶ Ampliar o apoio à prática esportiva segura (infraestrutura e pessoal).
- ▶ Apoiar a gestão municipal dos serviços de saneamento básico.
- ▶ Apoiar os municípios no planejamento dos serviços de drenagem.
- ▶ Descentralizar serviços de média e alta complexidade.
- ▶ Fomentar prática de esporte e lazer com acompanhamento profissional adequado.
- ▶ Fortalecer a participação do estado na gestão de consórcios públicos de saúde.
- ▶ Organizar o modelo de atenção de alta e média complexidade, promovendo a resolutividade de acordo com o perfil da região.
- ▶ Promover a qualificação permanente em relação aos protocolos.
- ▶ Promover maior atratividade e permanência dos profissionais na região.

• **Resultado regional:** Meio ambiente no Sertão Central protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar as políticas de convivência com o semiárido.
- ▶ Ampliar as políticas públicas de reuso de água na região.
- ▶ Efetivar a gestão integrada de resíduos sólidos (aterros sanitários).
- ▶ Fomentar ações que resultem no uso racional dos recursos hídricos.
- ▶ Fortalecer a educação ambiental.
- ▶ Fortalecer as políticas de controle ao uso irregular de agrotóxicos.
- ▶ Fortalecer iniciativas de cultivos orgânicos.
- ▶ Garantir o acesso a água em quantidade e qualidade para o consumo e produção nas comunidades difusas.
- ▶ Implantar coleta de resíduos tóxicos utilizados na produção agrícola (embalagens inutilizadas de defensivos agrícolas).
- ▶ Implementar normativas relacionadas a garantia da origem de alimentos
- ▶ Intensificar a fiscalização ambiental.
- ▶ Qualificar e ampliar as políticas públicas de segurança hídrica.

SERTÃO DE CANINDÉ



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Sertão de Canindé, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a capacidade de atendimento da rede socioassistencial.
- ▶ Ampliar a cobertura para a área rural dos serviços socioassistenciais.
- ▶ Ampliar a comunicação em relação aos direitos das pessoas com deficiência e idosas.
- ▶ Ampliar a integração das políticas de atendimento a mulheres vítimas de violência.
- ▶ Criar condições de sustentabilidade para famílias publico-alvo dos programas de transferência de renda.
- ▶ Melhorar os mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas públicas sociais.

- ▶ Priorizar o consumo de alimentos orgânicos.
- ▶ Promover a ampliação das políticas de acesso a terra.
- ▶ Promover melhor intersetorialidade entre as políticas sociais.
- ▶ Propiciar assistência adequada aos assentamentos estaduais.
- ▶ Providenciar a finalização das ações prévias as titulações de imóveis na região.
- ▶ Regionalizar as políticas de direitos para população negra, LGBT e povos e comunidades tradicionais.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Sertão de Canindé e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a aproximação das políticas públicas de acesso com o meio rural.
- ▶ Ampliar as oportunidades de empreendedorismo sustentável para os jovens, mulheres e produtores do meio rural.
- ▶ Facilitar o acesso as linhas de crédito para financiamento orientado ao produtor rural.
- ▶ Fortalecer a produção e a comercialização agropecuária.
- ▶ Fortalecer políticas de orientação para o uso de tecnologias alternativas de base agroecológica ao uso de agrotóxicos.
- ▶ Garantir ações para certificação dos produtos da agricultura familiar para agregar valores à produção.
- ▶ Garantir assistência técnica e extensão rural de qualidade, quantidade e de forma continuada, contemplando melhor qualificação dos agentes.
- ▶ Garantir estruturas para implantação dos projetos voltados para agricultura familiar.
- ▶ Garantir qualificação em empreendedorismo e liderança para os produtores rurais.
- ▶ Implementar e ampliar o acesso as políticas públicas de inovação e tecnologia para uma melhor convivência com o semiárido.
- ▶ Implementar políticas que fortaleçam as tecnologias sociais (consórcios agroecológicos).

- ▶ Promover a desburocratização dos órgãos estatais para facilitar o empreendedorismo local.
- ▶ Viabilizar a inserção do tema empreendedorismo no currículo escolar desde o ensino fundamental ao superior.

• **Resultado regional:** População do Sertão de Canindé com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a estrutura do poder judiciário na região, promovendo o seu equilíbrio e integração entre Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário.
- ▶ Ampliar a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares.
- ▶ Ampliar a oferta de pós-graduação nas instituições públicas.
- ▶ Ampliar a oferta de programas voltados aos alunos recém formados de modo a ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.
- ▶ Ampliar a oferta pública de ensino superior na região.
- ▶ Ampliar as ações de educação e cidadania nos espaços de ensino.
- ▶ Ampliar as ações nos pontos de cultura e grupos culturais.
- ▶ Ampliar as mostras culturais e feiras de ciências envolvendo todas as escolas da região.
- ▶ Ampliar e fortalecer as casas digitais públicas.
- ▶ Ampliar escolas de campo contextualizadas com as vocações locais.
- ▶ Aumentar a oferta de cursos para jovens e adultos.
- ▶ Criar cursos preparatórios para jovens ingressarem no ensino superior.
- ▶ Criar programas de valorização e disseminação da cultura e da arte na região.
- ▶ Criar projetos de cultura e arte nas escolas.
- ▶ Estabelecer parcerias entre as instituições públicas de ensino superior e equipamentos públicos municipais.
- ▶ Estruturar na rede de ensino práticas de educação ambiental.

- ▶ Garantir políticas de valorização dos grupos de cultura tradicional da região.
- ▶ Incentivar o associativismo dos artistas locais.
- ▶ Investir em pesquisa (bolsas de estudos, laboratórios, visitas técnicas).
- ▶ Mapear as manifestações culturais e artísticas.
- ▶ Melhorar a infraestrutura nas escolas.
- ▶ Oferecer transporte gratuito aos universitários.
- ▶ Promover a desburocratização dos editais da cultura.
- ▶ Promover a realização de projetos culturais e itinerários nas escolas.

• **Resultado regional:** Sociedade do Sertão de Canindé pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a ação da segurança pública na zona rural.
- ▶ Ampliar a atuação da corregedoria no âmbito do poder judiciário.
- ▶ Ampliar a estrutura do poder judiciário na região, promovendo o seu equilíbrio e integração entre Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário.
- ▶ Ampliar as políticas de prevenção a criminalidade voltadas para jovens com enfoque intersetorial.
- ▶ Ampliar as políticas que visam dar celeridade aos processos judiciais.
- ▶ Ampliar o acesso gratuito à justiça.
- ▶ Ampliar os espaços de diálogos entre as agentes de segurança pública e a sociedade.
- ▶ Efetivar a política de prevenção e combate contra mulher.
- ▶ Otimizar a distribuição do efetivo dos agentes de segurança pública na região.
- ▶ Promover ações de valorização dos profissionais de segurança pública.
- ▶ Promover condições adequadas de operação dos serviços públicos, observando as especificidades locais.

- **Resultado regional:** População do Sertão de Canindé saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de saneamento básico na região.
- ▶ Ampliar oferta de espaços públicos de boa qualidade para práticas de esporte e lazer, atendendo a todas as faixas etária da população.
- ▶ Estruturar as escolas para a prática de lazer com acessibilidade.
- ▶ Fortalecer a descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da região de saúde.
- ▶ Fortalecer a educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS.
- ▶ Fortalecer as ações de atenção primária e secundária na região.
- ▶ Implantar os serviços de média complexidade na região.
- ▶ Implantar programas de incentivo à prática de esporte junto a população.
- ▶ Promover a saúde do trabalhador na dimensão biopsicossocial.
- ▶ Promover ações de promoção e prevenção à saúde da população nas dimensões físicas e mental.

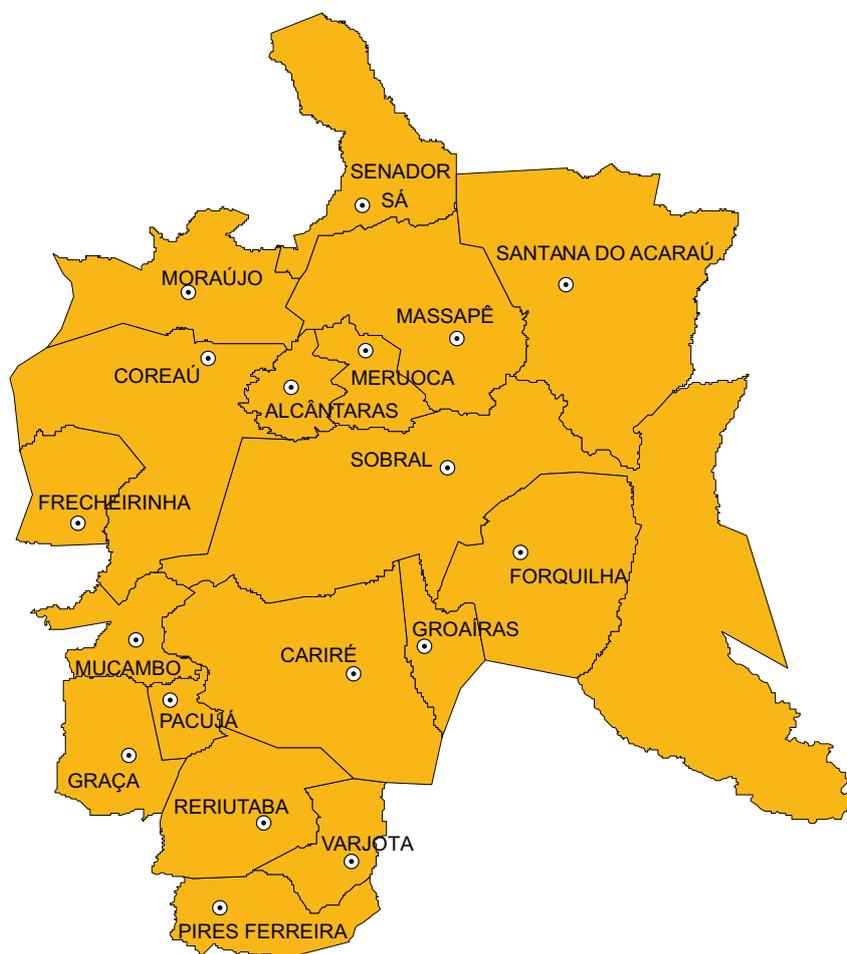
- **Resultado regional:** Meio ambiente no Sertão de Canindé protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a fiscalização quanto à prática de crimes ambientais.
- ▶ Estimular e apoiar políticas de educação para convivência com o meio ambiente.
- ▶ Garantir o acesso à água de qualidade para consumo humano nos espaços urbano e rural.
- ▶ Garantir políticas de investimento para o armazenamento hídrico para a região.
- ▶ Implantar a coleta seletiva de lixo na região.
- ▶ Implantar ações para a destinação adequada do lixo.
- ▶ Implantar programa de educação ambiental destinado ao poder público e à população.

- ▶ Implantar uma matriz energética adequada à realidade ambiental da região.
- ▶ Preservar e sanear as fontes de recursos hídricos.
- ▶ Promover a conscientização quanto ao uso adequado da terra.
- ▶ Promover a utilização de fontes alternativas de energias renováveis.
- ▶ Promover ações para o uso adequado da água.
- ▶ Promover políticas de proteção ambiental.

SERTÃO DE SOBRAL



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Sertão de Sobral, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a fiscalização dos beneficiários da política habitacional.
- ▶ Ampliar a rede de assistência.
- ▶ Ampliar conhecimentos sobre educação sexual nas escolas e no contexto social.
- ▶ Ampliar o acesso da população rural e urbana à moradia.
- ▶ Disseminar o conhecimento no contexto interseccional de raça, gênero, classe e sexualidade, principalmente quanto ao acesso a equipamentos e políticas públicas.
- ▶ Fortalecer a integração entre as famílias e a política socioassistencial.
- ▶ Promover a desconcentração regional do acesso às políticas sociais.
- ▶ Promover a integração intermunicipal (consorciar) para a efetividade da execução de políticas públicas.
- ▶ Promover a sensibilização sobre a educação alimentar.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Sertão de Sobral e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Adequar estruturas de beneficiamento e abate de produtos de forma a atender as instruções normativas e realidades locais.
- ▶ Ampliar a divulgação dos atrativos turísticos da região.
- ▶ Ampliar a fiscalização no trânsito, com prioridade para os motoqueiros.
- ▶ Ampliar assessoria jurídica aos assentamentos, reassentamentos, povos e comunidades tradicionais nas questões fundiárias.
- ▶ Ampliar o acesso às políticas econômicas aos assentamentos, reassentamentos, povos e comunidades tradicionais.
- ▶ Ampliar o conhecimento sobre as vocações e pontos turísticos da região.
- ▶ Ampliar os programas que favoreçam a comercialização dos produtos da agricultura familiar.
- ▶ Apoiar iniciativas de economia solidária, objetivando dinamizar o processo de comercialização dos produtos em nível regional.

- ▶ Criar políticas públicas de longo prazo para o desenvolvimento econômico regional com articulação entre os municípios e instituições.
- ▶ Desenvolver novas estratégias e tecnologias de produção aquícola e pesqueira.
- ▶ Desenvolver rotas turísticas na região.
- ▶ Estimular a criação de um calendário de eventos regionais.
- ▶ Estimular a inserção da agricultura familiar nos programas de compras governamentais.
- ▶ Estimular o consórcio público entre os municípios da região para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, visando a otimização dos recursos.
- ▶ Estimular projetos voltados para inovações agroecológicas e convivência com o semiárido.
- ▶ Fomentar parcerias entre setor público e privado objetivando gerar mais oportunidades para a região.
- ▶ Fortalecer a articulação de produtores em redes para acesso aos mercados.
- ▶ Fortalecer a assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola.
- ▶ Fortalecer a comercialização e incentivar o consumo de produtos aquícolas nos programas de compras governamentais.
- ▶ Garantir análises de solo, água e plantas para os produtores da região.
- ▶ Garantir assistência técnica e extensão rural de forma continuada e de qualidade.
- ▶ Garantir políticas públicas para fixação e permanência do jovem no campo.
- ▶ Incentivar e promover a pesquisa agropecuária e aquícola de forma integrada ao ensino e extensão.
- ▶ Incentivar o associativismo e o cooperativismo visando agregar valor à produção, beneficiamento e comercialização.
- ▶ Intensificar a política de orientação e educação no trânsito.
- ▶ Melhorar as estruturas das unidades públicas de emprego para garantir aos seus usuários serviços de qualidade.
- ▶ Promover a descentralização de polos de desenvolvimento de acordo com as potencialidades locais.

- ▶ Proporcionar à população espaços públicos mais atrativos e humanizados.
- ▶ Qualificar a infraestrutura viária e de aparelhamento das atividades econômicas.
- ▶ Qualificar os produtores para o protagonismo no associativismo e cooperativismo.
- ▶ Resgatar, atualizar e implantar planos de desenvolvimento territorial, rural e sustentável.

• **Resultado regional:** População do Sertão de Sobral com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a formação em nível superior na área da Inovação Tecnológica.
- ▶ Ampliar as parcerias com as empresas buscando efetivação do estagiário na área do conhecimento.
- ▶ Ampliar as parcerias entre o público e o privado.
- ▶ Ampliar as vagas nas escolas de tempo integral.
- ▶ Ampliar as vagas nos programas de incubação de negócios e inovações.
- ▶ Ampliar oferta de cursos de formação inicial e continuada para população.
- ▶ Ampliar os fablabs com as empresas focadas em tecnologia.
- ▶ Estabelecer ações para inovações tecnológicas aplicáveis aos problemas sociais.
- ▶ Estimular as prefeituras a valorizar, conhecer e divulgar a cultura local.
- ▶ Melhorar a equidade na infraestrutura das escolas com ênfase na inovação tecnológica.
- ▶ Melhorar a integração entre escola e família.
- ▶ Promover a interiorização da cultura, explorando a cultura regional.
- ▶ Promover gestão democrática nas escolas municipais.
- ▶ Promover o letramento cultural da população em toda região.
- ▶ Tornar os currículos escolares mais atrativos.

• **Resultado regional:** Sociedade do Sertão de Sobral pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar as políticas de inteligência e de prevenção à violência.
- ▶ Ampliar o acesso da população aos núcleos de mediação comunitária.
- ▶ Descentralizar e ampliar o acesso gratuito à justiça para os municípios menores e mais afastados.
- ▶ Melhorar a assistência material e psicossocial a presos e profissionais da segurança prisional.
- ▶ Promover a distribuição equitativa dos serviços de segurança pública na região.
- ▶ Promover a efetiva reinserção de presos na sociedade.
- ▶ Promover formação continuada aos profissionais de forma regionalizada para o sistema penitenciário.
- ▶ Promover melhor regionalização das políticas relacionadas ao Poder Judiciário.

• **Resultado regional:** População do Sertão de Sobral saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de procedimentos e serviços especializados.
- ▶ Ampliar o acesso à saúde bucal.
- ▶ Estabelecer e fiscalizar a aplicação da política de saneamento básico.
- ▶ Garantir a ampliação e preservação dos equipamentos de esporte e lazer.
- ▶ Garantir a política de acesso aos medicamentos da região.
- ▶ Implantar a atenção terciária de saúde bucal.
- ▶ Promover a implementação e expansão de projetos esportivos na região.

• **Resultado regional:** Meio ambiente no Sertão de Sobral protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta adequada para atendimento de usos múltiplos.
- ▶ Ampliar alternativas de produtos com maior valor agregado com base inovativa e tecnológica (produção de energia alternativa, biomassa e solar).
- ▶ Ampliar as políticas de incentivo de tecnologias sociais.
- ▶ Ampliar e fortalecer a fiscalização e a regularização de água bruta e do controle das obras hídricas.
- ▶ Criar política estadual para ampliação das unidades de conservação.
- ▶ Fiscalizar as políticas de resíduos sólidos dos municípios atendidos nos consórcios regionais.
- ▶ Implantar políticas de coleta seletiva.
- ▶ Incentivar o desenvolvimento das energias alternativas.
- ▶ Melhorar a eficiência da gestão hídrica.
- ▶ Melhorar a política de incentivo à redução ao uso de agrotóxicos.

SERTÃO DOS CRATEÚS



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Sertão dos Crateús, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar o acesso aos programas de proteção social de juventude e dos grupos vulneráveis.
- ▶ Ampliar o atendimento aos grupos sociais impactados diretamente pela violência humana.
- ▶ Ampliar os mecanismos de controle e acompanhamento sociais das famílias beneficiadas dos programas habitacionais.
- ▶ Ampliar políticas de habitação para provimento e melhoria de residências adequadas no meio urbano e rural.
- ▶ Ampliar programas de acesso a água para o consumo familiar e a produção agrícola garantindo a segurança alimentar e nutricional.

- ▶ Ampliar programas de acesso a terra e a regularização fundiária urbana e rural.
- ▶ Ampliar rede de assistência social na região.
- ▶ Fortalecer os espaços colegiados com formação de conselheiros.
- ▶ Fortalecer políticas públicas voltadas ao atendimento familiar

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Sertão dos Crateús e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a divulgação de tecnologias de base agroecológica junto aos agricultores familiares.
- ▶ Ampliar as políticas públicas voltadas à potencialização das atividades de pesca artesanal e aquicultura.
- ▶ Ampliar e requalificar as vias de acesso aos atrativos turísticos da região.
- ▶ Ampliar projetos para geração de emprego e renda.
- ▶ Apoiar e fortalecer a comercialização dos produtos da agricultura familiar.
- ▶ Assegurar assistência técnica e extensão rural de qualidade, quantidade e de forma continuada.
- ▶ Fomentar a atração de indústria e empresas de grande porte para geração de emprego e renda.
- ▶ Fomentar a implantação de agroindústrias para beneficiamento da matéria prima local.
- ▶ Fomentar o desenvolvimento de pesquisas para ampliar a resistência das sementes das culturas variáveis às doenças existentes para uma melhor aceitação no mercado.
- ▶ Garantir o acesso a terra com projetos de desenvolvimento econômico com sustentabilidade.
- ▶ Implementar programas de compras da produção dos agricultores familiar.
- ▶ Implementar um processo consistente de planejamento estratégico de desenvolvimento regional para o turismo.

- ▶ Incentivar a diversidade dos grupos de produção na agricultura familiar.
- ▶ Incentivar a valorização e qualificação dos agentes prestadores de assistência técnica e extensão rural.
- ▶ Incentivar e valorizar a produção e comercialização da agricultura familiar.
- ▶ Manter e ampliar as parcerias existentes para o desenvolvimento da agricultura familiar.
- ▶ Melhorar as vias para o escoamento da produção agropecuária com foco nas unidades de beneficiamento.
- ▶ Melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos para a produção de alimentos.
- ▶ Promover maior integração, fortalecimento e organização das políticas e órgãos do estado, públicos e privados, para oferta de serviços de qualidade ao produtor.
- ▶ Regularizar as estruturas existentes ou em construção para agregação de valores nos produtos das cadeias produtivas da apicultura, ovinocaprinocultura e bovinocultura.

• **Resultado regional:** População do Sertão dos Crateús com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar as vagas nas universidades públicas.
- ▶ Aumentar a oferta pública de educação superior para outros municípios da região.
- ▶ Contextualizar a educação profissional com foco nas potencialidades regionais.
- ▶ Criar legislação de incentivo à atração de empresas de base tecnológica.
- ▶ Desenvolver projetos culturais de forma a integrar as cidades da região.
- ▶ Desenvolver um programa digital de ensino unificado para auxílio ao professor em sala de aula.
- ▶ Fortalecer e ampliar os espaços de esporte, lazer e cultura.
- ▶ Garantir qualificação profissional sistemática para a população em geral.
- ▶ Implantar curso de medicina na região.

- ▶ Incluir na grade curricular da rede de ensino a educação ambiental.
- ▶ Inserir a educação de gênero no currículo do ensino básico.
- ▶ Inserir e adequar o uso das tecnologias nas escolas.
- ▶ Investir em formação cultural.
- ▶ Melhorar a infraestrutura das escolas de ensino fundamental e médio.
- ▶ Ofertar cursos de mestrado e doutorado nas universidades públicas.
- ▶ Profissionalizar a cadeia produtiva artística e cultural.
- ▶ Promover a valorização contínua dos profissionais da educação.
- ▶ Promover ações efetivas que garantam a permanência dos alunos nas salas de aula.
- ▶ Realizar projetos voltados à melhoria das políticas públicas em parcerias com as universidades.
- ▶ Resgatar a memória dos territórios.
- ▶ Revitalizar os Centros Vocacionais Tecnológicos.

• **Resultado regional:** Sociedade do Sertão dos Crateús pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a capacidade operativa de serviços bombeirísticos adequada à realidade local.
- ▶ Ampliar a estrutura de acesso à justiça, de acordo com as características da região.
- ▶ Ampliar o acesso aos programas de segurança rural e policiamento ambiental.
- ▶ Ampliar o uso da inteligência e tecnologia na prevenção e combate à criminalidade.
- ▶ Fortalecer a participação popular no âmbito das políticas de segurança pública.
- ▶ Implantar ações efetivas no combate à violência contra a mulher.
- ▶ Melhorar a integração e otimizar os serviços de segurança pública, visando dar maior celeridade aos atendimentos.
- ▶ Potencializar integrações de segurança com outras políticas sociais voltadas para

os usuários de drogas.

- ▶ Promover o atendimento adequado, especializado, humanizado as vítimas de violência.
- ▶ Promover políticas integradas e interdisciplinares entre governo e sociedade civil organizada voltadas para prevenção da criminalidade e para a defesa da vida.

• **Resultado regional:** População do Sertão dos Carateús saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a cobertura de saneamento básico.
- ▶ Ampliar a criação de áreas verdes para práticas esportivas e de lazer.
- ▶ Ampliar e garantir a oferta de serviços de saúde na atenção primária especializada.
- ▶ Apoiar a implementação e funcionamento efetivo da rede de ouvidorias do Sistema Único de Saúde.
- ▶ Estabelecer políticas de prevenção e promoção da saúde.
- ▶ Fortalecer a rede materno-infantil.
- ▶ Fortalecer e ampliar os espaços de esporte, lazer e cultura.
- ▶ Garantir atenção à saúde no nível secundário na região e terciário no âmbito do sistema de referência.
- ▶ Implantar as redes de atenção à saúde, de Urgência e Emergência e Psicossocial.
- ▶ Implantar curso de medicina na região.
- ▶ Implantar tecnologias de reúso da água.
- ▶ Incentivar o desenvolvimento de projetos voltados às práticas esportivas.
- ▶ Incentivar o resgate da educação popular na saúde.
- ▶ Promover a qualificação continuada e de qualidade dos profissionais da área de saúde.
- ▶ Promover formação inicial para gestores que ocuparem cargos públicos na área de saúde.
- ▶ Promover maior fiscalização e transparência na aplicação dos recursos, bem como incentivar a participação e controle social.
- ▶ Redimensionar e aperfeiçoar o sistema de tratamento de esgoto existente na região.

• **Resultado regional:** Meio ambiente no Sertão dos Crateús protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar e fortalecer a coleta seletiva.
- ▶ Apoiar os agricultores na implantação de projetos de reflorestamento.
- ▶ Educar a população sobre uso racional dos recursos naturais.
- ▶ Fomentar a instalação de empresas para a produção de energias renováveis com foco na energia solar e eólica.
- ▶ Garantir a coleta e a destinação adequada dos resíduos sólidos.
- ▶ Garantir a efetividade das políticas de proteção ambiental.
- ▶ Garantir a oferta de água potável no meio urbano e rural.
- ▶ Garantir a proteção ambiental dos reservatórios para consumo humano.
- ▶ Garantir o acesso da população fontes alternativas de energias.
- ▶ Implantar estratégias contínuas de convivências com a seca.
- ▶ Implantar estratégias sobre o uso adequado da água.
- ▶ Implantar sistemas de produção sustentáveis.
- ▶ Incentivar a criação de unidades de conservação.
- ▶ Incentivar o uso de sistemas agroflorestais.
- ▶ Incluir na grade curricular da rede de ensino a educação ambiental.

SERTÃO DOS INHAMUNS



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Sertão dos Inhamuns, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a assistência para a população idosa.
- ▶ Ampliar a divulgação dos programas sociais oferecidos pelo governo.
- ▶ Ampliar a produção de alimentos saudáveis no âmbito dos programas sociais de segurança alimentar e nutricional.
- ▶ Ampliar a rede socioassistencial, com melhor qualificação profissional dos agentes.
- ▶ Ampliar as ações de acesso a terra e regularizações fundiárias na zona rural e urbana.

- ▶ Ampliar o apoio a jovens que participam de programas sociais.
- ▶ Ampliar programas de acesso a água potável para consumo e produção.
- ▶ Criar estratégia de monitoramento do perfil do usuário de álcool e outras drogas.
- ▶ Fortalecer as políticas existentes de segurança alimentar e nutricional.
- ▶ Garantir a assistência especializada para as pessoas em situação de rua.
- ▶ Garantir a execução de políticas públicas transversais para a juventude abarcando as áreas cultura, lazer e geração de trabalho e renda.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Sertão dos Inhamuns e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de projetos para captação de água.
- ▶ Ampliar as políticas de incentivo à formação de trabalhadores autônomos.
- ▶ Ampliar projetos agroindustriais voltados às cadeias produtivas locais, como cajucultura, mandioca, fruticultura, leite, apicultura e ovinocaprinocultura.
- ▶ Assegurar a implementação de políticas econômicas para os assentamentos.
- ▶ Criar rotas para melhor divulgar os atrativos culturais e gastronômicos locais.
- ▶ Estruturar e divulgar os atrativos turísticos da região.
- ▶ Fomentar a certificação e padronização dos produtos da agricultura familiar.
- ▶ Garantir assistência técnica e extensão rural de forma continuada e de qualidade.
- ▶ Incentivar a pesquisa agropecuária.
- ▶ Incentivar a pesquisa aquícola.
- ▶ Incentivar a prática de agricultura sustentável na região.
- ▶ Incentivar a prática do associativismo e cooperativismo com objetivo a agregação de valor.
- ▶ Melhorar a estrutura de políticas de preço mínimo.

- ▶ Melhorar o atendimento e as estruturas para a comercialização da produção agrícola.
- ▶ Promover políticas de apoio à agroecologia com assistência técnica continuada.
- ▶ Recuperar as vias de acesso da região.

• **Resultado regional:** População do Sertão dos Inhamuns com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a Formação para a Cidadania no Ensino Fundamental.
- ▶ Ampliar a oferta de cursos nas Escolas Estaduais de Educação Profissional.
- ▶ Ampliar a oferta de cursos superiores nas pequenas cidades.
- ▶ Ampliar a oferta de formação continuada para professores e demais profissionais da educação.
- ▶ Ampliar a oferta de pós-graduação para professores da rede pública.
- ▶ Ampliar a qualificação profissional para inserção no mercado de trabalho.
- ▶ Ampliar as políticas de assistência estudantil.
- ▶ Ampliar e desburocratizar o apoio a projetos culturais.
- ▶ Ampliar e fortalecer a Educação de Jovens e Adultos.
- ▶ Ampliar e fortalecer a política das competências socioemocionais, contemplando a oferta ampliada de serviços especializados nas escolas.
- ▶ Ampliar o apoio à implantação de projetos em Tecnologia da Informação e Comunicação.
- ▶ Ampliar oferta de cursos de bacharelado no interior.
- ▶ Criar políticas de incentivo à alta frequência e bons rendimentos dos alunos, intensificando o acompanhamento àqueles com dificuldades de aprendizagem.
- ▶ Criar programas de inclusão tecnológica e profissional para os jovens que estão fora da universidade.
- ▶ Democratizar o acesso a equipamentos tecnológicos nas escolas públicas.

- ▶ Diversificar a oferta de atividades culturais e artísticas na escola.
- ▶ Estender as políticas de estágios para os alunos das Escolas Ensino Médio de Tempo Integral.
- ▶ Fiscalizar efetivamente as políticas existentes de desenvolvimento tecnológico.
- ▶ Garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem na educação básica.
- ▶ Incentivar a participação dos estudantes em eventos científicos e tecnológicos.
- ▶ Incluir a educação ambiental na grade curricular na rede de ensino.
- ▶ Melhorar a conectividade digital das escolas dos municípios de pequeno porte.
- ▶ Melhorar a conscientização dos jovens sobre a preservação do patrimônio público.
- ▶ Melhorar o atendimento do transporte escolar.
- ▶ Prover infraestrutura básica e tecnológica para atender às necessidades atuais da EJA e do ensino regular.
- ▶ Tornar as escolas mais receptivas a alunos com deficiência.

• **Resultado regional:** Sociedade do Sertão dos Inhamuns pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de políticas voltadas para o atendimento ao dependente químico.
- ▶ Ampliar a oferta de serviços especializados de média complexidade.
- ▶ Ampliar a participação da sociedade na implementação das políticas de saneamento básico.
- ▶ Ampliar as políticas públicas de esporte e lazer alinhadas aos costumes da região.
- ▶ Ampliar o acesso a serviços indispensáveis à população.
- ▶ Ampliar o apoio aos municípios da região na oferta de atenção básica.
- ▶ Fortalecer a gestão, transparência e interação entre as três esferas de governo.
- ▶ Garantir a meritocracia no processo de contratação dos profissionais de saúde.
- ▶ Implementar planejamento focado nos serviços e pactuação baseadas no perfil epidemiológico da região.

- ▶ Potencializar e ampliar os serviços de saneamento básico com foco nas áreas vulneráveis.
- ▶ Promover incentivos para utilização de espaços públicos voltado à prática de esporte e lazer.
- ▶ Qualificar o processo de planejamento das políticas de saneamento básico.
- ▶ Redimensionar as competências dos serviços da atuação básica.
- ▶ Sensibilizar gestores e população em geral sobre a importância das políticas de promoção e prevenção em saúde.

• **Resultado regional:** População do Sertão dos Inhamuns saudável.

Estratégias:

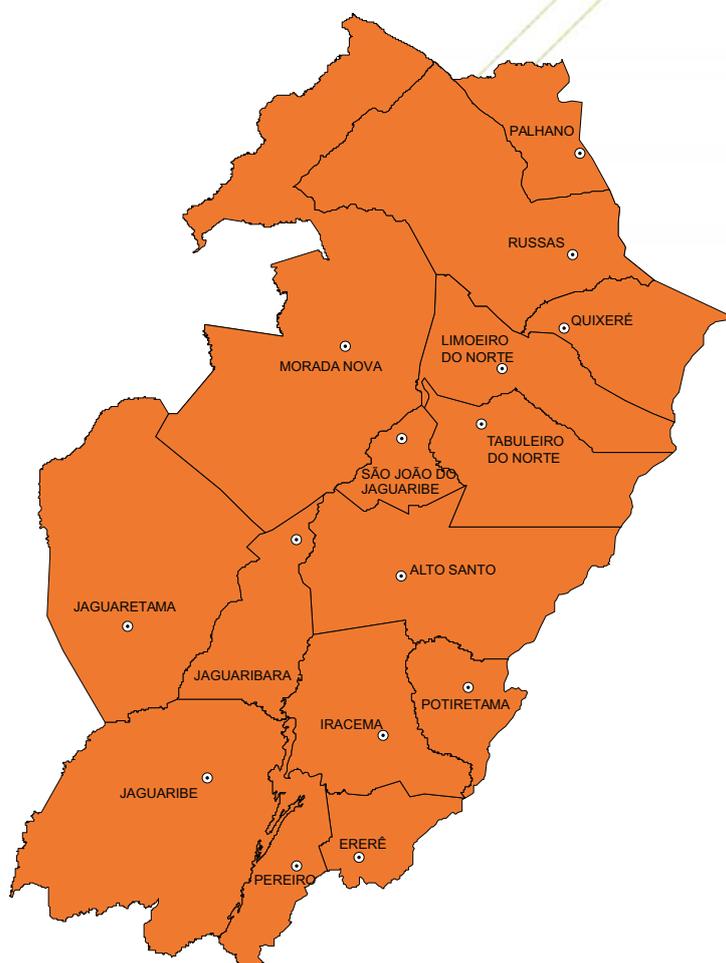
- ▶ Adotar estratégias para agilizar o andamento de processuais judiciais.
- ▶ Ampliar a atuação do Corpo de Bombeiros na região.
- ▶ Ampliar a qualificação profissional dos agentes de segurança.
- ▶ Ampliar as ações de conciliação.
- ▶ Ampliar as ações de virtualização dos processos judiciais.
- ▶ Ampliar o acesso aos programas de segurança pública no meio rural.
- ▶ Ampliar o acesso gratuito a justiça (Defensoria Pública).
- ▶ Ampliar o espaço para diálogo entre sociedade civil e agentes de segurança pública.
- ▶ Aumentar os programas de sensibilização do judiciário acerca das desigualdades.
- ▶ Prover de melhor infraestrutura física e tecnológica os serviços de segurança pública.
- ▶ Redimensionar a área de abrangência no Núcleo de Perícia regional e ampliar sua capacidade operativa.
- ▶ Regionalizar o sistema prisional, de modo que garanta o vínculo familiar dos privados de liberdade.

• **Resultado regional:** Meio ambiente no Sertão dos Inhamuns protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Apoiar a ampliação da atuação da defesa civil municipal.
- ▶ Apoiar os municípios da região no cumprimento dos planos diretores.
- ▶ Conscientizar a população sobre o uso racional dos recursos naturais.
- ▶ Criar programas de apoio a pequenos produtores para obtenção e utilização de energias renováveis.
- ▶ Desenvolver o plano de recuperação de áreas de proteção permanente a partir da nascente do rio Jaguaribe.
- ▶ Divulgar e potencializar a necessidade de coleta de lixo seletiva.
- ▶ Garantir a celeridade da implantação do Cinturão das Águas na região.
- ▶ Garantir a oferta hídrica destinada ao abastecimento urbano e rural.
- ▶ Implantar uma zona franca para atração de empresas que trabalhem com energias renováveis.
- ▶ Integrar as bacias hidrográficas da região.
- ▶ Promover a destinação adequada dos resíduos sólidos, contemplando o apoio à criação de consórcio de aterros sanitários.

VALE DO JAGUARIBE



• **Resultado regional:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população do Vale do Jaguaribe, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a sensibilização para conscientização da reciclagem de resíduos.
- ▶ Ampliar e fortalecer a fiscalização e monitoramento das bacias hidrográficas.
- ▶ Desenvolver políticas públicas visando o incremento do uso de energias renováveis.
- ▶ Desenvolver programa para garantir aproveitamento da água.
- ▶ Estimular o uso de culturas adequadas ao semiárido.
- ▶ Fomentar a diversidade da matriz energética.

- ▶ Fortalecer a fiscalização ambiental por meio do aumento da capilaridade.
- ▶ Fortalecer o papel dos comitês de bacias priorizando suas demandas junto ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos.
- ▶ Garantir o manejo adequado dos recursos naturais.
- ▶ Incentivar o uso de práticas e técnicas agropecuárias de base agroecológica.
- ▶ Modernizar sistemas de irrigação dos perímetros irrigados.
- ▶ Promover a gestão efetiva e eficaz da destinação dos resíduos sólidos.
- ▶ Promover educação ambiental de forma continuada.
- ▶ Valorizar a reutilização da água.

• **Resultado regional:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades e as vocações do Vale do Jaguaribe e o protagonismo dos diversos atores.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a atração de novas indústrias que façam uso de produtos regionais.
- ▶ Ampliar as políticas de valorização dos produtos da agricultura familiar.
- ▶ Ampliar o apoio na identificação e divulgação dos significados regionais (imagens e vídeos).
- ▶ Apoiar e fortalecer parcerias em pesquisas na cadeia produtiva.
- ▶ Capacitar continuamente o agricultor, inclusive para tecnologia da informação.
- ▶ Definir corredor turístico da região.
- ▶ Estimular o turismo rural na região.
- ▶ Fortalecer a arte e a cultura regional como elemento de atração turística.
- ▶ Fortalecer a fiscalização no uso de agrotóxicos.
- ▶ Fortalecer a regulamentação e fiscalização nas atividades da aquicultura.
- ▶ Fortalecer e ampliar a política educacional nas Escolas Família Agrícola e nas escolas agrícolas

- ▶ Fortalecer e qualificar o uso e reuso consciente da água na produção agrícola.
- ▶ Fortalecer o desenvolvimento sustentável da aquicultura.
- ▶ Garantir assistência técnica e extensão rural de forma continuada, qualificada e eficiente com o fortalecimento das instituições.
- ▶ Identificar os mananciais em potencial para atividades da aquicultura.
- ▶ Incentivar a implementação de políticas públicas para permanência da família no campo com foco no jovem.
- ▶ Incentivar e ampliar políticas de padronização de produtos da agricultura familiar.
- ▶ Incentivar o empreendedorismo focado nas vocações regionais e locais.
- ▶ Incentivar o reuso e integração da água na produção.
- ▶ Incentivar o uso de práticas e técnicas agropecuárias de base agroecológica.
- ▶ Incentivar o uso de tecnologias na agricultura.
- ▶ Melhorar a política de tributação fiscal para fortalecer o comércio e serviços locais.
- ▶ Melhorar a sinalização e fiscalização das rodovias.
- ▶ Melhorar as vias de acesso intermunicipais de acordo com o perfil econômico da região.
- ▶ Promover maior valorização dos eventos regionais

• **Resultado regional:** População do Vale do Jaguaribe com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a capacitação para os jovens e adultos para inserção no mercado de trabalho.
- ▶ Ampliar a intersetorialidade com objetivo de integrar os saberes e fazeres dos mestres da cultura à política educacional do Ceará.
- ▶ Ampliar a oferta de ensino médio integrado à educação profissional.
- ▶ Ampliar e consolidar a política de assistência e permanência estudantil, sobretudo aqueles em situação de extrema pobreza, público perfil do Fecop.

- ▶ Ampliar o apoio às Escolas Família Agrícola.
- ▶ Ampliar o fomento à cultura (editais).
- ▶ Criar meios de utilização do conhecimento científico, tecnológico, de inovação, cultural e educacional para o desenvolvimento da região.
- ▶ Fortalecer a arte e a cultura regional como elemento de atração turística.
- ▶ Garantir a efetivação de projetos culturais nas escolas, como parte da grade curricular nos temas transversais.
- ▶ Incentivar as pesquisas científicas para os alunos das series iniciais da educação básica.
- ▶ Investir na formação continuada dos professores readaptados.
- ▶ Promover a adequada estruturação física, tecnológica e humana para a oferta de educação superior nas IES estaduais.
- ▶ Promover a descentralização da gestão estadual da política de Cultura e Arte.
- ▶ Proporcionar a efetiva implementação da política educacional nas Escolas Família Agrícola.
- ▶ Prover as escolas com profissionais da área psicossocial para assistência e permanência dos estudantes.
- ▶ Valorizar e divulgar a proposta educacional dos Centros Vocacionais Tecnológicos

• **Resultado regional:** Sociedade do Vale do Jaguaribe pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a estrutura de atendimentos especializados para grupos vulneráveis.
- ▶ Ampliar a prestação dos serviços de Segurança Pública na região, nas áreas urbanas e rurais.
- ▶ Ampliar o acesso aos programas de segurança e prevenção à violência no meio rural.
- ▶ Desenvolver estudos e garantir políticas de reintegração para presos e egressos do Sistema Prisional.
- ▶ Efetivar e garantir de forma contínua a plataforma de profissionais qualificados

para a justiça.

- ▶ Garantir a prestação continuada e de qualidade na região dos serviços de justiça, promotoria e defensoria pública.
- ▶ Garantir a qualificação dos profissionais da Justiça e da Segurança Pública.
- ▶ Garantir no Judiciário os serviços de equipes multidisciplinares de forma contínua e exclusiva para atender as demandas psicossociais.
- ▶ Intensificar as políticas públicas de combate ao uso de drogas.

• **Resultado regional:** População do Vale do Jaguaribe saudável.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a oferta de leitos de UTI.
- ▶ Ampliar o atendimento do serviço de urgência e emergência em todos os municípios.
- ▶ Ampliar parcerias para implantar e manter espaços de esportes e lazer (urbanos e rurais).
- ▶ Fortalecer a municipalidade dos serviços de saneamento básico.
- ▶ Fortalecer e ampliar a rede de atenção (primária, secundária e terciária) de saúde.
- ▶ Fortalecer políticas públicas e implementar projetos para esporte, lazer e cultura.
- ▶ Garantir a aquisição de medicamentos da Programação Pactuada Integrada (PPI).
- ▶ Garantir a continuidade das atividades de esporte e lazer nas escolas.
- ▶ Promover a atualização e implantação dos planos municipais de saneamento básico.
- ▶ Viabilizar transporte adequado aos pacientes com necessidade específicas (câncer e hemodiálise).

• **Resultado regional:** Meio ambiente no Vale do Jaguaribe protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Estratégias:

- ▶ Ampliar a sensibilização para conscientização da reciclagem de resíduos.
- ▶ Ampliar e fortalecer a fiscalização e monitoramento das bacias hidrográficas.
- ▶ Desenvolver políticas públicas visando o incremento do uso de energias renováveis.
- ▶ Desenvolver programa para garantir aproveitamento da água.
- ▶ Estimular o uso de culturas adequadas ao semiárido.
- ▶ Fomentar a diversidade da matriz energética.
- ▶ Fortalecer a fiscalização ambiental por meio do aumento da capilaridade.
- ▶ Fortalecer o papel dos comitês de bacias priorizando suas demandas junto ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos.
- ▶ Garantir o manejo adequado dos recursos naturais.
- ▶ Incentivar o uso de práticas e técnicas agropecuárias de base agroecológica.
- ▶ Modernizar sistemas de irrigação dos perímetros irrigados.
- ▶ Promover a gestão efetiva e eficaz da destinação dos resíduos sólidos.
- ▶ Promover educação ambiental de forma continuada.
- ▶ Valorizar a reutilização da água.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023

EIXO 1 – CEARÁ ACOLHEDOR

TEMA ESTRATÉGICO 1.1 – ACESSO A TERRA E MORADIA

Programa 111 – Habitação e Regularização Fundiária Urbana

- Objetivo: Proporcionar moradia digna à população, com segurança jurídica, para o enfrentamento do déficit habitacional urbano.

Programa 112 – Habitação e Regularização Fundiária Rural

- Objetivo: Contribuir com a promoção e execução da política agrária do estado do Ceará, através do atendimento a políticas de regularização fundiária e políticas de desenvolvimento das áreas de assentamentos e reassentamentos do estado, promovendo desta forma desenvolvimento nos aspectos da sustentabilidade social, ambiental e econômica.

Programa 113 – Habitação de Interesse Social na Área Rural

- Objetivo: Proporcionar moradia digna à população para o enfrentamento do déficit habitacional rural.

TEMA ESTRATÉGICO 1.2 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa 121 – Implementação do Sistema Único de Assistência Social

- Objetivo: Aperfeiçoar a gestão e o controle social da política de assistência social no estado e nos municípios, no tocante à proteção social, a vigilância socioassistencial e defesa de direitos.

Programa 122 – Proteção Social Especial

- Objetivo: Garantir a proteção integral a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social com direitos violados e/ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários.

Programa 122 – Proteção Social Básica

- Objetivo: Prevenir situações de vulnerabilidade e risco social contemplando serviços, benefícios e programas socioassistenciais.

TEMA ESTRATÉGICO 1.3 – INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Programa 131 – Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher

- Objetivo: Ampliar a promoção do empoderamento das mulheres e autonomia socioeconômica.

Programa 132 – Promoção da Inclusão Social no Âmbito da Política sobre Drogas

- Objetivo: Expandir a prevenção, cuidado e reinserção social de pessoas em uso ou em vulnerabilidade ao uso de álcool e outras drogas no Estado do Ceará.

Programa 133 – Proteção à Vida e Acesso à Justiça Social e Cidadania

- Objetivo: Ampliar a proteção a vítimas de violência e violações de direitos humanos e o acesso dos cidadãos aos documentos básicos.

Programa 134 – Institucionalização e Desenvolvimento de Políticas Públicas para a Juventude

- Objetivo: Promover o fortalecimento e a institucionalização das políticas públicas voltada à Juventude.

Programa 135 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

- Objetivo: Ampliar a promoção de direitos e a inclusão social dos povos, grupos e pessoas historicamente discriminadas e vulnerabilizadas.

Programa 136 – Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo

- Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia do atendimento integral ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas, contribuindo para sua reinserção sociofamiliar e comunitária.

TEMA ESTRATÉGICO 1.4 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Programa 141 – Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional

- Objetivo: Ampliar o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequada, contribuindo com a redução da insegurança alimentar e nutricional.

EIXO 2 – CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS

TEMA ESTRATÉGICO 2.1 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa 211 – Gestão Administrativa do Ceará

- Objetivo: Promover com eficiência a gestão administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, direta e indireta, de todos os Poderes.

Programa 212 – Encargos Gerais do Estado

- Objetivo: Cumprir os encargos legais e constitucionais sob responsabilidade do Estado.

Programa 213 – Previdência Estadual

- Objetivo: Promover com qualidade e eficiência a Gestão Previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos civis e militares do Estado do Ceará.

Programa 999 – Reserva de Contingência

- Objetivo: Constituir reservas financeiras para pagamentos de benefícios futuros a contribuintes determinados e outras despesas de caráter eventual.

TEMA ESTRATÉGICO 2.2 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Programa 221 – Saúde e Previdência Social do Servidor Público Estadual

- Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na oferta de serviços previdenciários, socioassistenciais, periciais e de valorização dos servidores públicos estaduais ativos e inativos.

Programa 222 – Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas

- Objetivo: Promover o dimensionamento, alocação, reconhecimento e desenvolvimento das pessoas nos órgãos públicos estaduais para uma melhor oferta do serviço público.

TEMA ESTRATÉGICO 2.3 - GESTÃO FISCAL

Programa 231 – Melhoria da Relação Fisco-Contribuinte-Sociedade

- Objetivo: Ampliar a aproximação entre a sociedade e o Fisco Estadual, no contexto da importância da gestão fiscal e a responsabilidade no controle social da aplicação dos recursos públicos.

Programa 232 – Modernização da Gestão Fiscal

- Objetivo: Aperfeiçoar e modernizar a gestão fiscal, contábil, financeira e patrimonial de modo a contribuir para a sustentabilidade fiscal e a integração dos fiscos.

TEMA ESTRATÉGICO 2.4 – PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Programa 241 – Governança Interfederativa das Regiões

- Objetivo: Ampliar a capacidade da gestão dos municípios do Estado do Ceará em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.

Programa 242 – Sistema de Planejamento Orientado para Resultados

- Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia do planejamento estadual no âmbito das políticas públicas, provendo o Estado de informações relevantes e gerenciais para a tomada de decisões e estabelecendo alianças e cooperações entre o público e o privado, de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos disponibilizados à população cearense.

Programa 243 – Modernização da Gestão Corporativa

- Objetivo: Ampliar a modernização nos processos e serviços compartilhados no tocante a aquisições corporativas, contratações de serviços, gestão patrimonial e logística.

Programa 244 – Governo Digital do Ceará

- Objetivo: Realizar a transformação digital da gestão pública estadual, por meio de tecnologias inovadoras e disruptivas, para melhorar o acesso aos serviços públicos, ampliar a disponibilidade e compartilhamento de dados governamentais e fomentar a participação e controle social.

Programa 245 – Governança do Pacto por um Ceará Pacífico

- Objetivo: Construir uma rede de Cultura de Paz no Estado do Ceará com atuação articulada, integrada e compartilhada dos órgãos entidades públicas e sociedade civil.

TEMA ESTRATÉGICO 2.5 – TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE

Programa 251 – Controle Interno Governamental

- Objetivo: Contribuir para uma gestão administrativa profissional, visando à eficiência na arrecadação e aplicação dos recursos públicos, bem como a regularidade e o aprimoramento da gestão, de forma a propiciar a melhoria contínua dos serviços públicos ofertados.

Programa 252 – Regulação dos Serviços Públicos Delegados

- Objetivo: Promover e zelar pela eficiência econômica e técnica dos serviços públicos delegados propiciando condições de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e modicidade das tarifas, observando a satisfação das necessidades dos usuários.

Programa 253 – Fomento à Ética e à Integridade

- Objetivo: Fomentar a cultura da integridade nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e nos seus parceiros institucionais, zelando pela observância do Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual e de outros normativos que dispõem sobre a conduta do servidor público estadual.

Programa 254 – Transparência, Participação e Controle Social

- Objetivo: Ampliar a participação e o controle social na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, com efetiva transparência e acessibilidade das informações disponibilizadas.

Programa 255 – Controle Externo da Administração Pública Estadual e Municipal

- Objetivo: Ampliar a eficiência, a eficácia e a efetividade na prestação do Controle Externo, visando promover a melhoria na gestão dos recursos públicos estaduais e municipais

Programa 256 – Comunicação Institucional

- Objetivo: Ampliar a aproximação Governo e Sociedade contemplando a comunicação institucional e a publicização das ações do Governo céleres e eficazes.

Programa 257 – Defesa dos Interesses do Estado

- Objetivo: Aprimorar a representação administrativa e jurídica dos interesses do Estado.

Programa 258 – Desenvolvimento do Processo Legislativo

- Objetivo: Ampliar a eficácia da produção legislativa.

Programa 259 – Promoção da Interação Legislativo e Sociedade

- Objetivo: Ampliar a aproximação da Casa Legislativa com o povo cearense.

EIXO 3 – CEARÁ DE OPORTUNIDADES

TEMA ESTRATÉGICO 3.1 – AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

Programa 311 – Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar

- Objetivo: Melhorar as condições para a ampliação da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da agropecuária familiar, de modo a aumentar sua participação econômica e contribuir com o desenvolvimento territorial sustentável e a redução das desigualdades regionais.

Programa 312 – Abastecimento, Comercialização e Defesa no Setor Agropecuário

- Objetivo: Ampliar a comercialização e a defesa dos produtos agropecuários, bem como o abastecimento em quantidade e qualidade adequadas para a população do Estado do Ceará.

Programa 313 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

- Objetivo: Ampliar a produtividade e a competitividade do agronegócio do Ceará de forma sustentável explorando as vantagens estratégicas de todo o seu território.

TEMA ESTRATÉGICO 3.2 – COMÉRCIO E SERVIÇOS

Programa 321 – Fortalecimento do Setor de Comércio e Serviços

- Objetivo: Aumentar o valor agregado do setor de serviços e contribuir para a melhor distribuição regional de renda.

TEMA ESTRATÉGICO 3.3 – INDÚSTRIA

Programa 331 – Atração e Desenvolvimento Industrial

- Objetivo: Promover a diversificação e a interiorização da indústria cearense, com ampliação da competitividade.

TEMA ESTRATÉGICO 3.4 – INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Programa 341 – Promoção da Requalificação Urbana

- Objetivo: Requalificar espaços públicos para a melhoria da convivência social, desenvolvimento econômico e melhoria dos serviços públicos, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Programa 342 – Infraestrutura e Logística

- Objetivo: Assegurar infraestrutura e logística adequada e diversificada para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará

Programa 343 – Mobilidade, Trânsito e Transporte

- Objetivo: Ampliar o atendimento da necessidade de deslocamento da população cearense, com qualidade e segurança.

Programa 344 – Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém

- Objetivo: Potencializar a utilização do Complexo Industrial e Portuário do Pecém como estratégia de desenvolvimento econômico do Ceará.

TEMA ESTRATÉGICO 3.5 – PESCA E AQUICULTURA

Programa 351 – Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Pesca e Aquicultura

- Objetivo: Promover, de forma sustentável e inovadora, o incremento da produção pesqueira e aquícola cearense, contribuindo para o aumento do consumo per capita de pescados.

Programa 352 – Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar

- Objetivo: Promover de forma sustentável e inovadora o incremento da produção pesqueira artesanal e aquícola familiar cearense, contribuindo com o aumento da geração de emprego e renda.

TEMA ESTRATÉGICO 3.6 – TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Programa 361 – Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato

- Objetivo: Promover o artesanato como uma atividade econômica, sustentável e de inclusão social, integrada ao Turismo e à Cultura, contribuindo para a valorização da identidade cultural cearense.

Programa 362 – Empreendedorismo e Arranjos Produtivos Locais

- Objetivo: Ampliar a promoção do empreendedorismo e dos arranjos produtivos locais, estimulando as vocações e potencialidades econômicas dos territórios e contribuindo para o crescimento da geração de emprego e renda.

Programa 363 – Conexão Trabalho e Renda Ceará

- Objetivo: Ampliar a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, pela adoção de melhorias no atendimento ao empregador, ao trabalhador e pela elevação da renda média dos cearenses.

Programa 364 – Inovação para Melhoria de Oportunidades

- Objetivo: Aumentar a competitividade das regiões pelo incremento da produtividade das atividades que forem analisadas como as de maior potencial, criando uma nova economia baseada nas startups de inovação do estado e gerando aumento da riqueza nas regiões.

TEMA ESTRATÉGICO 3.7 – TURISMO

Programa 371 – Desenvolvimento Sustentável e Consolidado do Destino Turístico Ceará

- Objetivo: Consolidar o Ceará como um destino turístico nacional e internacional de excelência, contribuindo para a promoção do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da responsabilidade ambiental.

EIXO 4 – CEARÁ DO CONHECIMENTO

TEMA ESTRATÉGICO 4.1 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Programa 411 – Ceará Científico e Tecnológico

- Objetivo: Ampliar a disseminação da pesquisa, difusão científica e tecnológica para o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto alcançando o interior do Estado.

Programa 412 – Inova Ceará

- Objetivo: Aumentar a competitividade do Estado e suas macrorregiões pelo incremento da produtividade e inovação tecnológica.

Programa 413 – Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará

- Objetivo: Ampliar o acesso de qualidade à informação e aos serviços digitais, utilizando novas tecnologias e fomentando o desenvolvimento socioeconômico por meio da TIC nas diversas regiões do Estado.

TEMA ESTRATÉGICO 4.2 – CULTURA E ARTE

Programa 421 – Promoção e Desenvolvimento da Arte e Cultura Cearense

- Objetivo: Ampliar e democratizar a produção e o acesso à arte e a cultura com base no desenvolvimento da economia dos setores criativos, no fortalecimento da diversidade e da cidadania cultural em todas as regiões do Estado do Ceará.

Programa 422 – Promoção e Desenvolvimento da Política de Conhecimento e Formação em Arte e Cultura

- Objetivo: Formar profissionais para atuar no campo das artes e da cultura, desenvolvendo capacidades e competências criativas, técnicas, de gestão e do pensamento crítico.

Programa 423 – Promoção do Patrimônio Cultural Cearense

- Objetivo: Garantir a política de salvaguarda e sustentabilidade do patrimônio cultural e da memória cearense por meio da qualificação e ampliação de ações de pesquisa, educação patrimonial, comunicação e acessibilidade aos bens culturais.

Programa 424 – Teledifusão Cultural Informativa e Educativa

- Objetivo: Ampliar a promoção da oferta dos serviços televisivos com uma programação de qualidade, diversificada e inclusiva.

TEMA ESTRATÉGICO 4.3 – EDUCAÇÃO BÁSICA

Programa 431 – Inclusão e Equidade na Educação

- Objetivo: Garantir a escola como espaço educador sustentável, inclusivo, acolhedor, que respeite as diversidades e promova a equidade no padrão de acesso, nas condições de oferta, de permanência e nos resultados de aprendizagem, atendendo adequadamente aos educandos com necessidades especiais, com características diferenciadas e/ou àqueles pertencentes às populações vulneráveis em articulação intersetorial.

Programa 432 – Desenvolvimento Integral da Educação Infantil e Ensino Fundamental com Garantia de Igualdade de Oportunidades

- Objetivo: Elevar o nível de alfabetização e de aprendizagem das crianças e jovens na idade adequada, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, com garantia de igualdade de acesso, permanência e a reinserção das crianças e jovens em estado de vulnerabilidade social.

Programa 433 – Desenvolvimento do Ensino Médio

- Objetivo: Assegurar a efetiva aprendizagem no Ensino Médio, com equanimidade e qualidade, preparando o jovem para o acesso ao ensino superior e oportunizando experiência profissional como preparação prática para o trabalho.

Programa 434 – Educação em Tempo Integral e Complementar no Ensino Médio

- Objetivo: Ampliar a formação integral dos jovens, com respeito a seus direitos de aprendizagem, colaborando com a melhoria de seu desempenho escolar no Ensino Médio e com sua inserção no Ensino Superior.

Programa 435 – Normatização e Controle das Políticas Públicas de Educação

- Objetivo: Assegurar a adoção de boas práticas de gestão do ensino, contribuindo para a melhoria dos indicadores educacionais.

TEMA ESTRATÉGICO 4.4 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Programa 441 – Educação Profissional Articulada ao Ensino Médio

- Objetivo: Garantir educação profissional articulada nos seus mais diversos formatos e ingresso no ensino superior.

Programa 442 - Qualifica Ceara: Educação Profissional para o Mundo do Trabalho

- Objetivo: Ampliar a oferta de educação profissional em áreas necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, alinhada às demandas dos setores produtivos e vocacionais locais e das regiões do Ceará.

TEMA ESTRATÉGICO 4.5 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

Programa 451 – Desenvolvimento Integral da Educação Superior

- Objetivo: Ampliar a oferta e o desempenho da educação superior, no que tange ensino, pesquisa e extensão, alinhada às demandas sociais e vocações regionais, contribuindo para a elevação do nível de escolaridade da população cearense.

EIXO 5 – CEARÁ PACÍFICO

TEMA ESTRATÉGICO 5.1 – JUSTIÇA

Programa 511 – Promoção do Acesso Gratuito à Justiça

- Objetivo: Ampliar o acesso gratuito à Justiça como garantia dos direitos da população em todos os municípios cearenses.

Programa 512 – Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional

- Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na promoção da Justiça.

Programa 513 – Integração do Sistema de Justiça Criminal (Integra)

- Objetivo: Melhorar a segurança, a qualidade, a confiabilidade e a celeridade das informações intercambiadas entre o Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social e vinculadas.

Programa 514 – Gestão e Modernização do Sistema Penitenciário

- Objetivo: Promover a reintegração social e a inserção profissional de pessoas presas e egressos do Sistema Penitenciário.

Programa 515 – Tutela dos Interesses Sociais e Individuais Indisponíveis

- Objetivo: Ampliar a eficiência e a eficácia na prestação dos serviços de tutela de interesses sociais e individuais indisponíveis dos cidadãos, contribuindo para o resguardo da ordem jurídica.

TEMA ESTRATÉGICO 5.2 – SEGURANÇA PÚBLICA

Programa 521 – Segurança Pública Integrada com a Sociedade

- Objetivo: Fomentar a integração com a Sociedade, em ações estratégicas e operacionais, e ampliar a realização de ações preventivas na área da Segurança Pública.

Programa 522 – Controle Disciplinar dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário

- Objetivo: Ampliar a prevenção e repressão dos desvios de conduta no controle disciplinar e correccional.

Programa 523 – Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública

- Objetivo: Melhorar a qualidade do serviço de segurança pública prestado de forma integrada e efetiva ao cidadão.

Programa 524 – Gestão Integrada de Riscos e Desastres

- Objetivo: Ampliar a capacidade de resiliência do Estado diante de desastres naturais e tecnológicos.

EIXO 6 – CEARÁ SAUDÁVEL

TEMA ESTRATÉGICO 6.1 – ESPORTE E LAZER

Programa 611 – Esporte e Lazer para a População

- Objetivo: Promover de forma democrática o esporte e o lazer como exercício da cidadania e vetores para a saúde e a integração dos cidadãos na convivência social.

Programa 612 – Ceará no Esporte de Rendimento

- Objetivo: Projetar o esporte cearense nos cenários regional, nacional e internacional.

TEMA ESTRATÉGICO 6.2 – SANEAMENTO BÁSICO

Programa 621 – Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana

- Objetivo: Ampliar o acesso da população cearense aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em condições adequadas.

Programa 622 – Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural

- Objetivo: Ampliar o acesso da população rural cearense aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

TEMA ESTRATÉGICO 6.3 – SAÚDE

Programa 631 – Atenção à Saúde Perto do Cidadão

- Objetivo: Melhorar a resolutividade e a eficiência das ações de saúde, de forma integrada, equânime e regionalmente bem distribuída.

Programa 632 – Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde do Cidadão

- Objetivo: Reduzir os agravos e doenças, bem como os riscos à saúde da população cearense.

Programa 633 – Gestão e Governança do Sistema de Saúde com Transparência e Integridade

- Objetivo: Aprimorar os instrumentos e mecanismos gerenciais para qualificação da gestão e ampliação da participação dos atores sociais na governança do sistema de Saúde.

Programa 634 – Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde

- Objetivo: Ampliar a integração e a intersetorialidade nas áreas da gestão do conhecimento, da força de trabalho, da pesquisa, da educação, da inovação e da inteligência na política pública de saúde.

EIXO 7 – CEARÁ SUSTENTÁVEL

TEMA ESTRATÉGICO 7.1 – ENERGIAS

Programa 711 – Matriz Energética do Estado do Ceará

- Objetivo: Promover a segurança e eficiência energética, com expansão da produção e incentivo ao consumo racional da energia disponível no Estado.

TEMA ESTRATÉGICO 7.2 – MEIO AMBIENTE

Programa 721 – Ceará Consciente por Natureza

- Objetivo: Ampliar a promoção da educação ambiental com foco na mudança de atitudes e valores e no fortalecimento da gestão ambiental municipal.

Programa 722 – Revitalização de Áreas Urbanas Degradadas

- Objetivo: Melhorar as condições socioambientais da população nas áreas urbanas degradadas.

Programa 723 – Ceará da Proteção e Bem Estar Animal

- Objetivo: Reduzir as populações de animais domésticos abandonados em condições de maus tratos e o número de espécies ameaçadas de extinção no Estado do Ceará

Programa 724 – Ceará Mais Verde: Conservar e Proteger os Recursos Naturais e Biodiversidade do Ceará

- Objetivo: Ampliar a conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais e a biodiversidade do Ceará.

Programa 725 – Ceará no Clima: Mitigando e se Adaptando às Mudanças Climáticas

- Objetivo: Reduzir as emissões de gases de efeito estufa no estado do Ceará e minimizar os efeitos negativos das mudanças climáticas

Programa 726 – Resíduos Sólidos

- Objetivo: Reduzir os impactos negativos da geração e da disposição inadequada de resíduos sólidos no meio ambiente e sobre a saúde humana.

TEMA ESTRATÉGICO 7.3 – RECURSOS HÍDRICOS

Programa 731 – Planejamento e Gestão Participativa dos Recursos Hídricos

- Objetivo: Promover a utilização múltipla e eficiente dos recursos hídricos, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, contemplando a ampliação do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento do planejamento e da gestão integrada e participativa.

Programa 732 – Oferta Hídrica para Múltiplos Usos

- Objetivo: Garantir a oferta de água para o abastecimento humano, agropecuário, industrial e de empreendimentos turísticos para centros urbanos e rurais.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



PPA EM GRANDES NÚMEROS

PPA EM GRANDES NÚMEROS

O planejamento do Governo do Estado do Ceará para o próximo quadriênio, constante do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, prevê a aplicação de recursos na ordem de **R\$ 132,16 bilhões**, distribuídos entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública Geral do Estado, o maior volume de recursos já aplicados nesse tipo de plano de médio prazo.

Esse montante compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Orçamento de Investimento das Estatais não Dependentes e de Recursos Extraorçamentários, tais como aplicação direta dos governos federal e municipais e de parcerias com a iniciativa privada ou organismos internacionais.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por esfera, bem como os recursos extraorçamentários, com as respectivas participações no total dos valores previstos para o período do PPA:

Tabela 1 - Fontes de Recursos do PPA 2020-2023

Fontes	R\$ bilhões	%
Orçamentárias (1)	129,5	97,99
Fiscal / Seguridade Social	128,62	97,33
Investimentos das Estatais	0,88	0,66
Extraorçamentárias (2)	2,73	2,01
Total (1) + (2)	132,23	100,0

Fonte: SIOF/Seplag.

Elaboração: Secretaria do Planejamento e Gestão.

Para a consecução dos objetivos e metas das iniciativas propostas no Plano Plurianual 2020-2023, o Estado estima um valor de recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de **R\$ 129,5 bilhões**, os quais são originados, principalmente, do Tesouro Estadual, de operações de crédito, de transferências intergovernamentais e da arrecadação própria dos Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado detém a maioria do capital.

O financiamento do Tesouro Estadual corresponde, especialmente, às fontes de arrecadação de tributos de competência estadual, a cota-parte do Fundo de Participação dos

Estados (FPE), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e da Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (Royalties), totalizando cerca de **R\$ 94,0 bilhões** para o período.

Com relação às operações de crédito, o Estado projeta uma carteira de empréstimos no montante de **R\$ 4,97 bilhões**, para assegurar o financiamento de projetos estratégicos, porém com uma gestão responsável do nível de endividamento público.

No que concerne às transferências provenientes, principalmente, de convênios celebrados com o Governo Federal, o Estado estima uma captação em torno de **R\$ 3,49 bilhões**.

O Estado conta ainda com outras receitas que envolvem recursos, principalmente do Fundeb e da compensação da União (**R\$ 6,95 bilhões**), diretamente arrecadados pelos órgãos (**R\$ 5,51 bilhões**) e do Sistema Único de Saúde (**R\$ 3,29 bilhões**).

Dispêndios por Tipo de Programa

O Plano Plurianual do Estado se compõe de três tipos de programas, conforme sua finalidade: os *Programas Finalísticos* geram bens ou serviços para a sociedade; o *Programa Administrativo*, voltado para o funcionamento da máquina administrativa do Estado; os *Programas Especiais*, por sua vez, são aqueles que não contribuem, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não geram produtos à sociedade, nem ao governo.

Os recursos previstos no PPA, orçamentários e extraorçamentários estão assim distribuídos entre os três tipos de Programas:

Tabela 2 - Distribuição dos recursos por tipo de programa

Tipo de programa	R\$ bilhões	%
Administrativo	13,42	10,15
Especial	44,96	34,02
Finalístico	55,85	55,83
Total	132,23	100,0

Fonte: SIOF/Seplag.

Elaboração: Secretaria do Planejamento e Gestão.

Dispêndios por Eixo e Tema Estratégico

A alocação dos recursos por Eixo Governamental de Atuação Intersetorial, contemplando os programas finalísticos, ou seja, excluindo-se o programa administrativo e os Programas Especiais, obedecem à distribuição contida na Tabela 3, que apresenta os valores planejados para o período de 2020 a 2023, nos programas finalísticos, por tema estratégico.

Tabela 3 – Valores estimados para os Programas Finalísticos, por Eixo e Tema Estratégico do PPA 2020 – 2023

Eixo/Tema Estratégico	2020-2023	%
CEARÁ ACOLHEDOR	1.770.204.860	2,40
ACESSO A TERRA E MORADIA	315.714.832	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	544.923.554	
INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	768.244.247	
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	141.322.227	
CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA RESULTADOS	4.686.445.849	6,35
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	1.084.463.135	
GESTÃO FISCAL	2.507.975.352	
PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	105.359.862	
TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E CONTROLE	988.647.500	
CEARÁ DE OPORTUNIDADES	8.381.534.598	11,35
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	1.385.004.497	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.392.900	
INDÚSTRIA	190.909.090	
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	6.318.399.649	
PESCA E AQUICULTURA	21.323.203	
TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	191.599.820	
TURISMO	269.905.439	
CEARÁ DO CONHECIMENTO	16.985.490.498	23,00
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	1.156.643.370	
CULTURA E ARTE	800.416.066	
EDUCAÇÃO BÁSICA	9.787.731.686	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	2.671.861.723	
EDUCAÇÃO SUPERIOR	2.568.837.653	
CEARÁ PACÍFICO	22.102.350.643	29,93
JUSTIÇA	8.541.513.047	
SEGURANÇA PÚBLICA	13.560.837.596	
CEARÁ SAUDÁVEL	17.228.971.239	23,33
ESPORTE E LAZER	273.759.460	
SANEAMENTO BÁSICO	1.918.643.234	
SAÚDE	15.036.568.545	
CEARÁ SUSTENTÁVEL	2.694.434.906	3,65
ENERGIAS	440.832.526	
MEIO AMBIENTE	558.883.287	
RECURSOS HÍDRICOS	1.694.719.093	
Total Geral	73.849.432.593	100,0%

Fonte: SIOF/Seplag.

Elaboração: Secretaria do Planejamento e Gestão.



Como se pode observar o Eixo Ceará Pacífico é o que concentra o maior volume de recursos alocados para os quatro anos do PPA, com quase 30%, seguido dos eixos Ceará Saudável, com 23,33% e Ceará do Conhecimento, com 23%.

Do total de recursos aplicados nos Temas Estratégicos destacam-se Saúde, Segurança Pública, Educação Básica, Infraestrutura e Mobilidade e Justiça, que respondem por mais de 72% de todos os recursos considerados.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*